

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA**

MILENA BEZERRA DE SOUSA FALCÃO

**Do desemprego à precarização - a experiência dos catadores da Associação
Reciclando do Bairro Tancredo Neves, Fortaleza/CE, ante as
transformações do mundo do trabalho.**

Fortaleza - 2007

MILENA BEZERRA DE SOUSA FALCÃO

**Do desemprego à precarização - a experiência dos catadores da Associação
Reciclando do Bairro Tancredo Neves, Fortaleza/CE, ante as
transformações do mundo do trabalho.**

Dissertação apresentada à Coordenação do Curso de Mestrado em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre. Área de concentração: Subjetividade contemporânea e comportamento coletivo.

Orientador Prof. Dr.: Cássio Adriano Braz de Aquino

FORTALEZA

2007

**Do desemprego à precarização - a experiência dos catadores da Associação
Reciclando do Bairro Tancredo Neves, Fortaleza/CE, ante as
transformações do mundo do trabalho.**

Data da Aprovação: ____/____/____.

Comissão Julgadora:

Orientador: Prof. Dr. Cássio Adriano Braz de Aquino - Universidade Federal do Ceará.

Prof. Dr. João Bosco Feitosa dos Santos – Universidade Estadual do Ceará.

Prof.a Dr.a Izabel Cristina Ferreira Borsoi – Universidade Federal do Ceará.

Dedico este trabalho:

Aos meus pais.

Ao meu amor que sempre foi minha fonte de energia.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me haver concedido discernimento nos momentos mais difíceis.

Ao Prof. Dr. Cássio Adriano Braz de Aquino, meu orientador, minha eterna admiração pelo profissionalismo, sapiência, dedicação e paciência.

Aos catadores de materiais recicláveis, pela disponibilidade em relatar sua experiência laboral.

Ao Fórum Estadual Lixo e Cidadania, nas pessoas de Cristina França, Fernanda Vêras, Anastácia e todos os outros que direta ou indiretamente viabilizaram o acesso às informações.

Aos Professores Doutores João Bosco Feitosa dos Santos e Izabel Cristina Ferreira Borsoi, pelas contribuições inestimáveis a meu projeto.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, pela contribuição ao aprimoramento dos conhecimentos;

À minha linda florzinha Raíssa, que, com seu sorriso, me fornecia muita energia positiva e me fazia crer na possibilidade de realizar este sonho.

RESUMO

Ao longo da história, o trabalho experimentou intensas transformações, que parecem se tornar cada dia mais velozes e de assimilação difícil. Durante boa parte da sociedade industrial até meados da década de 70, o desemprego constituía grande ameaça aos trabalhadores, mas, recentemente, outro fenômeno se revelou como marcante no delineamento do mundo laboral, a saber, a precarização do trabalho. Essa transformação é o ponto de partida do presente ensaio. Outro aspecto considerado relevante para este estudo é a importância de se pensar sobre o processo de descarte dos resíduos sólidos, o lixo, problema que também está presente no contexto atual. A articulação desses dois processos é o resultado da reflexão aqui empreendida. O objetivo deste estudo é compreender a experiência dos catadores de materiais recicláveis em relação ao processo de precarização laboral, considerando o impacto das transformações do mundo do trabalho e sua relação com o desemprego e a precarização. A pesquisa envolveu catadores de materiais recicláveis, em sua maioria, pertencentes a uma mesma Associação, que fez parte de um projeto-piloto promovido pelo Governo do Estado do Ceará na década de 1990. Para coleta dos dados, utilizou-se de observação de campo e entrevistas semi-estruturadas. Os dados foram analisados com base na análise de conteúdo. Os resultados indicaram pontos relevantes no que diz respeito à precarização laboral, haja vista que vários aspectos foram evidenciados, como jornadas de trabalho extensas, baixas condições de higiene e segurança, baixos rendimentos, instabilidade das condições de trabalho, fragilização ante os direitos sociais. Todos os entrevistados afirmaram exercer a atividade como uma forma de superar o desemprego, entretanto, indicaram desejo de mudar de atividade laboral. Apesar de pertencerem ou desejarem pertencer à Associação, não demonstraram envolvimento com o projeto coletivo e permanecem exercendo a atividade de forma individualizada, reforçando o discurso neoliberal da individualidade. A utilidade social do catador de materiais recicláveis deve ser repensada pela sociedade, na consideração de que a precarização laboral e a degradação ambiental são aspectos que convivem na contemporaneidade.

ABSTRACT

Throughout history, work has experienced intense transformations that seem to become day by day faster and of difficult assimilation. During a great part of the industrial society until the middle of the 70's. The unemployment was a great threat for workers, but recently, another phenomenon, the work precarization, has been revealed as a notable delineation of the labor world. This transformation is the start of the present work. Another relevant aspect for this study is the importance of thinking about the solid residues discarding process, the garbage. It is a problem that is also presented in the current context. The joint of these two processes is the result of the reflection undertaken here. This study aims to understand the experience of the recycled material collectors in relation to the labor precarization process, considering the impact of the work world transformations and its relation with unemployment and precarization. The research involved recycled material collectors, in its majority, that belong to the same Association that made part of a pilot-project promoted by the Government of the State of the Ceará in the 90's. For data collection we used observation and half-structured interviews. The data had been analyzed based on the content analysis. The results had indicated relevant data concerning labor precarization, as some aspects had been evidenced, such as extensive hours of working, decreasing hygiene and security conditions, low incomes, work conditions instability, fragile social rights. All the interviewed ones had affirmed to perform this activity as a way to surpass the unemployment, however, they had indicated a desire to change to another labor activity. Although they belong or wish to belong to the Association, they had not demonstrated involvement with the collective project and remain performing the activity in an individualizing way, reaffirming the "neoliberal" speech of individuality. The social utility of recycled material collectors must be thought by the society, keeping in mind that labor precarization and environment degradation are aspects that coexist in the contemporary times.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO TRABALHO NOS PERÍODOS INDUSTRIAL E “PÓS-INDUSTRIAL”	13
2.1 A concepção de trabalho no período industrial	14
2.2 A concepção de trabalho no período “pós-industrial”	17
2.3 Reflexão sobre a subjetividade do trabalho	18
2.4 Entra em cena a reestruturação produtiva	20
2.4.1 A reestruturação produtiva e a realidade brasileira	22
2.4.1.1 Breve consideração sobre o trabalho informal no Brasil	25
3 PRECARIZAÇÃO LABORAL	27
3.1 Conceitos relacionados - trabalho, emprego, desemprego e precarização	27
3.2 A categoria trabalhadores repensada	31
3.3 Precarização e flexibilização - as faces antagônicas de um discurso neoliberal	33
3.4 O “novo” trabalhador num contexto de trabalho precarizado	37
3.5 O individualismo na esfera do trabalho - forte aliado da precarização laboral	39
3.6 Interesses individuais e coletivos no mundo do trabalho	41
4 A CONJUNÇÃO DE PROBLEMAS AMBIENTAIS NO MUNDO CAPITALISTA	46
4.1 O lixo como produto da sociedade	49
4.2 Caracterização do lixo na sociedade capitalista contemporânea	50
4.3 Os catadores de materiais recicláveis	54
4.4 A realidade dos catadores de materiais recicláveis em Fortaleza	57
5 O MÉTODO	60
5.1 Participantes	60
5.1.1 Contatos iniciais com a categoria	60
5.1.2 O grupo pesquisado	63
5.1.3 Os sujeitos da pesquisa	65
5.2 Local	70
5.3 Instrumentos/material	71
5.4 Procedimento para coleta de dados	72
5.5 Análise dos dados	72
6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	74
6.1 Aspectos precários da atividade de catador de materiais recicláveis	74
6.2 Desemprego e precarização	84
6.3 Precarização e possíveis impactos sobre a vivência/experiência do trabalhador	89
6.4 Soluções individuais e soluções coletivas	94
6.5 Precarização laboral e utilidade social do trabalho do catador de materiais recicláveis	97

CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS	106

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABRELP - Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública

CBO - Classificação Brasileira de Ocupações

CCQs - Círculos de Controle de Qualidade

CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

COMEPE - Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará

ECO – nome pelo qual é mais conhecida a II Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD)

EMLURB - Empresa de Limpeza e Urbanização

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDER - Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Energias Renováveis

IMPARH – Instituto Municipal de Pesquisas, administração e Recursos Humanos (Fortaleza-Ceará)

INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social

IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas

ISO – International Organization for Standardization

MNCR - Movimento Nacional dos (as) Catadores (as) de Materiais Recicláveis

ONU - Organização das Nações Unidas

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RECICLANDO - Associação Cearense dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Resíduos Recicláveis

SANEAR - Sistema de Abastecimento de Água e Sistemas de Esgotamento Sanitário

SEMAM - Secretaria Municipal de Meio Ambiente

USAID - Agência Norte-americana para o Desenvolvimento Internacional

1 INTRODUÇÃO

Com base em observações despretensiosas sobre a rotina de trabalho do catador de materiais recicláveis, do interesse em discutir algo pertinente à temática ambiental, relacionada a um aspecto que permeia a vida do trabalhador contemporâneo -a precarização laboral - nos surgiu o interesse em desenvolver a presente pesquisa. Esta inquietação também encontramos em estudiosos como Alonso (1996), De La Garza (2000) e Antunes (1999), que ressaltam a precarização laboral e a degradação ambiental como elementos de extrema relevância para a contemporaneidade.

A precarização laboral ameaça milhares de trabalhadores em todos os países, em especial, no Brasil, haja vista que, neste país, se experienciam situações atípicas de trabalho. Ante a essa realidade constatada, uma indagação nos surgiu: será que ainda podemos utilizar a terminologia “atípica”, considerando que o trabalho em tempo parcial, trabalho autônomo e o trabalho precarizado, de uma maneira geral, passou a ser comum nos lares brasileiros?

O conceito de precarização laboral é aqui compreendido como a vulnerabilização dos direitos laborais e fragilidade de defesa diante de situações de exploração por parte do capital.

Dentro deste panorama, é com angústia que o trabalhador contemporâneo se depara com as transformações do mundo do trabalho. Ele vivencia a derrocada do mito do emprego, que teve no modelo fordista a base fundante de uma forma social que se julgava eterna e natural e não sabe o que vai ocupar seu lugar, seja no sentido financeiro ou como forma de vínculo social e realização pessoal. Tal processo corrompe a idéia da estabilidade/perenidade, que estava associada à ideologia vigorante no período da Modernidade industrial. Acentuando este processo, vivenciamos uma realidade na qual a precarização laboral, mascarada por uma falsa ideologia de modernização, torna a vida do trabalhador cada vez mais angustiante, afetando não somente aspectos profissionais, mas também pessoais, sociais e econômicos, haja vista que acreditamos ser o trabalho uma categoria central da vida das pessoas em nossa sociedade.

Os trabalhadores de materiais recicláveis, vulgarmente denominados de catadores, foram escolhidos como categoria laboral de análise do presente estudo, pelo fato de representarem de forma impar uma situação peculiar da contemporaneidade, porquanto trabalham num segmento que desponta como promissor para as próximas décadas, a reciclagem, entretanto, experienciam situações de extrema precarização laboral. Assim sendo,

nosso objetivo é compreender a experiência dos catadores de materiais recicláveis em relação ao processo de precarização laboral.

A experiência é compreendida por Thompson (1981) como a exploração aberta do mundo e de si mesmo, pelo exame dos sistemas densos, complexos e elaborados, nos quais a vida familiar e social é estruturada e cuja consciência social encontra realização e expressão mediante o parentesco, costumes, regras visíveis e invisíveis da regulação social, hegemonia e deferência, formas simbólicas de dominação e de resistência, fé religiosa e impulsos milenaristas, maneiras, leis, instituições e ideologias – tudo o que, em sua totalidade, compreende a gênese de todo o processo histórico. Thompson (1981) buscava a formulação de um modelo analítico que recobrasse a ação humana e a complexidade das relações socioculturais. Para o autor, a fala individual exemplifica a experiência coletiva que, por sua vez, se funda na percepção de identidades. Ele defende a noção de que a constituição de classe está intimamente relacionada à experiência de exploração, repressão, carestia e desigualdade, e, a solidariedade, partilha e comunidade.

A importância deste estudioso para nossa investigação pode ser justificada neste trecho:

Os valores não são ‘pensados’, nem ‘chamados’; são vividos, e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem as nossas idéias. São as normas, regras, expectativas etc. necessárias e aprendidas (e ‘aprendidas’ no sentimento) no ‘*habitus*’ de viver; e aprendidas, em primeiro lugar, na família, no trabalho e na comunidade imediata. Sem esse aprendizado a vida social não poderia ser mantida e toda produção cessaria. (THOMPSON, 1981, p.194).

Tendo como ponto de partida essa compreensão, facilmente entendemos que a noção de experiência contempla os impactos produzidos pelas transformações no mundo do trabalho e, conforme compreendemos, possuem íntima relação com o fenômeno da precarização laboral.

Em décadas passadas, acreditava-se que o desemprego era uma das manifestações mais drásticas que poderia ocorrer na vida dos trabalhadores. Hoje compreende-se que a precarização laboral é uma manifestação ainda mais visível e sentida no cotidiano de muitos trabalhadores (CASTEL, 1998). Desta forma, procuramos analisar a experiência dos catadores de materiais recicláveis, no curso de sua relação de desemprego e precarização laboral.

Assim sendo, no segundo capítulo, contemplamos uma contextualização do trabalho no período industrial e “pós-industrial”, enfatizando as relações de trabalho, abordando, de forma breve, possíveis impactos dessas relações de trabalho na subjetividade

humana. A reestruturação produtiva, em particular aspectos pertinentes à realidade brasileira, também foram discutidos, bem como pontos relevantes sobre o trabalho informal no Brasil.

No terceiro capítulo, abordamos a precarização laboral, relacionando conceitos como trabalho, emprego, desemprego e precarização. Com esteio nessa discussão, refletimos sobre os trabalhadores, a relação entre a precarização e a flexibilização diante do discurso neoliberal. Reportamo-nos, ainda, a aspectos relacionados ao “novo” perfil do trabalhador contemporâneo e à relação entre o individualismo e o coletivo no mundo do trabalho.

Já no quarto segmento, dedicamos atenção à problemática do lixo no cenário atual. Iniciando com algumas reflexões sobre a problemática ambiental no mundo capitalista, enfatizamos a questão do lixo como produto da sociedade, bem como introduzimos alguns pontos sobre a caracterização do lixo na sociedade capitalista contemporânea. Neste contexto, referimo-nos, ainda, a aspectos relevantes sobre os catadores de materiais recicláveis e apresentamos alguns pontos fundamentais sobre a realidade destes trabalhadores na cidade de Fortaleza-Ceará.

No quinto e sexto capítulos, apresentamos a metodologia utilizada, bem como fazemos a análise de discussão dos resultados, respectivamente.

O objetivo deste estudo foi o de analisar a experiência dos catadores de materiais recicláveis na experiência de precarização laboral, desdobrando-se nos seguintes pontos: discussão do impacto das transformações do mundo do trabalho e sua relação com o desemprego e a precarização, e análise da experiência do catador de materiais recicláveis perante as transformações do mundo do trabalho, aspectos esses levantados por meio da aproximação com a realidade por eles vivenciada, suscitados por observação do campo e entrevistas realizadas.

É importante salientar que o presente estudo não tem a pretensão de esgotar o assunto, haja vista que a precarização laboral é um tema bastante amplo e diversificado. Assim sendo, pretendemos somente trazer algumas reflexões que possibilitem maior compreensão sobre a experiência dos catadores de materiais recicláveis. Acreditamos, ainda, que, ao tratar desse problema, podemos contribuir para uma discussão mais próxima da realidade por eles vivenciada, uma vez que o assunto só veio a ser discutido com maior ênfase nas últimas décadas, até mesmo por se tratar de uma categoria de trabalhadores que emergiu com grande impacto nas cidades brasileiras há pouco tempo.

MÚSICA DE TRABALHO

Renato Russo

Sem trabalho eu não sou nada
Não tenho dignidade
Não sinto o meu valor
Não tenho identidade

Mas o que eu tenho
É só um emprego
E um salário miserável
Eu tenho o meu ofício
Que me cansa de verdade

Tem gente que não tem nada
E outros que tem mais do que precisam
Tem gente que não quer saber de trabalhar

E quando chega o fim do dia
Eu só penso em descansar
E voltar pra casa pros teus braços

Quem sabe esquecer um pouco
De todo o meu cansaço
Nossa vida não é boa
E nem podemos reclamar

Sei que existe injustiça
Eu sei o que acontece
Tenho medo da polícia
Eu sei o que acontece

Se você não segue as ordens
Se você não obedece
E não suporta o sofrimento
Está condenado a miséria

Mas isso eu não aceito
Eu sei o que acontece
Mas isso eu não aceito
Eu sei o que acontece

E quando chega o fim do dia
Eu só penso em descansar
E voltar pra casa pros teus braços

Quem sabe esquecer um pouco
Do pouco que não temos
Quem sabe esquecer um pouco
De tudo que não sabemos

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO TRABALHO NOS PERÍODOS INDUSTRIAL E “PÓS-INDUSTRIAL”

A importância de tratar acerca do histórico laboral no período industrial e “pós-industrial” é indescartável para a compreensão do trabalho na contemporaneidade, haja vista que é um processo permeado de avanços e recuos, estando o trabalhador intimamente imbricado nele. Reaver esta fase também é primordial para o entendimento do instante atual em que se encontra o mundo do trabalho.

Optamos por fazer um recorte desde o período feudal, haja vista que neste tempo histórico da humanidade, intensificou-se o comércio e as relações entre capital-trabalho mudaram drasticamente, impactando de maneira acentuada em todo o percurso do mundo do trabalho. Assim sendo, aspectos que percebemos no momento atual deram início, ou foram acentuados, na transição entre o feudalismo e o capitalismo, pontos cruciais para a compreensão do presente ensaio.

Este momento foi tão marcante que o desenvolvimento do comércio, da indústria e a revolução dos preços – no fim do período feudal - tornaram o dinheiro mais importante do que os homens e a posse da terra passou a ser considerada fonte de renda.

Com a expansão do mercado, a figura do intermediário tornou-se relevante, servindo de elo entre o produtor e o consumidor. Acentuou-se, com efeito, a especialização do trabalho. No lugar dos artesãos independentes da Idade Média, surgiram os assalariados, dependentes do capitalista-mercador-intermediário-empendedor.

Elementos como crises econômicas, lutas sociais e a peste negra fomentaram a desestruturação do sistema feudal, tendo ocorrido crescente monetarização da economia. O desenvolvimento da burguesia, a acumulação de riquezas e a circulação do dinheiro foram elementos que estimularam condições para o desenvolvimento das ciências e seu emprego na produção. Na verdade, houve uma retroalimentação entre desenvolvimento do capital industrial e ciência, efetivando-se, portanto, o aperfeiçoamento do trabalho industrial e a concretização das relações capitalistas de produção.

O livre comércio foi defendido pelos fisiocratas na França, por ter sido nesse país que o controle estatal da indústria teve apogeu, estimulando a luta pela ausência total de controle. *Laissez-faire* era o lema. Adam Smith teve importante papel no combate às teorias mercantilistas, pois entendia que o melhoramento na capacidade produtiva do trabalho era a sua divisão, a especialização. O livre comércio entre países representava a divisão do trabalho

levada ao seu ponto mais alto, proporcionando o aumento da riqueza mundial. A luta pela liberalização do comércio resultou numa vitória da classe média. No lugar do feudalismo, emergiu um sistema social diferente, baseado na livre troca de mercadorias. Configurou-se, então, o sistema capitalista.

O capitalista, dono dos meios de produção, comprava a força de trabalho. Sem a acumulação de capital, sem a classe trabalhadora e sem propriedade não teria sido possível a expansão da indústria.

Aizpuru e Rivera (1994) apontam como principais características do período manufatureiro os seguintes aspectos: avanços nas técnicas de produção e dos instrumentos, forte disciplina no trabalho, concentração dos instrumentos de trabalho, separação entre produtores e consumidores e entre capital e trabalho. No início da industrialização, o foco, consoante relata Severiano (2001), era o aperfeiçoamento da maquinaria e a produção de bens que atendessem as necessidades básicas da população.

2.1 A concepção de trabalho no período industrial

De acordo com Huberman (1969), pode-se classificar as fases de organização industrial em sistemas: familiar (produção de subsistência), de corporação (não vendiam o trabalho, mas o produto do trabalho), doméstico (os mestres já não eram independentes, pois existia a figura do intermediário) e fabril (produção para um grande mercado). O crescimento da indústria propiciou o aumento da classe assalariada, no entanto, os trabalhadores perderam ainda mais sua independência e o capital financeiro adquiriu maior força.

Neste cenário, um grande problema se instaurava: obrigar os trabalhadores, antes acostumados a dar sentido ao seu trabalho mediante as próprias metas, a cumprir obrigações impostas e controladas por outros e que lhes careciam de sentido. Tal fato é relevante pois, apesar das duras regras do sistema feudal, o trabalhador tinha certo grau de liberdade e autonomia sobre os meios de produção e sobre o seu tempo. O desafio era habituar os operários a trabalhar sem pensar.

Paralelamente ao desenvolvimento industrial, instalou-se a ética do trabalho, implicando a renúncia da liberdade, pois separava o esforço produtivo das necessidades humanas. Na economia de subsistência, trabalhava-se apenas para suprir às necessidades pessoais; com a ética do trabalho a lógica era outra. Como nos relatam Enguita (1989) e Bauman (2000), neste período, pregava-se a superioridade moral do indivíduo, quando este era capaz de sustentar-se com o salário do próprio trabalho. Os grandes inimigos da ética do

trabalho, entretanto, eram a modéstia das necessidades humanas e a mediocridade de seus desejos.

Considerando essa etapa do desenvolvimento industrial/produtivo, é importante compreender que a idéia da ética do trabalho remetia à dissociação entre o ato de trabalhar e a imposição de um valor ao trabalho “esvaziado” de sentido.

As pessoas sem trabalho eram consideradas fora de controle e deviam ser vigiadas. A situação instaurada era caótica, pois, conforme explana Bauman (2000), a estratégia era não permitir escolha e empurrar os trabalhadores, sem proteção do Estado, para uma situação de existência precária e sob vigilância constante (Lei dos Pobres), o que, guardadas as devidas proporções, pode se assemelhar à lógica da precarização laboral na contemporaneidade.

A ética do trabalho, tal como a explicamos, está na base do surgimento da sociedade industrial e a sustentava, uma vez que era necessário inculcar o valor do trabalho, mesmo em situações adversas e quando esse chegasse mesmo a carecer de sentido.

A Revolução Industrial propiciou avanços significativos, tais como a invenção da máquina a vapor, o uso da eletricidade para fins de produção e a automação. Dois momentos distintos marcaram este período, como relatam Aizpuru e Rivera (1994): no primeiro, por volta do século XVIII, ocorreram muitas mudanças como o crescimento demográfico e da produção, alta nos preços das mercadorias, estímulo à empresa espontânea, inovações tecnológicas, mercado de massas para uma produção em massa, mão-de-obra barata, coexistência entre os sistemas fabril e doméstico, planta fabril não unificada e acentuada importância dos segmentos têxtil, siderúrgico e metalúrgico.

Existia, entretanto, um grande problema a ser superado: adaptar a mão-de-obra ao novo conceito de tempo e disciplina no trabalho. Instalava-se uma contradição: o avanço tecnológico que vislumbrava a possibilidade de liberação do homem para o tempo livre, sonho cultivado desde a Antigüidade, como nos retrata Aristóteles (1997), e que, ao contrário, trouxe necessidade de maior dedicação ao tempo do trabalho. Se analisarmos o assunto mais profundamente, logo percebemos que este problema ainda se faz presente na atualidade, pois não é raro que um trabalhador precise dedicar horas a mais da sua jornada de trabalho para o exercício de suas atividades laborais. Vale ressaltar que, nos dias atuais, outros elementos estão presentes na intensificação da jornada de trabalho – assunto que será abordado no capítulo seguinte.

Na segunda fase da industrialização, acentuou-se o declínio da produção agrícola, com o aperfeiçoamento de novas técnicas financeiras e mercantis, ocorrendo grande

interferência política estatal, aumento da eficiência traduzida em maior rigidez no trabalho, produção em série e incentivo ao consumo de massas.

Conforme expõe Aquino (2003), entre o fim do século XIX e início do século XX, apareceu um movimento de reação nas ciências sociais que concebia o trabalho como um meio de interação dos homens e como elemento de ordem social, reconhecendo no capitalismo industrial a fonte geradora dos conflitos de classe. Essa noção está na base do surgimento do Estado do Bem-Estar, que propôs a criação de mecanismos institucionais que promovessem a negociação coletiva e garantissem a segurança social.

Neste período instalam-se a noção de emprego, que se solidificou e passou a ser associada como norma de trabalho. Houve uma supremacia da noção de emprego, entendida como os direitos e deveres aos quais os trabalhadores estariam submetidos. Propagou-se a idéia do pleno emprego. Segundo Aquino (2005), o ideal do pleno emprego que se constituiu fundamentalmente nos países desenvolvidos, durante o século XX – ressaltamos que também foi (e por que não dizer, ainda é) almejado pelos países em desenvolvimento – é um elemento fundamental na consolidação do trabalho como categoria central no âmbito social. Com o aumento da oferta de emprego no contexto industrial, fruto do crescimento neste segmento produtivo, houve o conseqüente aumento na capacidade de consumo dos trabalhadores, consolidando a associação – equivocada – entre emprego e trabalho.

Neste panorama, emergiram os modos de gerência taylorista e fordista: Taylor, defendendo idéias como controle do tempo de produção e dimensionamento do tempo de trabalho. Com Ford, o trabalho tornou-se ainda mais segmentado. As principais características do taylorismo/fordismo são a produção em série e de massa, o trabalho parcelar, a relação homem-máquina e estrutura verticalizada, com muitos níveis hierárquicos. Os resultados da influência científica propiciaram maior produtividade, acumulação de capital e perda do domínio do produto por parte do trabalhador.

Harvey (1989) esclarece que Ford tinha o objetivo, pelo menos no discurso, de permitir aos trabalhadores renda e tempo suficiente para o lazer e, conseqüentemente, o consumo da produção industrial. Tendo sido, o capitalista controlava sobre o que e como os trabalhadores gastariam seu dinheiro e lazer. Estava implícito que o capitalismo procurava controlar os anseios e necessidades humanas transpondo os muros da fábrica. Buscava-se a padronização das diferenças culturais, das particularidades sociais.

A partir desse contexto, o Estado do Bem-Estar foi perdendo sua funcionalidade, já que poderia atuar como um obstáculo aos interesses do sistema capitalista vigente: o incentivo ao consumo de massas. Nas perspectivas de Aizpuru e Rivera (1994) e Bauman

(2000), ocorreu a substituição da ética do trabalho pela “estética do consumo”, da gratificação imediata. Na óptica da “estética do consumo” o que prevalecia era o desejo de consumir, o trabalho era apenas um meio para aquisição de bens, concebido em seu aspecto instrumental.

Com o declínio do Estado protecionista, mitos como o “pleno emprego” foram enfraquecidos, instalando-se de forma cada vez mais acentuada a dura realidade do desemprego. A classe média começou a perder sua hegemonia. O mercado econômico ditava as regras, as taxas de lucro foram restabelecidas. Instalou-se um novo momento histórico: o período “pós-industrial”.

2.2 A concepção de trabalho no período “pós-industrial”

Para Albornoz (2000) hoje, no período denominado de “pós-industrial”, buscamos a máxima eficiência com o menor esforço. Conserva-se a finalidade da expansão da riqueza e do máximo lucro no capitalismo. Convivem paradoxalmente, o desencanto em relação ao trabalho, padronizado e em série, e o desejo de um trabalho adequado ao talento, à atração e ao gosto pessoal. Os controles tecnológicos são a personificação da razão, não há espaço para a contradição. O mundo privado é invadido pela realidade tecnológica e o indivíduo se identifica ao todo social pelos seus hábitos.

Outra importante característica deste período foi a revolução tecnocientífica, que, de acordo com Codo, Sampaio e Hitomi (1993), tratava-se de várias invenções que possibilitaram a automação industrial e a informatização dos escritórios, mudando drasticamente as relações de trabalho, haja vista que ao trabalhador foi imposto acompanhar e aceitar os avanços tecnológicos, sob pena de perder o seu valor produtivo. O computador, em si, é um exemplo dessa evolução tecnológica, que supera algumas funções sensoriais e cognitivas do homem, como medição, cálculo e ajustes.

Os autores acentuam ainda, que a divisão do trabalho é um instrumento poderoso nas mãos dos capitalistas, pois permite um desmembramento demasiado das atividades e uma diminuição acentuada do envolvimento de habilidades específicas do trabalhador, exigindo um rígido cumprimento de hábitos e rotinas de trabalho previamente estabelecidas. Visto que cada trabalhador encontra suas funções previamente delineadas, os objetivos e metas que deverá cumprir, enfim, todo o seu trabalho já está definido. Portanto, as normas de conduta e segurança, regras das disciplinas e hierarquias são delineadas com o objetivo de manter a força de trabalho em “integração” (ou seria submissão?) com os objetivos organizacionais.

Além da apropriação do produto do trabalho e do gesto, existe uma apropriação das relações sociais de produção, envolvendo a privacidade do trabalhador, sob formas diversificadas de controle, personificadas na figura do supervisor, que em si mesmo também está submetido ao controle da organização. Neste contexto, elementos como comprometimento, engajamento e envolvimento do trabalhador para com seu trabalho são exigidos pelas empresas como comportamentos necessários à permanência deste trabalhador no mercado. Vale ressaltar que tais comportamentos são disseminados no cenário das organizações sem muitas reflexões por parte dos trabalhadores que, muitas vezes, repetem este discurso ideológico como se realmente acreditassem – e muitos acreditam! – nesta falácia.

O seguinte trecho ilustra a concepção moderna do trabalhador:

Diante do trabalho alienado, quando o produto se divorcia do produtor e, portanto, o produtor se afasta de si mesmo estamos lidando com um fenômeno que equivale à morte (física, psicológica ou ‘social’) do trabalhador. O problema é que o trabalhador não morreu em nenhum destes sentidos, continua lá, com seus sentimentos, esperanças, sonhos, fantasias. Até agora tem-se abusado da ideologia para rastrear esta insistência em sobreviver: se o trabalhador persegue melhorar sua vida, tome ideologia, se prefere uma máquina que lhe diminua o esforço físico, tome ideologia. O modelo é pobre e mal disfarça nossa incompetência. (CODO, SAMPAIO E HITOMI, 1993, p.144).

Ainda segundo esses autores, podemos definir a concepção de trabalho reinante neste período como a capacidade humana que pode ser comercializada, produzir valores materiais aceitos pela sociedade e com reconhecida utilidade social: o seu valor de troca¹.

2.3 Reflexão sobre a subjetividade do trabalho

Para Marx (1983), o homem se fez homem pelo trabalho, portanto, ele o considera como uma categoria fundante da sociabilidade humana. Em Marx, o trabalho é fundante do ser social. A centralidade do trabalho ocorre pela relação dinâmica entre o homem e a natureza, não por se tratar de algo divino ou punitivo, mas como elemento que pode conferir dignidade ao homem, pois, transformando a natureza, o homem transmuda a si próprio.

¹ Entendendo os conceitos de valor de uso e valor de troca, segundo as explicações de Marx (s/d). Valor de uso é compreendido como a ação de atribuir significado humano à natureza, sendo uma elaboração pessoal, individual e intransferível, que atende as necessidades humanas. Assim sendo, possui variadas possibilidades. Já valor de troca é a relação entre um trabalho específico e sua equivalência a todos os trabalhos, sua capacidade de troca.

A dualidade do trabalho também aqui é apontada, já que “[...] de um lado aparece como valor de uso, realizador de produtos capazes de atender necessidades humanas; de outro, como valor de troca, pago por salário, criador de mercadoria, e ele mesmo é uma mercadoria no mercado”. (CODO, SAMPAIO e HITOMI, 1993, p.97).

Hegel (1821 apud ENGUITA, 1989, p.11) concebia o trabalho como necessário para a vida humana, não como mera reprodução mecânica, mas como elemento de vontade que o converte em atividade livre:

[...] o homem (a autoconsciência) só se reconhece como ser livre no trabalho (a ação formativa), ao modificar o universo material que o rodeia (o elemento da permanência) tornando efetivos seus próprios desígnios (seu ser para si, a negatividade). Dito de outra forma: só ao modificar seu contexto pode o ser humano considerar-se livre.

Enguita (1989) aponta semelhanças entre Hegel e Marx, os quais, segundo ele, concordavam ao conceber o trabalho como efetivação de uma vontade transformadora da natureza.

A dissociação do elemento consciente em relação ao elemento puramente físico do trabalho torna possível sua alienação, que se inicia com a apropriação, por outro, do trabalho excedente, solidifica-se com o surgimento do trabalho assalariado e acentua-se com a produção capitalista. Segundo Oliveira e Mañas (2004), nas sociedades industriais, o trabalho torna-se sinônimo de alienação do homem em relação à sua natureza, ocorrendo uma falta de identidade entre sua vontade e as tarefas que executa, ou seja, o trabalho humaniza a natureza e desumaniza o homem. O que o trabalhador produz, a mercadoria, passa a ter mais valor do que ele, determinando suas condições de vida e definindo sua identidade. A alienação é a reificação do homem por meio do trabalho.

Para Marcuse (1982), o trabalho alienado e alienante incentiva o consumo do supérfluo e, desta forma, a servidão ao trabalho sem sentido objetiva impedir os indivíduos como seres humanos políticos e pensantes. Ao referir-se ao processo de automatização, o autor assinala que a realização humana só será possível numa sociedade que supere o capital e, no seu lugar, constitua uma nova sociabilidade baseada no princípio do prazer, na qual a redução da jornada de trabalho é o pré-requisito para a liberdade.

Na concepção contemporânea do mundo do trabalho, um elemento que pode acentuar ainda mais a alienação é a reestruturação produtiva que, apesar de propiciar alguns benefícios com o seu surgimento, trouxe sérias implicações para os trabalhadores e suas relações laborais.

2.4 *Entra em cena a reestruturação produtiva*

No transcorrer das últimas décadas do século XX, a busca constante das empresas pela lucratividade a qualquer custo tornou-se prioridade, utilizando todos os mecanismos disponíveis, tais como: mão-de-obra barata, incentivos fiscais, pressão aos fornecedores por matéria-prima cada vez mais barata, descaso relativo à manutenção do parque industrial, benefícios de proteção de mercado, “guerra” entre trabalhadores e patrões em busca de melhores salários e condições de trabalho.

Com a evolução tecnológica e a mundialização² crescente em todos os mercados, percebem-se a concorrência acirrada entre as empresas e a exigência do consumidor por produtos baratos, práticos e confiáveis, conflitando diretamente com o que existia até então: empresas preocupadas com a proteção do mercado, produzindo e “empurrando” produtos e serviços que não satisfaziam o cliente, pois visavam apenas à quantidade produzida. Este conflito repercute também na relação capital-trabalho – aspecto sobre o qual nos deteremos posteriormente. Foi o início da crise estrutural do capital.

O começo da década de 1970 trouxe elementos propiciadores da crise estrutural do capital, tais como: mutações econômicas, sociais, políticas, ideológicas, com o “*ressurgimento de ações ofensivas do mundo do trabalho e o conseqüente transbordamento da luta de classes*”³. (ANTUNES, 1999, p. 40).

Diante desta realidade, o fordismo e o taylorismo não se adequam mais, pois a tônica é flexibilizar, incentivar o consumo por meio da individualidade. É preciso ter no trabalhador um “parceiro”, usando as palavras do capital.

Em resposta a sua crise estrutural, o sistema capitalista passou a disseminar pressupostos políticos e ideológicos, tendo na reestruturação produtiva a “resposta ao esgotamento da capacidade de valorização do capital”. (BORSOI, 2005, p.43).

O advento do neoliberalismo e a conseqüente tendência de privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos dos trabalhadores e o desmonte do setor produtivo estatal, são os cenários apontados por Antunes (1999) quando do processo de reestruturação da produção e do trabalho.

² Entendemos por mundialização os processos de mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais que se vivencia no mundo contemporâneo. Segundo Octávio Ianni (2001), a mundialização do capitalismo tanto une como divide, tanto integra como fragmenta, implicando também globalização de tensões e contradições sociais, pois, no âmbito das relações de trabalho, “as condições de organização, as possibilidades de conscientização, as técnicas de reivindicação e os horizontes de lutas sociais, tudo isso se lança em âmbito mundial” (p.2), o que fragiliza o processo.

³ Para maiores esclarecimentos sobre essas mutações, consultar Antunes (1999).

Aizpuru e Rivera (1994) apontam alguns elementos importantes a considerar sobre o trabalho na sociedade contemporânea, a saber: redução do tempo de trabalho, o que origina questionamentos sobre sua centralidade; mudanças nos setores produtivos, com incrementos da atividade industrial e contínuo crescimento do setor de serviços; maiores exigências de qualificação profissional; sensível possibilidade de ascensão social por meio do trabalho; informação como principal ferramenta de trabalho.

O toyotismo ou “japoneização”, emergiu neste cenário como ideologia defensora da lógica da racionalidade flexível, adequando a produção ao desejo dos consumidores, ocorrendo sensível mudança na relação entre necessidade e satisfação (BAUMAN, 2000).

Nas palavras de Alves (2006, p.1), “o toyotismo é a expressão plena de uma ofensiva do capital na produção”. Esse sistema propõe as seguintes premissas: trabalho em equipe, programas da gestão de qualidade total, *just in time*, *kanban*, terceirização, desmonte do sindicalismo classista, ênfase na polivalência e na qualificação do trabalhador, autogestão operária, flexibilidade, produtividade e rapidez na evolução das técnicas, o fato de ter nos operários o principal “aliado” do capital, descentralização, incentivo à adoção de um “patriotismo” pela empresa (exemplificada com a expressão corriqueira nas organizações de “vestir a camisa da empresa”) e dessocialização ou desterritorialização do parque industrial (GORZ, 1998; ANTUNES, 1999).

Severiano (2001) acentua que

(...) a ‘integração’, a ‘flexibilização’ e a ‘fragmentação’ surgiram não porque a sociedade tenha se tornado mais ‘democrática’, mas porque diante da complexificação crescente dos ‘mercados’, em escala mundial, era lucrativa para os grandes oligopólios a criação dessas novas estratégias. Portanto ‘fragmentação’, ‘pluralidade’, ‘diversidade’, ‘personalização’ etc., são termos originalmente referidos à dinâmica dos processos produtivos, de sorte que a extrapolação deles para o terreno da subjetividade humana revela-se ideológica porque camufla os fins: fragmenta-se, pluraliza-se, diversifica-se e personaliza-se para melhor controlar. (P.84).

O toyotismo exige dedicação total por parte dos trabalhadores à empresa, fato que pode ser exemplificado com a intensificação das jornadas de trabalho, mascaradas de “horas extras”. É exigida do trabalhador uma dedicação à empresa maior do que à família e para isso utilizam-se de fortes argumentos, como o fato de ser por meio da empresa que o indivíduo consegue prover sua família de recursos financeiros. Muitos passam a ter na empresa o seu principal círculo de amizade, dedicam a maior parte do dia à empresa e, assim, restringem-se ao horizonte organizacional. Acrescidos a isto, podemos relatar casos, não raros, de pessoas que se apresentam como empregados de tal empresa, como uma espécie de sobrenome: fulano

da empresa tal. É o caminho para a perda total de si, como alerta Gorz (1998). Complementando a idéia, Borsoi (2005) assinala que esse novo modelo produtivo utiliza como estratégias para envolvimento do trabalhador a coerção e a persuasão, ultrapassando os muros das fábricas e adentrando as organizações que representam estes trabalhadores.

Gorz (1998) denomina o toyotismo de pós-fordismo, pois considera o modelo japonês um aprimoramento do padrão fordista/taylorista e defende a idéia de que o toyotismo, apesar de se apresentar como a possibilidade de reapropriação do trabalho por parte dos trabalhadores, nada mais é do que sua sujeição total, “uma quase-condição de vassalagem da pessoa mesma do trabalhador”. (GORZ, 1998, p.42; tradução livre).

A intensificação da exploração do trabalho ocorre por meio do *team work*, apresentado como possibilidade do trabalhador gerir a se próprio. Nada mais é, porém, do que a imposição do trabalho simultâneo em diversas máquinas e num ritmo e velocidade cada vez mais intensos e dos quais o trabalhador deverá prestar contas no final do expediente. Além de se apropriar das atividades intelectuais do trabalhador, mediante artifícios como os círculos de controle de qualidade, que “estimulam” o trabalhador a contribuir com idéias que visem a melhorar a produtividade das empresas. Para Antunes (1999), esse se configura num cenário propício para a retomada do ciclo de acumulação do capital, bem como na recuperação da sua rentabilidade.

Antunes (1999) e Alves (2006) alertam para o fato de o toyotismo ser um modelo originalmente japonês, mas que, na sua ocidentalização, recebeu influências dos países nos quais está sendo aplicado, portanto, deve ser compreendido com esteio na realidade de cada local.

A compreensão do toyotismo se faz necessária, pois nele está o germe do processo de precarização laboral que se vivencia na contemporaneidade. Além disso, incentiva elementos como o individualismo negativo – aspecto a ser trabalhado no capítulo seguinte – opondo-o às formas de solidariedade e de ação coletiva e social (ANTUNES, 1999).

Para Alves (2006), tanto o taylorismo-fordismo como o toyotismo visam, em menor ou maior grau, ao controle do elemento subjetivo na produção do sistema capitalista.

2.4.1 A reestruturação produtiva e a realidade brasileira

Desde a segunda metade da década de 1990, o Brasil é objeto de intensas transformações no campo do trabalho, marcadas particularmente pelos seguintes aspectos: substituição da produção em massa pela produção variável, focalização da produção – tendo

como consequência imediata o fortalecimento dos processos de terceirização –, e busca constante por melhorias nos processos produtivos. Na compreensão de Guimarães (2003), tendo como ponto de reflexão estes aspectos, o novo paradigma organizacional estava disposto a investir em seus trabalhadores, remunerando-os melhor, estabilizando o quadro funcional, bem como oferecendo “melhores perspectivas de carreira nos mercados internos de trabalho”. (P.13).

Podemos afirmar que este se trata do discurso oficial, pois na prática o que se percebe é um total distanciamento da situação há pouco exposta. Nas palavras de Guimarães (2003), a sociedade brasileira é um enigma, um caso bem particular, haja vista que convivem paradoxalmente “um intenso processo de integração produtiva internacional e uma marcada modernização do aparato produtivo com um aguçamento das desigualdades sociais”. (P.14-15).

A reestrutura produtiva no Brasil é assinalada por avanços e recuos, segundo Leite (2003). Alguns setores conseguiram significativas conquistas, como o segmento automobilístico, mas, por outro lado, efeitos nocivos se fazem cada vez mais presente na realidade brasileira, tal como a intensificação da terceirização, originando profissionais cada vez menos qualificados e mal pagos, bem como a informalidade – bem presente na realidade brasileira.

Leite (2003) aponta como momento inicial na realidade brasileira, no final dos anos 1970 e início da década de 1980, a implantação dos círculos de controle de qualidade (CCQs) que não ocorreu de forma satisfatória, haja vista que não aconteceu uma preparação das empresas no sentido de alterar as formas de organização do trabalho, tampouco um efetivo investimento na modernização de equipamentos microeletrônicos. Vale lembrar que, nesse período, o País passava por um fortalecimento da organização dos trabalhadores. Assim sendo, um dos princípios fundamentais dos CCQs, a participação dos trabalhadores, foi desvirtuada, pois ocorreu forte tendência gerencial “em desviar o ímpeto participativo dos trabalhadores para formas alternativas de organização que contassem com maior controle gerencial”. (LEITE, 2003, p. 72).

Outro ponto importante a ser considerado é a resistência dos empresários brasileiros em propagar de forma eficiente o trabalho em equipe, pois algo bastante disseminado no cotidiano das organizações é a importância do trabalho em equipe, entretanto, quando se tenta implementar essa filosofia, os trabalhadores se deparam com problemáticas as mais variadas possíveis e executam trabalhos parcelares e sem compreensão do todo. Um bom exemplo é no que se refere à tão propagada polivalência ou multifuncionalidade que, no caso

brasileiro, nada mais é do que um trabalho repetitivo e padronizado, que restringe cada vez mais o trabalhador a poucas e limitadas atividades.

Aspecto importante a ser salientado é que, em muitas empresas brasileiras, poucos são os trabalhadores envolvidos em atividades de programação, ficando esta restrita a um pequeno grupo. E, em alguns casos, quando se trata de empresas multinacionais, não é raro constatarmos que a atividade de programação fica restrita à matriz estrangeira, cabendo à filial brasileira a mera execução dos projetos. Assim sendo, limita-se cada vez mais a participação dos trabalhadores brasileiros no processo de criação.

Políticas de administração de pessoal participativas e envolvimento dos trabalhadores nos processos produtivos, tão amplamente divulgadas pelo modelo japonês de produção, foram prontamente “maquiados” em sua versão brasileira, haja vista que o empresariado local resiste em adotar medidas que possibilitem a efetiva participação dos trabalhadores no processo decisório, adotando, em geral, a coerção e a pressão como “importantes” estratégias de “controle” sobre eles.

Outro momento importante aconteceu no início dos anos 1990, com a abertura do mercado e a disseminação da filosofia da competitividade, numa frenética busca por maior produtividade e melhor qualidade. Com o objetivo de alcançar tais resultados, as empresas brasileiras passaram a investir cada vez mais esforços em programas de treinamentos, utilizados de forma equivocada, pois se focavam, no geral, em aspectos motivacionais ou comportamentais e não em qualificação – o que era mais emergente para o momento e objetivos em questão. Assim sendo, estes programas tinham um aspecto mais voltado para o disciplinamento da mão-de-obra.

Altas taxas de rotatividade, resistência na adoção de políticas salariais mais adequadas aos novos métodos de produção, inibição de medidas coletivas de participação dos trabalhadores nas decisões, desestímulo à participação dos trabalhadores em categorias de representação classista, são apenas alguns dos aspectos que nortearam a reestruturação produtiva nacional.

Vale ressaltar que a estabilização da moeda brasileira e o “controle” inflacionário, iniciados na década de 1990, propiciaram significativos avanços na atividade industrial, bem como possibilitaram a retomada de investimentos a longo prazo. Assim sendo, a reestruturação produtiva ganhou impulso,

(...) essa nova fase vem sendo marcada por um importante movimento de focalização da produção, que vem levando as empresas brasileiras a acompanharem as tendências mundiais de conformação de uma nova estrutura industrial, com o surgimento de cadeias produtivas baseadas em novas relações entre as empresas. De fato, os últimos estudos têm evidenciado um forte processo de descentralização das

empresas, o qual tem atingindo não só as áreas ligadas aos serviços (restaurantes, segurança, limpeza) como também as áreas produtivas. (LEITE, 2003, p. 84-85).

Algumas das marcas da reestruturação produtiva no Brasil são a formação de cadeias produtivas, o aumento da pressão pela qualidade, a adoção de medidas “flexíveis” que permitam atender prontamente a demanda do mercado, acentuada tendência à subcontratação e a precarização laboral. Outro aspecto relevante é o crescimento do trabalho informal na realidade brasileira.

2.4.1.1 Breve consideração sobre o trabalho informal no Brasil

Tendo em vista as nuances estabelecidas entre os conceitos de trabalho informal, autônomo, em tempo parcial, entre outros - embora reconheçamos as claras distinções entre eles - utilizaremos o conceito de informalidade para a compreensão geral.

Neste estudo, adotaremos a compreensão do trabalho informal como o trabalho desprovido de proteções sociais regularmente estabelecidas pela legislação trabalhista.

É perceptível o crescente aumento do trabalho informal, realidade que assola a maioria dos países na contemporaneidade, estando o Brasil numa situação de destaque. Nos países centrais, o declínio do Estado de Bem-Estar e a crise no sistema fordista acentuaram os problemas nas relações de trabalho, emergindo de modo marcante atividades não regulamentadas pela legislação trabalhista vigente nesses países, culminando assim com o crescimento de trabalhadores socialmente desprotegidos (FILGUEIRAS, DRUCK E AMARAL, 2004).

Podemos asseverar que o trabalho informal faz parte da cadeia produtiva do setor formal e, para exemplificar, podemos citar o caso dos catadores de materiais recicláveis, que vivem na informalidade, mas são a base da cadeia produtiva da indústria de reciclagem. Sem esses trabalhadores, este setor produtivo estaria sensivelmente abalado, haja vista que o catador coleta material reciclável nas ruas e vende a um baixo preço, não porque o queira, mas porque o mercado dita seu valor. Pelas mãos de intermediários, esses materiais chegam à indústria já com um valor mais elevado e, quando beneficiados, têm um importe bem diferenciado, originando com isto demanda de bens e serviços.

No cenário brasileiro contemporâneo, o mercado informal, como uma resultante da reestruturação produtiva, propicia elevado crescimento no contingente de trabalhadores informais, em muitos casos denominados pelas empresas de autônomos.

Devemos ainda salientar que os vínculos laborais na realidade brasileira se tornaram cada vez mais frágeis, permeados pelo discurso neoliberal de crescimento que atribui aos trabalhadores a responsabilidade pelo seu sucesso ou fracasso. Esse é um dos assuntos sobre o qual nos aprofundaremos no capítulo seguinte.

Assim sendo, o trabalho informal se tornou mais um importante aspecto a ser considerado na precarização que assola o mundo laboral contemporâneo e na qual o mercado de trabalho brasileiro já tem vivência ao longo de sua história. Com origem nessa perspectiva, é importante discutirmos a lógica da precarização laboral na contemporaneidade, algo que permeia a maioria dos países e que está intimamente inserido na realidade brasileira.

VAI TRABALHAR VAGABUNDO

Chico Buarque de Holanda

Vai trabalhar, vagabundo

Vai trabalhar, criatura

Deus permite a todo mundo

Uma loucura

Passa o domingo em família

Segunda-feira beleza

Embarca com alegria

Na correnteza

Prepara o teu documento

Carimba o teu coração

Não perde nem um momento

Perde a razão

Pode esquecer a mulata

Pode esquecer o bilhar

Pode apertar a gravata

Vai te enforcar

Vai te entregar

Vai te estragar

Vai trabalhar

Vê se não dorme no ponto

Reúne as economias

Perde os três contos no conto

Da loteria

Passa o domingo no mangue

Segunda-feira vazia

Ganha no banco de sangue pra mais um dia

Cuidado com o viaduto
Cuidado com o avião
Não perde mais um minuto
Perde a questão
Tenta pensar no futuro
No escuro tenta pensar
Vai renovar teu seguro
Vai caducar
Vai te entregar
Vai te estragar
Vai trabalhar

Passa o domingo sozinho
Segunda-feira a desgraça
Sem pai nem mãe, sem vizinho
Em plena praça
Vai terminar moribundo
Com um pouco de paciência
No fim da fila do fundo
Da previdência

Parte tranquilo, ó irmão
Descansa na paz de Deus
Deixaste casa e pensão
Só para os teus
A criançada chorando
Tua mulher vai suar
Pra botar outro malandro
No teu lugar
Vai te entregar. Vai te estragar
Vai te enforcar. Vai caducar
Vai trabalhar. Vai trabalhar
Vai trabalhar.

3 PRECARIZAÇÃO LABORAL

O homem contemporâneo testemunha dolorosamente a derrocada do emprego assalariado como norma, algo que foi cultuado durante muitas décadas. Enquanto busca novas estruturas laborais em substituição àquelas que estão desaparecendo, não sabe quais caminhos percorrer e sofre psiquicamente com isto. De acordo com Forrester (1997), diante da situação econômica atual, esta maneira de pensar (continuar cultuando o emprego assalariado), tomada de forma absoluta, resulta numa efetiva violência simbólica, pois se insiste em considerar norma um modelo em extinção. Podemos exemplificar tal fato pela exibição, nos media de programas sobre o desemprego, quando muitos trabalhadores relatam seus sonhos e intentos de reinserção ou inserção, no caso dos jovens em busca do primeiro emprego, no mercado de trabalho formal. A esse associam as garantias legais previstas nas legislações trabalhistas de seus países. Outro exemplo de incentivo ao pensamento coletivo de permanência do emprego assalariado como norma é difundido nas campanhas políticas brasileiras, nas quais uma das principais bandeiras é a promessa de fomento do emprego com carteira assinada e, por conseguinte, dos direitos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Na contemporaneidade, a crise do emprego possui dimensão dupla, segundo Díaz-Salazar (2003), pois significa dificuldade de encontrar emprego e, também, de encontrar um bom emprego, estável e com garantias mínimas. Diante disto, as pessoas se sentem “obrigadas” a aceitar as péssimas condições que lhes são impostas pelo mercado laboral. São vidas massacradas com o objetivo de elaborar a imagem de uma sociedade do trabalho em decadência. É a precarização laboral aterrorizando a vida de milhares de trabalhadores em todo o mundo.

Por precarização entendemos ser o processo no qual o trabalhador vulnerabiliza seus direitos laborais, incluindo a temporalidade e a falta de defesa ante as condições que lhe são impostas, podendo ser compreendida como resultado da crise de um período em que predominava a estabilidade laboral dentro de um modelo de emprego político e socialmente regulado.

3.1 Conceitos relacionados - trabalho, emprego, desemprego e precarização

Méda (1998, apud TONI, 2003, p.254), garante que o trabalho concebido como forma privilegiada de vínculo social e exercício de autonomia individual começou a ser difundido com Adam Smith, instituindo-se da forma tradicional, como é concebido hoje,

como emprego em tempo integral. Ao ser instituído, naturalizou-se e passou a ser vivido, no imaginário dos indivíduos, como única forma de ser possível. Assim, a palavra desemprego sugere que o não-trabalho é exceção, fora da norma, indicativo da incapacidade do sujeito em manter-se no emprego.

Álvaro (1992) ressalta que o desemprego é uma experiência terrivelmente enfraquecedora para as pessoas nos aspectos psicológicos, sociais e familiares; impactando inclusive no aspecto físico, haja vista que os desempregados desenvolvem comportamentos de risco à sua saúde. Isso demonstra a importância do tema, até para as políticas públicas governamentais, que precisam compreender a noção de trabalho de modo mais abrangente.

Para se compreender as reais taxas de desemprego tão veiculadas nos media é necessário considerar os três aspectos mencionados há pouco, caso contrário, uma visão míope e reducionista impera. De acordo com Moura (1998), Santos (2000), Chahad e Menezes Filho (2002), as taxas de desemprego calculadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) distorcem os dados, haja vista que excluem aqueles que, estando sem qualquer ocupação, não procuraram emprego na semana anterior à da pesquisa e excluem também os “desalentados” e os que possuem empregos em condições informais, ou seja, os precarizados.

O desemprego, e conseqüentemente a precarização, se tornaram uma das questões sociopolíticas e econômicas mais relevantes do mundo ocidental, desde a década de 1970, e os seus custos sociais revelam-se imensos. Atualmente, percebe-se uma brusca mudança: o desemprego e a precarização estão ascendendo à escala social, instalando na classe média a mesma sensação de insegurança e falta de perspectiva que povoa a vida dos mais desqualificados profissionalmente.

De acordo com a filósofa francesa Dominique Méda (2000), é preciso desencantar o trabalho, ou seja, derrubar ou relativizar seus mitos. Inventar e crer, com supedâneo no imaginário radical, novos sentidos, tanto para o trabalho quanto para o que se entende como realização pessoal. Uma estratégia sugerida pela autora é a retirada da excessiva carga de expectativas que se deposita no trabalho, modificando radicalmente suas representações. Tal condição se faz necessária, para liberar um espaço público onde poderão ser exercidos, ao lado da produção e prestação de serviços, outros modos valorizados de socialização, de expressão individual e de constituição da identidade. Isto, por sua vez, permitiria reorganizar o trabalho e seu significado. É preciso reconhecer, entretanto, essa ação como de risco, já que compreendemos o trabalho como categoria central para o homem.

Autores como Gorz (1982), Offe (1994) e De Masi (2003) defendem a tese da perda da centralidade do trabalho. Para Gorz (1982), o desenvolvimento das forças produtivas ocasiona a crise contemporânea do desemprego, necessitando-se cada vez menos de trabalho social para se produzir cada vez mais. Neste contexto, generaliza-se o trabalho como atividade desprovida de investimento pessoal e incapaz de atuar como fator de identificação individual e coletiva. Offe (1994), por sua vez, argumenta que a centralidade do trabalho assalariado como categoria privilegiada seria hoje insustentável, pois este perdeu a capacidade de determinar as demais esferas de ação em decorrência de três fatores fundamentais: a desagregação político-organizacional da classe trabalhadora, a descentralização do trabalho como eixo estruturador das identidades individuais e coletivas e a obsolescência do conflito capital-trabalho como contradição fundamental das sociedades contemporâneas. De Masi (2003) assegura que a terceira Revolução Industrial rompeu com um dogma keynesiano, segundo o qual a retomada dos investimentos reduz o desemprego e defende uma otimização do uso do tempo livre.

Seguindo outra linha de raciocínio, autores como Marx (1983), Antunes (1998 e 1999), Aquino e Moya (2002) defendem a tese de permanência da centralidade do trabalho. Antunes (1998 e 1999) assevera que a “classe-que-vive-do-trabalho” passou por profundas mudanças na materialidade e na subjetividade, afetando sua forma de ser. Ressalta, que está ocorrendo uma revolução no e do trabalho, sendo o ato de produção e reprodução da vida humana realizado no trabalho, considerando-o, portanto, como uma condição de existência do homem. Aquino e Moya (2002) concordam com o pensamento de Castel, quando este expressa que o trabalho continua sendo elemento central de cidadania, por quanto implica a participação dos sujeitos numa produção para a sociedade, bem como na produção da própria sociedade.

Bauman (2000) alerta para a noção de que, na lógica de reprodução capitalista, o desemprego possui seu valor, pois as tensões do consumidor são consideradas a força motriz e integradora, ou seja, o “exército” de reserva de mão-de-obra possui importância no controle dos trabalhadores empregados.

Em pesquisa realizada por Tumolo e Tumolo (2005), sobre o significado do desemprego no capitalismo, ocorreram indícios de que, na situação de desemprego, os indivíduos não percebem a existência do tempo livre, já que a maior parte de suas atividades está vinculada a sua reinserção no mercado de trabalho, interferindo desta forma, nas horas destinadas ao descanso.

Relação semelhante faz Álvaro (1992), ao rematar com a idéia de que dedicamos boa parte de nossos dias ao trabalho e que este também é um importante fator de socialização; e, quando o perdemos, ficamos boa parte do tempo sem uma funcionalidade explícita e nos sentimos à margem da sociedade. Ao analisar a relação entre trabalho e recursos financeiros, conclui que a redução destes repercute psicologicamente na vida dos indivíduos desprovidos de trabalho, pois perdem sua independência e o controle sobre suas vidas, já que passam a depender de outros (quer sejam familiares, amigos ou governo).

Bauman (2000) esclarece que, no final do século XX, a ética do trabalho voltou à cena principal com enfoque diferenciado, para atender aos anseios do mercado de capital. Sua função não é mais de permitir trabalho a todos e sim divulgar a existência dos pobres e, por que não dizer, dos desempregados, como inevitável, visto que eles “escolheram” tal situação. O autor esclarece essa nova função da ética do trabalho da seguinte forma:

[...] em sua origem, a ética do trabalho foi o meio mais efetivo para preencher as fábricas, ávidas de mão de obra. Agora, quando essa mão de obra passou a ser um obstáculo para aumentar a produtividade, aquela ética todavia pode cumprir um papel. Em vez de servir para lavar as mãos e a consciência de quem permanece dentro dos limites aceitáveis da sociedade: para eximi-los da culpa por haver jogado à desocupação permanente um grande número de seus concidadãos. As mãos e as consciências limpas se alcançam, ao mesmo tempo, condenando moralmente aos pobres e absorvendo aos demais. (P.113) [Tradução livre].

Nesta óptica, o autor exprime que a “sociedade de consumo” educa seus membros para viver na incapacidade de ascender ao estilo de vida ideal, sendo esta uma das mais dolorosas privações. Desta feita, mais uma vez percebemos o “papel” que cumprem o desempregado e o precarizado em relação à nova função da ética do trabalho, numa sociedade que valoriza a estética do consumo, pois o discurso usado pelos empresários para manter seus trabalhadores “acomodados” no ambiente de trabalho argumenta que, se este não aceitar as regras impostas, existem milhares de pessoas esperando uma oportunidade para trabalhar. Acrescentam a este argumento as dificuldades encontradas no plano mundial para se reinserir no mercado de trabalho.

Os desempregados e precarizados são considerados culpados por sua situação e os argumentos são diversos, tais como: falta de qualificação profissional, ausência de interesse pessoal por aceitar qualquer tipo de ocupação, incapacidade de aproveitar as oportunidades oferecidas etc.

Bauman (2000) sintetiza o assunto, ao expressar a idéia de que,

Na atualidade, a ética do trabalho é essencial para desacreditar a idéia de ‘dependência’. A dependência se tem transferido em uma má palavra. Acusa-se ao estado benfeitor de fomentá-la, de elevá-la ao nível de uma cultura que se

autoperpetua: e este é o argumento supremo para dismantelar esse Estado. [...] a dependência do ‘Outro’ é somente o reflexo da responsabilidade própria, o ponto de partida de qualquer relação moral e o suposto no qual se baseia toda ação moral. Ao mesmo tempo que denegri a dependência dos pobres como um pecado, a ética do trabalho, em sua versão atual, oferece um alívio aos escrúpulos morais dos ricos. (P.124-125) [Tradução livre].

Conforme exposto anteriormente, o trabalho possibilita à maioria dos indivíduos o estabelecimento de uma rede central de relações, orientando sua identidade, dizendo a si próprio e aos outros o que são (BRIDGES, 1995). Assim sendo, estarmos numa sociedade onde o desemprego e a precarização constituem a “nova norma” nos faz repensar sobre a categoria dos trabalhadores.

3.2 A categoria trabalhadores repensada

Consoante Schannaper (1998), a forma como pensamos a categoria dos trabalhadores está muito relacionada ao padrão clássico industrial, hierarquizado. Este, entretanto, foi alvo de alterações com a reestruturação produtiva, que levou em sua maioria a diminuição do contingente de trabalhadores para execução das atividades industriais, portanto, isso conduz à necessidade de repensar a categoria laboral de forma geral, fato que muitas vezes desconsideramos, talvez por falta de consciência política ou de classe. Muitas hipóteses podem ser levantadas. Só não podemos é permanecer na mesmice, aceitando as transformações do mundo do trabalho como um processo natural e do qual não podemos participar de forma ativa, crítica e consciente – vide a lei do primeiro emprego na França, alterada em razão de intensos protestos dos jovens, sindicalistas, trabalhadores e sociedade em geral. Este exemplo nos faz refletir sobre o papel da luta de classe dos trabalhadores.

Alonso e Ortiz (1996), reforçando o que foi anteriormente citado, apontam como elementos da sociedade do trabalho - que tinha como norma o emprego assalariado industrial - os seguintes pontos: a dimensão produtiva como eixo estruturador da sociedade do trabalho, o reconhecimento da cidadania laboral e a não-radicalização do conflito laboral e social. Para o autor, a sociedade atual perdeu a concepção, anteriormente vigente, de que as instituições tinham que garantir um trabalho estável, seguro e com futuro. Com isso, transformações importantes ocorreram, tais como: configuração produtiva, tendendo à fragmentação e à dualização; debilitamento das condições laborais; e tendência à “empresalização” das relações laborais, associada à crise dos pactos sociais.

Alguns fatores devem ser considerados na análise da mundialização econômica e sua relação direta no mundo laboral. De acordo com Aizpuru e Rivera (1994), são eles: inovações tecnológicas e organizacionais que afetam diretamente na redução da mão-de-obra; globalização do comércio mundial, ocasionando efeitos nefastos para o mundo do trabalho, como, por exemplo, a diminuição do custo da mão-de-obra em “prol” da competitividade no cenário mundial; redução das políticas de proteções sociais, desmitificando, assim, o conceito de estabilidade no posto de trabalho. Com isso, os donos do capital utilizam-se dos discursos previamente elaborados para justificar os altos índices de desemprego e a precarização laboral, atribuindo à mundialização as mudanças de câmbio e da legislação trabalhista no cotidiano das organizações, como propiciadores de tais situações. Para “resolver” estes problemas, defendem mudanças nas barreiras comerciais, câmbios na legislação trabalhista e alterações na carga de tributos e impostos. Os governos neoliberais, por sua vez, defendem a necessidade de globalizar os produtos e serviços nacionais, justificam a alta carga tributária como investimento social e prometem oferecer mais empregos em sua forma tradicional – emprego assalariado. No “olho” deste imenso furacão, está o trabalhador que luta diariamente pela sobrevivência. O embate político, econômico e social é profundo, mas tanto os donos do capital, os governos, como os trabalhadores, não refletem sobre um patamar mais amplo que envolve inclusive a participação popular.

Antunes (1999) vai além e declara que o neoliberalismo e a reestruturação produtiva – bem como a propaganda acumulação flexível – são respostas à crise do capital que acarretam transformações do mundo do trabalho. A busca da produtividade e a concorrência atuam de maneira perversa, ensejando a precarização do trabalho e o aumento do número de desempregados. Exemplifica com os seguintes pontos: desregulamentação dos direitos do trabalho, acentuação do processo de fragmentação na classe trabalhadora, desarticulação do sindicalismo de classe, precarização e terceirização.

Neste cenário, o autor aponta como conseqüências das transformações na produção: a diminuição do operariado fabril; o aumento das inúmeras formas de precarização do trabalho; o crescimento do trabalho feminino; a expansão dos assalariados médios; a exclusão dos trabalhadores jovens e dos mais velhos; a intensificação e a superexploração do trabalho; a expansão do desemprego estrutural; a expansão do trabalho social combinado, no qual trabalhadores de várias partes do mundo participam do processo produtivo. As novas tendências produtivas, baseadas em técnicas como *lean production*, *just-in-time*, qualidade total, *team work*, são responsáveis pela intensificação do trabalho e podem ter como

conseqüências o aumento da insegurança no emprego, o estresse e as doenças ocupacionais - remata Antunes (1999).

Druck (2002) relata que, atualmente, ocorrem o crescimento e o desenvolvimento do trabalho flexível e precário em todo o mundo capitalista, agravados com a implementação da reestruturação produtiva, de novos padrões da gestão do trabalho e do Estado, bem como de processos de desindustrialização e descentralização geográfica das fábricas; medidas essas advindas das novas necessidades do sistema capitalista, em que a política econômica exige processos mais flexíveis e resultados a curto prazo. Acerca da descentralização geográfica das fábricas, podemos citar como exemplo empresas que passaram a se instalar em municípios cearenses nas últimas décadas. Atraídas por incentivos fiscais, outras “vantagens” estimuladas a fixar seus parques industriais nas terras alencarinhas. Numa breve análise, logo se percebe que grande parte dessas indústrias situavam-se em regiões nas quais as lutas sindicais e o poder de classe dos trabalhadores estavam solidificados. Ao se transferirem para uma região que carece de emprego e renda – como é o caso do Ceará – onde a população possui baixa escolaridade, não dispõe de condições básicas para uma sobrevivência digna e não possui histórico de lutas sindicais, tais organizações vislumbram imensas possibilidades de submeter esses trabalhadores, sem encontrar muita resistência, à precarização laboral, lapidada pela expressão “flexibilização” nas relações de trabalho (BORSOI, 2005).

3.3 Precarização e flexibilização - as faces antagônicas de um discurso neoliberal

Sobre a interferência da política neoliberal no mundo do trabalho, Díaz-Salazar (2003) assinala que a flexibilização impõe novos modelos de exploração laboral mediante os quais se multiplicam os contratos temporários e precários; além de se ter na estrutura empresarial elementos que dificultam e, até mesmo, inviabilizam a ação sindical e a luta dos e pelas trabalhadoras. Outro ponto que dificulta a ação dos trabalhadores por melhores condições é a internacionalização do capital, com a dessocialização das empresas em diferentes lugares. Conforme explanado anteriormente, a descentralização geográfica das empresas também enfraquece o poder de atuação dos trabalhadores como categoria, pois dessocializa as regras, os benefícios e “adequa-os” a cada realidade, ou seja, fragmenta e, muitas vezes, torna inviáveis a algumas manifestações das lutas de classes.

O programa neoliberal possui uma tendência global que instala a flexibilidade como grande vantagem. Para Tomás (2001), porém, a flexibilidade laboral possui íntima

relação com a economia informal, a qual denomina como “um conjunto de atividades que vulneram as regras ou mecanismos de regulação do sistema econômico em seu conjunto.” (P.125), caracterizando-se pelas inadequadas condições de trabalho, originando, assim, postos de trabalho de baixa qualificação, elevada rotatividade e mobilidade, baixos salários, mínimas condições de segurança e higiene, jornadas excessivas, exploração da força de trabalho e desproteção oficial e sindical.

Tómas (2001) anota, ainda, que a economia informal se torna uma das principais formas de integração das pessoas que vivem em estado de precarização e forma de sobrevivência dos excluídos. O autor relaciona a precarização laboral com o que ele denomina de exclusão social⁴. Para ele, o conceito de exclusão social aplica-se às pessoas à margem das oportunidades vitais, o que, por sua vez, define uma cidadania social plena nas sociedades atuais. Entendendo a exclusão como uma segregação social, com dimensões econômicas e culturais, relaciona diretamente com a problemática do trabalho, pois o considera um mecanismo fundamental de inserção social. Ressalta ainda, que a atividade laboral é fundamental, sendo que “sua carência e/ou precariedade lhe converte no fator essencial de risco: ter ou não ter trabalho, e o tipo de trabalho que se tem, constitui a principal barreira delimitadora na exclusão social.” (TOMÁS, 2001, p.113).

Castillo (1998) alerta sobre a importância de se analisar os processos produtivos com origem dos postos de trabalho, objetivando com isso identificar tanto as possibilidades positivas como as negativas inseridas em tais processos. Desta forma, esclarece o autor, é possível identificar as faces claras e obscuras das variadas formas de flexibilidade, dentre as quais estão incluídas o trabalho invisível, o emprego estável e a deterioração das condições de trabalho – a precarização laboral.

Num mundo globalizado, onde a concorrência é um dos principais pilares de sustentação das empresas capitalistas, o uso da precarização e a intensidade da exploração do trabalho tornaram-se uma estratégia de sobrevivência para a concretização do ciclo reprodutivo do capital (ALONSO e ORTIZ, 1996; ANTUNES, 1999; CASTEL, 1998; GORZ, 1998).

Leite (2003) ressalta o fato de que algumas características das empresas contemporâneas, como a luta incessante em se manter no mercado, atrelada às tendências

⁴ Adotaremos a idéia, apresentada por Castel (1998), de que a precarização laboral provoca vulnerabilidade social e desfiliação, acreditando ser esta mais condizente com a realidade dos trabalhos da contemporaneidade, visto que estes estão incluídos em algum processo que pode estar à margem da sociedade, mas estão inclusos nesta, num caráter processual.

macroeconômicas e à promoção de um conjunto de iniciativas – como, por exemplo: transformação na estrutura industrial, forte tendência a focalização da produção, enxugamento da produção incentivado por estratégias como a terceirização culminam na precarização laboral. Garante ainda, que

(...) essas tendências vêm impondo uma dinâmica ao mercado de trabalho em seu conjunto em que o trabalho tem se tornado cada vez mais escasso na ponta virtuosa, de onde vem sendo expulso, para se expandir na ponta precária. Elas são, portanto, responsáveis por vários aspectos da precarização do trabalho que impera nos elos mais frágeis das cadeias produtivas: o aumento do trabalho informal, a expansão do trabalho por tempo determinado e em tempo parcial, a difusão dos baixos salários. (P. 57).

Para Hirata e Préteceille (2002), os donos do capital apresentam uma idéia otimista sobre as transformações econômicas no mundo do trabalho, justificando, assim, a redução dos empregos entre os operários como consequência inevitável dessa modernização. A adoção de novas tecnologias, tendo como uma de suas principais consequências a redução do trabalho vivo na produção material, e a evolução para a economia “pós-industrial”, propiciando o crescimento do setor terciário e de serviços é defendida por estes otimistas como a “tábua de salvação” da economia mundial.

Numa análise mais cautelosa sobre a “evolução” anteriormente referida, podemos acentuar, conforme nos esclarece Castel (1998) que a desestabilização dos operários, grupo anteriormente considerado estável, é sentida como uma crise, na qual se vislumbra o seu desaparecimento como grupo social, já que ocorreram diminuição de seus empregos e desvalorização simbólica do seu papel. Já a terceirização, atrelada à introdução de novas tecnologias informatizadas, originou considerável redução do núcleo estável da mão-de-obra. Sobre este fenômeno, não é raro observar trabalhadores serem demitidos e, posteriormente, contratados para trabalhar na mesma empresa por meio de uma organização terceirizada, muitas vezes exercendo atividades semelhantes ou iguais às que exerciam anteriormente, mas em condições salariais, jornadas laborais e demais direitos trabalhistas inferiores aos de que usufruíam.

Sobre a demanda emergida nas últimas décadas, na área de serviços, Offe (1997) considera que não se pode atribuir à “sociedade de serviços” a função de absorver todo o contingente de trabalhadores expulsos do ambiente fabril, indicando que muitas atividades de serviços estão relacionadas à produção, portanto, o decréscimo nesta afeta diretamente aquela; ressalta também o elevado preço praticado em algumas atividades da área de serviços; e, por fim, cita a grande flexibilidade dos preços na área de serviços, variando conforme a demanda.

Acreditamos que depositar todas as esperanças na terceirização e na “sociedade de serviços” como as exclusivas estratégias para vencer as fragilidades que permeiam o mundo do trabalho na contemporaneidade é negar a precarização que está no cerne desses processos. Percebemos, entretanto, que na sociedade brasileira como um todo e, especificamente, na sociedade cearense, com o incentivo ao foco no turismo, a terceirização e a prestação de serviços são difundidas como opções poderosas para o trabalhador enfrentar o desemprego. Não se discute a questão num plano mais amplo, já que a precarização e o desemprego estão intimamente atrelados, pois, como nos relata Castel (1998), “o desemprego é apenas a manifestação mais visível de uma transformação profunda da conjuntura do emprego. A *precarização* do trabalho constitui-lhe uma outra característica, menos espetacular porém ainda mais importante.” (P.514).

Aprofundando o assunto, Hirata e Preteceille (2002) apontam a ocorrência de duas exigências contraditórias permeando a relação laboral contemporânea: a estabilidade nos postos de trabalho e a fluidez do volume do emprego. Tal fato decorre das exigências de flexibilidade tanto no interior da empresa, quanto nos mercados de trabalho e de produtos.

O discurso da “flexibilidade” é uma das estratégias que propicia o desdobramento significativo das situações de precarização laboral. Navarro (1998 apud TOMÁS, 2001, p.109) assinala porém, que “a flexibilidade laboral necessária para aumentar a eficiência econômica não pode alcançar a base de medidas punitivas e repressivas que criam instabilidade, precariedade, desemprego e incrementa desigualdades sociais.” (P.109, tradução livre).

É preciso não esquecer de que a flexibilização tem variados matizes e, para destacar tal conotação, exemplificamos com o pensamento de Díaz-Salazar (2003), ao apontar dois desses aspectos - um econômico e outro político. O primeiro é alcançado quando da possibilidade de reajustamento contábil do custo da mão-de-obra em relação ao preço do produto e sua realização no mercado. O segundo tenta eliminar incertezas provenientes das exigências sociopolíticas do trabalho. O autor esclarece a relação entre flexibilização e precarização,

Flexibilizar o emprego significa debilitar seu sujeito social. Em primeiro lugar significa debilitar o trabalhador individualmente por quanto desde o momento em que se sente inseguro suas demandas serão menores, mas tímidas e cautelosas [...]. Porém também significa debilitar o trabalhador como sujeito coletivo e sua expressão ... (DÍAZ-SALAZAR, 2003, p.159).

Para Druck (2002), “... no capitalismo flexível, as transformações no e do trabalho – e sua flexibilização – estão redefinindo a própria existência humana, cujo principal resultado é a perda de valor e de sentido na relação entre os próprios homens.” (P.20-21).

Apesar dessas condições, Antunes (1999) é contundente, ao evidenciar o fato de que a flexibilização não acarretará a eliminação da classe trabalhadora, “e sim na sua precarização, intensificação e utilização de maneira ainda mais diversificada.” (P.191).

3.4 O “novo” trabalhador num contexto de trabalho precarizado

Sobre a concepção atual do trabalho, Gorz (1998) acentua que o emprego estável está acabando e em seu lugar emerge uma massa de trabalhadores submetidos a condições nada favoráveis. Ele explica a “nova” divisão dos trabalhadores da seguinte forma,

A mão de obra está dividida assim em duas grandes categorias: um núcleo central composto por assalariados permanentes e de tempo completo (integral), capazes de polivalência profissional e de mobilidade, e ao redor desse núcleo uma massa importante de trabalhadores periféricos, entre os quais há uma proporção importante de trabalhadores precários e de interinos com horários e salários variáveis. (P.58) [Tradução livre].

Gorz (1998) aponta como principais conseqüências, para o trabalhador, do processo de precarização laboral: a falta de autonomia, o isolamento social, a perda do reconhecimento social e da auto-estima, a autoculpabilização, a erosão da conduta disciplinada e organizada da vida, os efeitos negativos sobre a saúde física e mental e a perda gradual da empregabilidade⁵.

No que diz respeito à empregabilidade, vislumbramos um delicado percurso, haja vista que se trata de um fenômeno individual, que fragmenta e alimenta o individualismo negativo, assunto sobre o qual nos deteremos posteriormente.

No cenário atual, o mundo do trabalho e os avanços tecnológicos a ele relacionados possuem efeito duplo: de um lado, exige-se alta qualificação e, de outra parte extinguem-se postos de trabalho (ANTUNES, 1999; DÍAZ-SALAZAR, 2003). Gorz (1998) alerta: “quanto menos trabalho há para todos, mais tende a aumentar a dureza do trabalho para cada um.” (P.62, tradução livre). Esse aspecto os trabalhadores, de maneira geral, não vislumbram, pois se mantêm numa atitude individualista.

A situação é de tal forma delicada que Minerbo (1999) aponta elementos importantes da influência da precarização sobre a vida psíquica do trabalhador,

⁵ Compreendemos empregabilidade como a capacidade que cada pessoa possui de produzir trabalho e renda.

A falência de uma instituição que julgávamos eterna repercute a nível psíquico individual, tornando visíveis as conseqüências da súbita descontinuidade entre a vida psíquica individual e institucional. Sem continente institucional adequado, a angústia psicótica, desorganizadora e destrutiva, emerge sintomaticamente aqui e ali. Dito de outro modo, sem um espaço transicional adequado para negociar seu narcisismo, o homem contemporâneo se encontra diante de um verdadeiro impasse na subjetivação. [...] seu conflito se desloca para a possibilidade ou impossibilidade de ser. Diante de um conflito insolúvel no real, de uma contradição efetiva entre as formas culturalmente valorizadas e o momento histórico atual, o sujeito acaba recorrendo, em algum grau, à mutilação psíquica como solução radical ao conflito ser/não-ser: é o preço da violência simbólica. (P.340).

A respeito da precarização, Castel (1998) aponta três relevantes aspectos a considerar: a desestabilização dos trabalhadores estáveis, a instalação na precariedade e o déficit de posições associadas à idéia de utilidade social e de reconhecimento público. Na sua concepção, com a qual estamos de acordo, a precarização deve ser considerada como importante, pois causa vulnerabilidade social, desemprego e desfiliação. Cada vez mais os trabalhadores vêm que a sua “*identidade pelo trabalho* está perdida” (CASTEL, 1998, p.531), muitas vezes porque não se reconhecem como trabalhadores, pois vinculam atividade laboral a emprego assalariado, outras vezes, porque não reconhecem a utilidade social de seu trabalho. Estes dois aspectos parecem estar intimamente relacionados com a experiência de precarização do catador de materiais recicláveis, categoria de análise da presente dissertação.

Consoante Schnapper (1998), alterar o valor de certas atividades, como no caso das pessoas que trabalham com o lixo, que é nosso foco de atenção, é difícil, porque a sociedade moderna está edificada sobre a preeminência da lógica mercantil. “No futuro, muitas pessoas não pertencerão ao setor diretamente concorrencial, mesmo que sejam muito úteis à vida coletiva. É preciso conhecer sua utilidade, que é efetivamente grande.” (P.91).

Sobre o assunto, Alonso e Ortiz (1996) reforçam a idéia de que é necessário

Distinguir justamente entre dois aspectos fundamentais do trabalho, entre o trabalho como fonte de salário e trabalho como atividade humana, entre um trabalho que é simplesmente um valor econômico e um trabalho que é um valor social, e um aspecto que cada vez vamos ter que abordar com maior intensidade porque a situação é tal que as condições mercantis do trabalho podem anular as necessidades sociais da atividade trabalho”. [...] Valorar socialmente, inclusive remunerar socialmente, por diferentes vias, sejam privadas ou públicas, trabalhos que até este momento eram considerados *não trabalhos*. (P.37) [Tradução livre].

Durões (2002) assegura que a precarização das condições de trabalho e da própria condição de trabalhador é marcada por vulnerabilidade e incerteza, tanto em relação ao trabalho como aos níveis de renda e às condições de proteção e riscos sociais. Bauman (1999) e Druck (2002) esclarecem que a fragilidade e a insegurança no trabalho contribuem para uma atitude de distanciamento dos indivíduos ante as ações coletivas e lutas sindicais, pois o que é incentivado pelo mercado laboral é a busca por soluções individuais. Além disto, a incerteza torna-se um poderoso instrumento de manipulação na luta pelo poder. Acreditamos ser a “dicotomia” entre o individual e o coletivo um dos aspectos mais relevantes na precarização, portanto, comentaremos o assunto no tópico a seguir.

3.5 O individualismo na esfera do trabalho - forte aliado da precarização laboral

Na contemporaneidade, o individualismo nas relações sociais está presente em todos os contextos. O poder individual é disseminado como forma de superação do coletivo.

O conceito de individualismo a ser considerado é o apresentado por Castel (1998), como um ser autônomo, independente, senhor de seus empreendimentos, que busca com persistência e dedicação seus interesses, rejeitando as formas coletivas de enquadramento.

Discutiremos o conceito de individualismo como forma de exacerbar a precarização nas relações de trabalho e a pertença a coletivos, como possível forma de tomada de consciência para superação do estado de precarização ora vivenciado no mundo do trabalho. Vale ressaltar que não estamos cultuando a coletividade como uma tábua de salvação para afastar a precarização laboral, mas como uma estratégia para permitir uma conscientização dessa circunstância, bem como uma possibilidade de tornar essa realidade menos precária.

Um paralelo entre velhas e novas formas do sistema capitalista é apresentado por Bauman (2001), que os denomina de capitalismo pesado e capitalismo leve, respectivamente. O primeiro, tendo como características principais a industrialização, a acumulação, a regulação e a promoção da autoconsciência da sociedade moderna como volumosa, imóvel, enraizada e sólida. Presos aos lugares, os trabalhadores estavam imóveis. Cumprir leis ditadas pelo dono do capital era a principal obrigação do trabalhador. Seu maior representante foi o modelo fordista. O capitalismo leve apresentava uma nova incerteza: não se sabiam os fins. Seu maior desafio era escolher os objetivos a serem conquistados. Neste “novo” sistema

capitalista, as possibilidades são infinitas, pois sucesso e fracasso são situações a serem perseguidas pelos indivíduos.

Borsoi (2004) contribui para esta idéia, ao entender que o capitalismo acentua e exterioriza “a posição do indivíduo e a afirmação da individualidade, porque constrói uma concepção de mundo fundada no individualismo, ou num pressuposto de liberdade individual.” (P.26).

Díaz-Salazar (2003) reforça essa idéia, quando ressalta que há uma tendência premente na vida laboral dos trabalhadores precários em exigir-lhes a demonstração constante de sua vontade em trabalhar.

A responsabilidade de descobrir o que é capaz de fazer e aperfeiçoar essa capacidade ao máximo é atribuída ao indivíduo. É preciso fazer a melhor escolha e a mais *light*⁶ possível, não esquecendo que as possibilidades são infinitas, mutáveis e tem curto prazo de validade. Diante da aparente liberdade de escolha, o indivíduo sente-se diferente, sem perceber que sua busca pelo diferencial o tornou igual aos outros.

Borsoi (2004) esclarece:

Se o homem pode agir, imaginando-se plenamente livre para definir os rumos da própria vida, não se dando conta de que está submetido ao domínio reificado das relações de produção, só o faz porque construiu sua individualidade fundamentada no caráter individualista e egoísta de uma determinada forma de sociedade. O isolamento, a independência e o individualismo só podem ser frutos de relações sociais coisificadas, é verdade, mas absolutamente sociais antes de tudo. (P.27).

A imprevisibilidade das situações no presente e no futuro estimulam o aumento da vulnerabilidade de massa, anota Castel (1998). Complementando esta idéia, Bauman (2001) explica que a incerteza do presente se torna grande força individualizadora, ficando a idéia de interesse comum cada vez mais distante e sem valor prático.

No mundo atual, a globalização tende a acentuar a crise. Consoante Bauman (1999) e Octávio Ianni (2001), a globalização é irreversível e une e fragmenta, afetando as relações dos indivíduos com diversas conseqüências. Defendendo a idéia do neoliberalismo, onde propõem a não-intervenção estatal no aspecto econômico e a fragmentação política, a globalização se apresenta como um grande atrativo às nações e aos povos.

Bauman (1999) expressa que “está cada vez mais difícil, talvez até mesmo impossível, reunir questões sociais numa efetiva ação coletiva” (p.76/77), portanto, compreendemos que a globalização estimula o individualismo que, por sua vez, fragiliza questões sociais de vital importância para o ser humano, tal como o trabalho.

⁶ O termo *light* está sendo utilizado de acordo com Bauman (1999) para se referir a algo fluído, leve.

O individualismo é cada vez mais cultuado. Santos (2000), tratando da inconsistência e inconstância dos grupos de desempregados que pesquisou, ressalta essas características como negativas, pois inviabiliza a mobilização como “categoria social que lute conjunta e organizadamente por seus direitos” (p. 32). Díaz-Salazar (2003) esclarece “esta individualização dos destinos que afeta a grande massa dos desempregados explica por que um alto índice de desemprego não prepara a revolução.” (P.131).

A sociedade industrial contemporânea tornou-se totalitária, agindo por intermédio da manipulação das necessidades consideradas como genéricas, o que, por sua vez, impede o aparecimento de uma oposição eficaz ao todo. Desta forma, os indivíduos assumem o discurso da classe dominante como o único possível, desconsiderando a capacidade de transformação da sociedade. Para que ocorra a libertação, é necessária a tomada de consciência do estado de servidão, pois sentir-se dependente é um passo importante no motor da luta em prol da reapropriação da dignidade social do trabalho (MARCUSE, 1982; CASTEL, 1998). Muitas vezes, porém, o surgimento desta conscientização é inviabilizado pela predominância de necessidades e satisfações, que já foram tão incorporadas pelos indivíduos, que passam a percebê-las como suas, por exemplo: a constante busca – focando apenas quantidade - por aprendizagem, muitas vezes desprovida de uma análise mais cautelosa sobre sua qualidade.

Muitas vezes, o discurso do poder dominante, quer seja no âmbito da política ou das organizações, é sentido e vivenciado pelos trabalhadores como sendo seu, entretanto trata-se da reprodução de necessidades superimpostas que “... não estabelece autonomia; apenas testemunha a eficácia dos controles.” (MARCUSE, 1982, p. 28). Na verdade, podemos falar de uma pseudo- autonomia, na “ausência” de consciência crítica, pois vivemos numa sociedade que não questiona de maneira profunda as condições em que se encontra, pelo menos no âmbito das transformações do mundo do trabalho

3.6 Interesses individuais e coletivos no mundo do trabalho

O mundo mais parece um “campo de forças dispersas e díspares” (BAUMAN, 1999, p.66), não sendo percebido como uma totalidade, mas como fragmentos que se encontram casualmente em pontos que não se podem prever, ganhando impulso sem que se saiba como parar estas forças desconexas; ou seja, a totalidade do mundo não é mais reconhecida.

No âmbito do trabalho fato semelhante acontece. Vejamos: o aspecto do aperfeiçoamento profissional passou a ser um empreendimento individual, perdendo sua

concepção de coletividade. Neste cenário, atribui-se ao indivíduo a total responsabilidade pela constituição da sua carreira, sendo sua escolha vinculada aos ganhos financeiros que ela pode conceder.

O trabalho volta a ser considerado com fator de auto-estima e de reconhecimento social, pois permite a inserção nos mecanismos econômicos e sociais de consideração dentro de uma sociedade que supervaloriza o consumo; isto é, o aspecto instrumental do trabalho passa a ser o mais relevante.

Com a precarização nas relações de trabalho, a valorização do ter e a exacerbação do individualismo, uma característica passa a ser exigida ao trabalhador: o empreendedorismo. Sendo apresentado como a via de escape para os problemas da falta de emprego, podemos defini-lo como a habilidade de acumular conhecimentos, introjetar valores, atitudes e comportamentos. Apontadas por Dolabela (2001) como uma forma de percepção do mundo e de si mesmo, voltada para atividades em que o risco é elemento presente, a inovação, a perseverança e a convivência com a incerteza são intrínsecas à atividade.

Percebemos no discurso da sociedade capitalista contemporânea, de forma implícita, as justificativas pelas quais devemos ser empreendedores para sobrevivermos no mercado de trabalho. Tal discurso é propagado nos ambientes governamentais, organizacionais, acadêmicos (vide programas de cursos seqüenciais e de especialização na área de Administração de Empresas) e midiáticos. Sobre este último podemos citar, como exemplo, o programa Globo Repórter, da Rede Globo de Comunicações, exibido no dia nove de setembro de 2005, defendendo a forma de ser do empreendedor como uma saída “positiva” para a falta de emprego e para a ausência de compromisso das políticas públicas com a questão do trabalho (mensagem implícita). O empreendedor é apresentado como um “mágico”, sujeito criativo que sabe driblar as condições adversas do mercado de trabalho informal, sendo apresentado como um modelo, um herói a ser reverenciado.

Mesmo não utilizando a denominação empreendedorismo, Castel (1998) descreve a situação, ao relatar que ao trabalhador não é suficiente apenas saber trabalhar, mas é necessário saber se vender, definindo sua identidade profissional e fazendo com que haja uma interação do capital pessoal com a competência técnica geral.

A empregabilidade e o empreendedorismo apóiam-se na flexibilização, que defende a polivalência do trabalhador, bem como a individualização do esforço com o enfraquecimento das lutas coletivas, como características positivas. Propaga um discurso de que, para se manter competitivo no mercado de trabalho, o profissional precisa de autonomia

e independência pessoal, difundindo desta forma a idéia de que o trabalhador somente será bem-sucedido se conseguir acompanhar e antever o ritmo frenético das constantes mudanças ocorridas no ambiente organizacional.

Ainda vivemos com base nos princípios da sociedade salarial (apesar de, no caso brasileiro, nunca a termos vivenciado plenamente). Assim sendo, um paradoxo se estabelece: durante muito tempo, utilizando-se da coerção e da força legislativa, perseguiu-se o processo de “adaptação” do trabalhador em sua tarefa, objetivando “nela conservá-lo através de um leque de vantagens ‘sociais’ que vão qualificar um status constitutivo de identidade social.” (CASTEL, 1998, p.593). Essa não é, entretanto, mais a tônica da contemporaneidade, pois o trabalhador voltou a trabalhar para ganhar a subsistência diária. É a precarização se intensificando e aterrorizando os trabalhadores.

Desta forma, sobreviver numa sociedade que estimula o individualismo reforça a importância das medidas de proteções sociais, já que estas advêm da participação em coletivos. Podemos inferir, no caso da realidade brasileira, que ela não incentiva a participação dos indivíduos em coletivos.

Alonso e Ortiz (1996 apud AQUINO, 2005, p.5) demarcam a ocorrência de “... uma substituição da solidariedade e homogeneidade”, marcas da sociedade salarial, acontecendo pois, o desmembramento do modelo de representação do mundo do trabalho “e o gradativo surgimento de inúmeros pequenos ‘sujeitos’ sociais, a tal ponto, que o mundo do trabalho se vê ameaçado pela perda da coesão social.” (P.5).

Na contemporaneidade, sucede uma descrença na concretização de ideais coletivos, ou seja, na falta de projetos de cunho político e social pelos quais o ser humano projete seus ideais emancipadores, anota Severiano (2001).

Autores como Bauman (2001) e Steinko (2004) explicam que o futuro se tornou incerto, recheado de perigos, portanto, ter objetivos distantes e coletivos, abandonando os interesses pessoais em prol do aumento do poder do grupo, sacrificando o presente em nome de uma possível felicidade no futuro, torna-se algo pouco atraente para os indivíduos de maneira geral.

A existência social tornou-se precarizada, enfraquecendo os laços humanos, as comunidades e as parcerias, esclarece Bauman (2001). Para o autor, o trabalho perdeu seu valor social e adquiriu valoração estética:

(...) espera-se que seja satisfatório por si mesmo e em si mesmo, e não mais medido pelos efeitos genuínos ou possíveis que traz a nossos semelhantes na humanidade ou ao poder da nação e dos países, e menos ainda à bem-aventurança das futuras gerações. (P.160).

Para Castel (1998), uma das características mais preocupantes do atual momento é o “reaparecimento de um perfil de ‘trabalhadores sem trabalho’.” (P.496). O autor considera o desemprego e a precarização duas manifestações do mundo do trabalho extremamente importantes; “...a precarização do trabalho é um processo central, comandado pelas novas exigências tecnológico-econômicas da evolução do capitalismo moderno.” (P.526). Assevera que a precarização possui dupla instabilidade, a saber: a precarização econômica, que se refere às estruturas produtivas e salariais, e a precarização social, estando esta relacionada às transformações das legislações relativas aos direitos do trabalho, das empresas e das situações externas ao trabalho.

Retomando idéia já abordada, Hirata e Preteceille (2002) advogam a idéia de que a precarização do trabalho atinge não somente o aspecto profissional, mas também o familiar e social. Para Offe (1997), “... a experiência e a expectativa de precariedade são fatores poderosos na erosão da forma de vida e reprodução em *familia*. Quando esta não cumpre com sua função de microsistema de segurança social, a precariedade se intensifica.” (P.48).

Na perspectiva de Tomás (2001), o estado de precarização enseja contextos e situações de exclusão social, em que “o processo de precariedade laboral constitui um fenômeno complexo que acaba gerando e/ou potencializando a desigualdade, desestabilização, desestruturação, dualização e exclusão social.” (P.96) [Tradução livre].

Schnapper (1998) acredita que uma sociedade deve ter como princípio norteador a consideração ao trabalho humano no seu duplo valor de indivíduo-cidadão e de produtor. Preconiza a idéia de que, pelo trabalho, o homem consegue assegurar a vida material, estruturar-se no tempo e no espaço, expressar sua dignidade e estabelecer permutas sociais.

Antunes (1999) aponta como opções de superação da crise do capital os seguintes pontos: modificação da lógica de produção societária, que se tornaria focada nos valores de uso e não em valores de troca; produção voltada para coisas úteis à sociedade como um todo e executadas de acordo com o tempo disponível e não no tempo excedente, como fazem hoje alguns membros da sociedade mediante o incentivo da mídia em participar de programas de voluntariado.

Alonso e Ortiz (1996) apontam como alternativa para a circunstância de precarização a participação do Estado com capacidade para reconhecer as demandas e aspirações diretas dos sujeitos sociais, um Estado de Bem-Estar mais austero, mais atento às demandas concretas, descentralizado e participativo, que possibilite a reconstituição da idéia de cidadania

Schnapper (1998) e Castel (1998) compartilham do argumento de que o trabalho não pode deixar de continuar a ser uma norma, um referencial na vida dos indivíduos, pois estamos numa sociedade organizada em torno do trabalho e da produção. É necessário, no entanto, repensar formas de elo social que não sejam unicamente a participação na produção concorrencial. A revolução tecnológica libera o homem de algumas atividades, permitindo ter-se uma produção superior com número menor de trabalhadores, o que nos força a pensar em formas de reconhecer, econômica e socialmente, as atividades e a utilidade social dos indivíduos que não fazem parte do setor de produção. Schnapper (1998) demarca a noção de que “o problema de hoje, é o reconhecer plenamente a dignidade de outras formas de trabalho.” (P.119).

Concordamos com a idéia apresentada por estes autores e não compactuamos com a “naturalização” da precarização como uma irremediável conseqüência da modernização. Acreditamos que é possível avançar e (re) criar formas de ressignificar o trabalho.

Com âncora nesta perspectiva da precarização laboral, apresentaremos na seqüência a realidade de uma categoria de trabalhadores que tem no lixo, no descarte de materiais, sua fonte de sobrevivência: os catadores de materiais recicláveis.

O BICHO

Manuel Bandeira

Vi ontem um bicho
Na imundície do pátio
Catando comida entre os detritos
Quando achava alguma coisa,
Não examinava nem cheirava;
Engolia com voracidade.
O bicho não era um cão,
Não era um gato,
Não era um rato.
O bicho, meus Deus, era um homem!

4 A CONJUNÇÃO DE PROBLEMAS AMBIENTAIS NO MUNDO CAPITALISTA

Transformar o meio ambiente, adequando-o às suas necessidades, é uma das estratégias de sobrevivência e perpetuação da espécie, desenvolvidas pelo ser humano desde os primórdios da civilização. Numa visão antropocêntrica e utilitarista, acreditava-se que o homem, como centro do universo, deveria contar com a natureza ao seu inteiro dispor, fazendo uso desta da maneira que melhor lhe conviesse. Esta intervenção homem-natureza foi se consolidando à medida que o homem passou a utilizar ferramentas. Engels (1982), entretanto, entende que o uso da ferramenta proporcionou ao homem a modificação da natureza, obrigando-a a servi-lo, para não dizer dominá-la. Vale ressaltar que o embrião dos problemas ambientais não está na natureza, mas no comportamento autodestrutivo do ser humano

Com o aprimoramento da técnica, o ser humano passou a transformar a natureza não somente como meio de sobrevivência, já que as intempéries desta natureza estavam sendo relativamente controladas. Outros fins, tais como ostentação, exacerbação de poder e novos costumes sociais, passaram a ser uma das causas principais de efetiva ação dele sobre a natureza. Vale lembrar que, em grande parte, as relações de produção culminam na exploração da natureza pelo homem. Como exemplo da intensificação da exploração na relação homem-natureza, podemos citar a passagem do período feudal, com uma economia basicamente de subsistência e na qual esta exploração era mais tênue do que a partir da primeira Revolução Industrial. Esta, apesar dos inúmeros avanços propiciados à civilização moderna, deu início a um longo decurso de exploração e degradação ambiental.

Na transformação da estrutura produtiva ocorrida na passagem do feudalismo ao capitalismo, o conhecimento e domínio dos elementos da natureza tiveram grande ênfase, haja vista a iminente necessidade de exploração da natureza como um dos importantes pilares de sustentação da referida passagem.

A consolidação do sistema capitalista e a Revolução Industrial trouxeram novos elementos para o foco das relações produtivas, tais como: produção em escala industrial, desenvolvimento da técnica, divisão e especialização do trabalho e uso da tecnologia, acentuando a alienação do homem em relação à natureza.

Com a Revolução Industrial, o crescimento populacional, a urbanização, a industrialização e o consumo de bens tornaram-se sinônimos de bem-estar. Já no período pós-II Guerra Mundial, ocorreu uma explosão do consumo e dos produtos descartáveis, que

atrelados ao crescimento populacional dos países periféricos, passaram a produzir quantidades exorbitantes de lixo.

Tal fato possui sérias implicações, ensejando problemas de degradação ambiental, pois o homem não se preocupou em adotar um sistema de produção que preservasse a natureza (ALTVATER, 1995; FURTADO, 2002). O fato é que, em pleno século XXI, com tantos avanços tecnológicos e modernidade, o homem se depara com grandes catástrofes da natureza: cidades inundadas, geleiras derretendo, maremotos, secas devastadoras, grande produção de lixo, entre outras tantas que podem ser atribuídas, em parte, ao desenvolvimento desordenado das cidades e à ganância de riqueza do homem capitalista.

Acreditava-se que a natureza, com seu poder restaurador, poderia suportar toda a intensa exploração que era submetida, neutralizando, assim, as agressões que sofria. Por outro lado, atribuía-se à ciência a tarefa de resolver os problemas ambientais advindos com o progresso. O saber científico e seus avanços tecnológicos, porém, intensificaram o poder do homem de explorar a natureza, sem se preocupar em mantê-la.

A causa ambiental começou a ganhar relevância desde a segunda metade do século XX, quando uma parcela da população não se cala ante os abusos do sistema capitalista e começou a se articular, entre outras formas, em organizações não governamentais (ONG's). Segundo Silverstein (1993), esses movimentos eclodiram em países de economia desenvolvida, tais como Estados Unidos e França, combinando elementos de “rejeição dos jovens aos valores consumistas de seus pais com a busca idealista pela simplicidade rústica, contrariando um estabelecido culto à ganância das grandes corporações” (p.18), talvez numa reação explícita à idéia de estética do consumo.

Tais movimentos despertaram outras parcelas da população a refletir sobre o desenfreado crescimento industrial e seus impactos sobre a natureza, pressionando, assim, o Poder Público a tomar medidas, intervindo na produção, para reduzir os impactos ambientais.

Lembra Dias (1992) ter sido neste cenário que a Organização das Nações Unidas (ONU) promoveu, no ano de 1972, a primeira Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, tendo como objetivo principal discutir opções de intervenção racional do homem sobre a natureza. Na contramão desse pensamento, países subdesenvolvidos, dentre eles o Brasil, adotaram uma atitude contrária à proteção ambiental, pois acreditava-se que o desenvolvimento econômico e industrial do País estava diretamente relacionado à exploração de sua riqueza natural ou seja, degradação ambiental. Vale lembrar, que neste período, o Governo brasileiro oferecia grandes vantagens às empresas multinacionais que tencionavam

se instalar em regiões pouco exploradas, tais como a Amazônia, dando início À Zona Franca de Manaus.

Para autores como Schilling, Waldman & Cruz (1991), a relação entre crescimento industrial/econômico e degradação ambiental é muito próxima, haja vista que muitos países desenvolvidos cresceram à custa da exploração predatória do meio ambiente e, mesmo reconhecendo tal fato, ainda hoje resistem em adotar medidas de proteção à natureza. Vejamos o caso dos Estados Unidos, que resiste em assinar o Protocolo de Kyoto, o qual entre outras medidas, prevê a diminuição da emissão de gases poluentes na natureza. Aquele país, símbolo do sistema capitalista, alega que a emissão de tais gases é um “mal necessário”, já que suas riquezas industriais propiciam grande avanço tecnológico e científico à humanidade. Delegam aos países pobres ou em desenvolvimento, que ainda possuem reservas naturais, a tarefa de preservá-las, visando, com isso, a manter o equilíbrio do ecossistema. Em contrapartida, estes países admitem manter tais reservas intocáveis, caso recebam subsídios financeiros dos países mais desenvolvidos e com isso conseguir crescer economicamente. Uma troca nada justa, pois a natureza continua em segundo plano.

Os discursos, tanto dos países ricos como dos Estados pobres ou em desenvolvimento, do ponto de vista econômico, parece-nos reducionista, pois vislumbram apenas o interesse de cada um, não concebendo a preservação da natureza como fator imprescindível para a preservação das espécies, inclusive a humana, já tão ameaçadas em muitas regiões. Para comprovar tal fato, basta assistirmos aos telejornais, que noticiam com frequência a degradação ambiental e, por que não dizer, humana.

Outro fator agrava a relação entre “vítimas” e “culpados”: o incentivo ao padrão de vida dos países desenvolvidos como modelo a ser seguido por todos os povos, um ideal a ser conquistado. Incentiva-se o consumo desenfreado, sem o desenvolvimento de uma consciência ecológica. Poucas são as empresas que, ao desenvolver seus produtos e serviços, de maneira geral, se preocupam em preservar a natureza ou em estimular o consumo socialmente responsável. Pelo contrário, algumas se utilizam da questão ecológica como estratégia de *marketing*, haja vista o fato de que muitas se denominam ecologicamente responsáveis, pois adotam embalagem reciclável, utilizam reflorestamento (muitas vezes em suas próprias terras e para fins exploratórios) ou possuem uma certificação ISO 14001 (certificação internacional que atesta o cumprimento de normas ambientais vigentes no País e uma gestão empresarial voltada para questões que minimizam impactos negativos na natureza). Estas são utilizadas para conquistar o cliente e incentivar seu consumo, sem “dor” na consciência, por não estar degradando a natureza.

4.1 O lixo como produto da sociedade

O lixo é produto da intervenção do homem na natureza, portanto, sempre existiu na história da humanidade. Qualquer atividade de produção humana origina lixo, quer seja nas grandes construções prediais, num passeio à praia ou no simples ato de comer. Nos últimos séculos, a produção de lixo está associada à poluição ambiental, sendo este um dos graves problemas da sociedade contemporânea.

Não adotaremos uma definição técnica do lixo, por não se tratar de um estudo com esta pretensão. Consideraremos lixo tudo aquilo que não tem mais significado (“valor de uso”) para quem o produz e descarta (consumidores) e tem significado (“valor de troca”) para quem o recebe e faz algum uso dele (catadores).

Conforme discutido no terceiro capítulo, a produção no mundo contemporâneo, está intimamente relacionada ao consumo de mercadorias, cada vez mais associado à noção de bem-estar, poder e luxo. Fazendo um paralelo entre a relação consumo/luxo e lixo, percebemos o quanto ela pode estar interligada, pois, cada vez que se estimula o consumo, se produz lixo, algo que pode se transformar em luxo para outra parcela da população (os catadores de materiais recicláveis) que se encontra privada desse acesso ao consumo do supérfluo.

Lixo é definido, na pelo senso comum, como algo que não é mais útil, desejável, aquilo que antes servia, mas agora deve ser extirpado do convívio, porque incomoda. Estigmas e tabus permeiam a noção do que é lixo, estando relacionado à idéia de algo indesejável, sujo e que produz doenças, portanto, deve ser mantido longe de todos. Atualmente, num enfoque ecologista, já se adota a concepção de lixo como algo que pode ter nova utilidade.

Na sociedade contemporânea, a produção do lixo auferiu dimensões maiores, pois, com o estímulo ao consumo do supérfluo, a rápida perda de validade dos produtos e a obsolescência programada, consome-se muito mais do que no início do século passado, sem a efetiva preocupação com a geração do lixo decorrente de tal fato. Para muitas pessoas parece ser suficiente que o lixo não esteja mais próximo, longe de suas vistas, para que deixe de ser considerado um problema seu. Reflexões mais aprofundadas sobre o destino do lixo parecem ser ignoradas e até desencorajadas pelas empresas e pelos media, que não promovem uma discussão ampla com a sociedade sobre os perigos reais e iminentes da degradação ambiental.

Ao contrário, tentam ridiculizar e invalidar protestos de grupos ambientalistas, tais como o *Greenpeace*.

Autores como Mészáros (1996) e Cano (1995) alertam sobre o estímulo à produção desordenada na economia, criando e destruindo produtos a todo o momento. Segundo Mészáros (1996), trata-se de uma obsolescência programada, em que a utilidade de um produto dura o tempo necessário para que um produto semelhante e com maiores atrativos seja lançado no mercado pela empresa que o criou inicialmente ou por sua concorrente. Este produto “obsoleto” torna-se lixo em pouquíssimo tempo. Como exemplo, podemos citar os aparelhos de telefone celular, que se tornam “obsoletos” em curtíssimo tempo.

Vivemos na era do descartável; o novo se torna “velho” num curto espaço de tempo. E, muitas vezes, sem estabelecer reflexões críticas, a sociedade contribui de forma drástica para o progressivo aumento da geração dos resíduos sólidos, que, por sua vez, não são absorvidos em sua totalidade pela natureza, impactando assim na maior produção de lixo, um dos maiores problemas de nossos tempos, pois tem repercussões sociais, ambientais, sanitárias e econômicas extremamente nocivas.

Diante do exposto, acreditamos que a Sociedade do Consumo e a forma como lidamos com as questões econômicas e sociais estão diretamente relacionadas com a produção do lixo e a reciclagem dos resíduos sólidos.

4.2 Caracterização do lixo na sociedade capitalista contemporânea

De acordo com Rodrigues (1995), os registros apontam que a primeira vez em que se “expulsou” o lixo dos centros urbanos foi em 1779, sendo este lixo basicamente orgânico, ou seja, deteriorável. Já a atividade laboral de coletar lixo nas ruas das cidades apareceu na França do século XIX. Foi somente com a Revolução Industrial, contudo, que a preocupação com o descarte do lixo passou a ser considerada como de grande relevância, pois sua produção não se restringia mais ao lixo orgânico, mas também às sobras do consumo em larga escala.

Em 25 de novembro de 1880, iniciou-se, oficialmente, na cidade do Rio de Janeiro, na época, capital do Império brasileiro, a sistematização do serviço de limpeza urbana. Com o Decreto nº 3024, o imperador D. Pedro II assinou o contrato de limpeza e irrigação da Cidade, que era executado por Aleixo Gary e Luciano Gary. Daí a origem da palavra gari, denominação utilizada para designar os trabalhadores de limpeza urbana nas cidades brasileiras.

A Constituição Federal em seus incisos VI e IX do art.23, atribui à União, aos estados, Distrito Federal e municípios, a competência de proteger o meio ambiente, combatendo qualquer tipo de poluição. Nos incisos I e V do art.30, estabelece ao âmbito municipal a legislação sobre assuntos de interesse local, dentre os quais a limpeza urbana.

O Município de Fortaleza dispõe na Lei nº 8692, em seu artigo 17, inciso XXIII, o disciplinamento do uso e destinação final de resíduos, que é de competência da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMAM. De acordo com o inciso XXIV, também é da competência deste órgão desenvolver projetos e programas que trabalhem com reciclagem e diminuição de lixo.

SANEAR (1993) define lixo como todo resíduo sólido proveniente das atividades do ser humano que não se quer mais, sendo considerado inútil e sem valor para alguns. O próprio conceito de utilidade e valor, neste caso, entretanto, passa a ser relativo, pois o que é descartado por alguns pode ser útil e ter valor para outros, como, por exemplo, para os catadores de materiais recicláveis.

O lixo pode ser agrupado em quatro classes: doméstico (produzido em domicílios), comercial e industrial (proveniente de tais estabelecimentos, variam conforme sua natureza), público (resíduos de varrição, capina, entulhos de obras etc.) e lixo de fontes especiais (necessitam de tratamento diferenciado, tais como o lixo hospitalar e o radioativo) (SANEAR, 1993).

Entre os fatores que contribuem para a produção e composição do lixo doméstico das cidades, estão: número de habitantes do município, condições climáticas, nível educacional, renda familiar (diretamente relacionada ao poder de consumo das famílias), industrialização de alimentos (o que pressupõe maior quantidade de embalagens no lixo), hábitos da população (na aquisição de produtos alimentícios prontos ou não, por exemplo) e fatores sazonais (relacionados a eventos comemorativos, como, por exemplo, as festas de final de ano).

A produção do lixo e seu descarte se tornaram um problema crônico para a sociedade contemporânea. Para resolver o descarte do lixo, a maioria dos países utilizava-se (ou ainda se utiliza!) de lixões, espécie de valas a céu aberto, localizadas em regiões desabitadas.

Calderoni (2003) informa que no Brasil, os lixões chegaram a uma altura de até 90 metros, algo que beirava o insuportável, tanto no aspecto ambiental como visual. Na cidade de Fortaleza, basta lembrarmos do “aterro sanitário”, mais conhecido e adequadamente denominado de rampa, do bairro Jangurussu, que chegou a atingir, no período de sua

desativação em março de 1998, 41 metros de altura numa área de 20 hectares (segundo dados do documento divulgado no Seminário de apresentação do projeto-piloto de coleta seletiva com inclusão do catador, 2005) em plena região periférica de uma das maiores capitais do País. Atualmente, opções diversas são analisadas para amenizar o impacto do descarte do lixo para a natureza.

A produção de lixo urbano no Brasil é tão grande, como comprovam os números, que se torna impossível calar-se diante destes fatos. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados em 2000, o lixo urbano coletado pelos serviços de limpeza atingem, em média, 149 mil toneladas/dia, obtendo o seguinte destino: 59,0% lixões; 16,8% aterros controlados; 12,6% aterros sanitários; 3,9% compostagem; 2,8% reciclagem; 2,6% incineração; 0,5% áreas alagadas. Vale ressaltar que esses dados são apenas do lixo urbano coletado, excluindo-se o lixo que não é recolhido pelas empresas de limpeza urbana e o produzido na zona rural. O total produzido no Brasil, por dia, chega a 228 mil toneladas (IBGE, 2000). Um dado nos chama a atenção: somente 2,8% dos resíduos sólidos são reciclados.

Segundo Faheina (2006) 92,4% dos municípios cearenses adotam lixões, áreas nas quais os lixos são depositados diretamente no solo, a céu aberto, sem cuidados preliminares e sem medidas que visem a preservar o meio ambiente. Dentre os cento e oitenta e quatro municípios cearenses, pouco mais de 7% dispõem de local apropriado para destinar os resíduos sólidos. De acordo com os dados obtidos por Vêras (2006), em pesquisa realizada no Município de Fortaleza, a produção de resíduos sólidos oriundos da coleta domiciliar, da recolha particular, dos serviços de varrição, das limpezas em locais públicos, entre outros, está na média de 76.421,91 ton./mês.

Na compreensão de Gurgel (2005), lixo é uma categoria dinâmica, pois tanto é associado a algo negativo, causador de doenças, como pode ser visto como recurso renovável e até mesmo como inexistente, sob a óptica dos que acreditam que tudo pode ser re-utilizado e transformado. Muitas vezes, essa valoração do que é ou não lixo está atrelada às questões sociais, ao poder econômico (RÊGO, BARRETO, & KILLINGER, 2002).

Na compreensão contemporânea, Kuhnen (1995) percebeu a existência de duas categorias de lixo: o lixo e o não-lixo. Lixo era tudo o que não podia ser mais reaproveitável. Já não-lixo, era tudo aquilo que apresentava uma possibilidade de reaproveitamento. Estes, por sua vez, deixando de ser vistos como lixo, mudam assim seu significado e valor.

Para amenizar o problema, a coleta seletiva e a reciclagem de resíduos sólidos são apontadas como primordiais pela Agenda 21 – documento produzido no evento ECO 92, para reduzir os impactos da produção de lixo.

A coleta seletiva inicia-se no local de sua produção, com a separação dos materiais. Após esta, os materiais devem ser coletados e encaminhados para beneficiamento. Tal processo facilita a reciclagem, haja vista que os materiais estarão mais limpos, originando maior potencialidade de aproveitamento.

Como se pode perceber, muitas vezes a reciclagem e a coleta seletiva são apontadas como estratégias para solucionar/minimizar a problemática do lixo nas grandes cidades. Não se pode esquecer, contudo, de que o problema é de teor mais profundo: provém do consumo desenfreado de bens e serviços e da falta de interesse de alguns setores produtivos em reduzir os impactos ambientais causados por suas atividades produtivas, haja vista o elevado custo financeiro que tal atitude pode ocasionar. Vale ressaltar que a natureza e a sociedade como um todo “pagou” um preço muito maior pela falta de atitude em adotar medidas eficazes de preservação ambiental! Portanto, o consumo exacerbado e a falta de interesse em reduzir seus impactos ambientais também precisam ser considerados ao se contemplar a temática da redução de resíduos sólidos. Alguns setores produtivos da economia, entretanto, “escondem-se” sob o alibi da geração de emprego e melhoria da qualidade de vida. Desta forma, a reciclagem assume um novo “papel”, que é oferecer trabalho e renda para uma grande parcela da população brasileira.

4.3 Os catadores de materiais recicláveis

Surgindo como uma resposta economicamente viável, a reciclagem é apontada como uma estratégia que visa a minimizar a problemática do descarte do lixo, bem como possibilita que uma camada da população passe a sobreviver dela.

Consoante Rodrigues (1995), o lixo assume nova dimensão, pois deixa de ser percebido apenas como produto da cultura que não a retém, para ser algo que adquire “uma nova fase de seu itinerário de circulação social, passando a ser ‘valor de uso’ para outros.” (P.107). Assim sendo, podemos dizer que a população e sua relação com o lixo podem ser divididas da seguinte forma: um coletivo que paga para que o lixo seja recolhido, outros que o descartam sem preocupação com a sua destinação final, alguns coletivos que convivem lado a

lado com o lixo sem grandes problemas, e outro coletivo que sobrevive do lixo (FEICHAS, 2001). Neste último caso, trata-se dos catadores de materiais recicláveis.

Os catadores de materiais recicláveis participam, de maneira informal, da segregação do lixo. Trata-se de uma parcela de trabalhadores que vêm no lixo um objeto a ser explorado como estratégia de sobrevivência. Convivem com o resíduo e encontram na sua geração o sustento pessoal e familiar. Portanto, o lixo inserido na realidade da reciclagem passa a ter uma conotação positiva para os catadores.

O Ministério do Trabalho (2005), na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) define o catador de materiais recicláveis como aquele sujeito que cata, seleciona e vende material reaproveitável. Explicitando melhor, podemos afirmar que o catador de materiais recicláveis é o trabalhador que recolhe lixo nas calçadas, nos latões, nas rampas de lixo (espécie de morros de lixo a céu aberto) ou em galpões de reciclagem e vendem os materiais selecionados.

Apresentam-se organizados em associações, cooperativas ou tipos outros de organização social. Também desenvolvem, no entanto, suas atividades laborais de forma individual, vendendo aos donos de depósito de reciclagem (espécie de intermediadores, que revendem o lixo reciclável para empresas recicladoras). Quando organizados em cooperativas, associações ou qualquer outro tipo de organização social, surgem especializações do trabalho, tais como as de coletador, separador, triador e enfardador de sucatas. Subdividem-se, também, em trabalhos externos (catadores que recolhem o lixo nas ruas da cidade) e internos (catadores que fazem à triagem em galpões/usinas, e atividades administrativas - apenas nos casos em que se encontram organizados em grupos). Uma cartilha publicada pela Fundação Banco do Brasil incentiva a organização dos catadores em grupos, como forma de lidar contra a exploração da cadeia produtiva da reciclagem, haja vista que esses trabalhadores realizam 89% de todo o trabalho do referido processo (Movimento Nacional dos (as) Catadores (as) de Materiais Recicláveis – MNCR, 2007) e, mesmo assim, vivem em condições laborais precárias. Segundo o MNCR (2007), um catador coleta, em média, 600 (seiscentos) quilos de materiais recicláveis por dia e tem uma renda mensal, em média, de R\$ 140,00 (cento e quarenta reais).

As condições precárias não se limitam somente a estes dois aspectos! Exercem sua atividade a céu aberto, estando constantemente expostos às variações climáticas. Em sua maioria, não possuem equipamentos de segurança, portanto estão sujeitos a riscos de acidentes e contaminação, que podem ir desde o manuseio do material coletado até os

acidentes no trânsito e à violência urbana. Não possuem horários fixos de trabalho, entretanto seu ganho está diretamente atrelado à intensificação da jornada laboral.

Apresentaremos a seguir algumas características que, segundo a Classificação Brasileira de Ocupações, estão presentes na atividade laboral do catador. No que diz respeito a formação e experiência necessárias para o desenvolvimento da atividade, não existe exigência de escolaridade ou formação profissional, devendo ser ministrado, pelas cooperativas, treinamentos de segurança no trabalho, meio ambiente, entre outros. Fazemos, porém, a observação de que, para o caso dos catadores não integrados à grupos organizados, estes treinamentos não são ofertados, ficando estes à mercê da própria sorte. Os instrumentos de trabalho necessários para o exercício da atividade, apontados na CBO, são alicate, martelo, serrote, talhadeira, arco-e-serra, chave de fenda, prego, capa de chuva, capacete, uniforme, bota, carrinho/carroça. Quanto à segurança, são apontados os seguintes procedimentos como fundamentais: utilização de equipamento de proteção individual, vacinação, realização de exames de saúde periódicos, adequado cuidado com ferimentos, utilização de faixa de sinalização cintilante (colete) e utilização de proteção contra chuva e sol.

As principais atividades desenvolvidas por esta categoria de trabalhadores, nas ruas, são: puxar carrinho, estabelecer roteiro de coleta, pedir material reciclável nas residências e condomínios, estabelecer parcerias com estabelecimentos comerciais e industriais, procurar material nas caçambas de rua e identificar novos pontos de coleta.

Algumas das atividades desenvolvidas nos galpões e/ou usinas de reciclagens são: conferir balança, descarregar carrinho/caminhão, conferir e pesar material reciclável, separadamente. A separação do material reciclável é outra importante atividade, que pode ser feita da seguinte forma: triagem do material reciclável e não reciclável, triagem do material reciclável por tipo e por qualidade. A preparação do material para a expedição é executada por meio da prensagem do material e da amarração dos fardos.

A administração do trabalho do grupo é, para aqueles que atuam desta forma, outra atividade fundamental, podendo ser desenvolvida por um subgrupo de catadores, mas devendo contar com a participação de todos. Venda e compra de material, negociação de preços, controle de gastos, prestação de contas e estabelecimento de parcerias com empresas/órgãos governamentais/órgão não governamentais fazem parte da atribuição da administração do grupo.

A Classificação Brasileira de Ocupações aponta as seguintes competências pessoais para o exercício da atividade de catador: demonstrar prudência e paciência, organizar-se em associações ou cooperativas, valorizar-se como profissional, demonstrar

espírito de prosperidade e eficiência, demonstrar educação e agilidade, demonstrar sinceridade, honestidade e auto-organização, demonstrar criatividade e perseverança, capacidade de atenção constante, demonstrar habilidade de puxar carroça e proteger-se contra a violência na rua. Estas são competências que acreditamos delicadas e, até mesmo, irrealistas, para quem exerce atividade laboral em condições tão atípicas, insalubres e precárias.

Encontram-se no exercício dessa atividade, adultos - homens e mulheres - entretanto, não é raro encontrar crianças e jovens. O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (2005) estima que há cerca de 500 (quinhentos) mil trabalhadores nesta atividade no Brasil. Lidam com restos, com dejetos humanos, com mau-cheiro, com aquilo que é expurgado e rejeitado. São trabalhadores, desconhecidos que, por pouco, não são confundidos com o lixo, que olhamos sem enxergar.

Esse crescente número de trabalhadores da atividade de catação de material reciclável é apontado como uma consequência da crise do emprego formal (SANTOS, 1991; JARDIM, 1995; BUSSO e GORBÁN, 2004; FIGUEIREDO, 2004; IMPARH, 2006). A atividade apresenta-se como uma forma momentânea de sobrevivência, sem perspectivas de continuidade no futuro (BUSSO e GORBÁN, 2004).

Vale ressaltar que o crescente número de trabalhadores nesta atividade não é um fenômeno tipicamente brasileiro, acontecendo também nas grandes cidades latino-americanas (BUSSO e GORBÁN, 2004). Algumas delas tentam até estabelecer regras para que a atividade funcione de maneira mais adequada, como é o caso da cidade de Buenos Aires, que formulou a Lei nº 992, na qual declara ser a atividade de *cartonero* (trabalhador que cata papelão nas ruas) de utilidade pública no que diz respeito aos serviços de higiene urbana (ARGENTINA, 2002).

Os catadores possuem uma função na segregação do lixo, pois são o elo entre aquilo que não serve para alguns - o lixo - e aquilo que é elemento de sobrevivência para outros. O lixo é identificado como objeto a ser trabalhado na condução de sua estratégia de sobrevivência. Tais trabalhadores não só convivem com os resíduos sólidos, mas também encontram na geração destes o seu sustento e, provavelmente, vêem um significado diferente para o lixo produzido por outros agentes, para quem, muitas vezes, tal refugio é incômodo. Nem por isso, os catadores devem e podem ser marginalizados, haja vista que sua atividade laboral possui uma potencialidade, ao analisarmos o ciclo da produção de resíduos sólidos e as questões de preservação ambiental, tão preocupantes em nossa sociedade.

Gurgel (2005) demarca a idéia de que, apesar da evolução, nas últimas décadas, da imagem do lixo - principalmente com a reciclagem e a possibilidade de preservação

ambiental – o catador vivencia o estigma provindo do lixo – algo que não convive harmonicamente na sociedade. Para a autora, “a relação social do profissional dessa área se vê abalada pela associação do objeto de suas atividades com o inservível, o que o coloca como elemento marginalizado no convívio social.” (GURGEL, 2005, p.30).

O estigma associado ao lixo é complexo, pois, para aquele que o descarta, ele passa a ser parte de um passado que não mais interessa. Já para os catadores de materiais recicláveis, trabalhadores que dependem da coleta desse descarte, o lixo faz parte de uma perspectiva. Segundo Pimentel (2006), “os catadores de materiais recicláveis, que recolhem os excessos da sociedade de consumo, são confundidos com o lixo que eles manipulam, entre outras formas de preconceito, de humilhação e negação de direitos fundamentais da pessoa.” (O POVO, Para pensar as pessoas em situação de rua, Pimentel, 2006).

4.4 A realidade dos catadores de materiais recicláveis em Fortaleza

A história do catador de material reciclável em Fortaleza possui vários pontos de confluência com a forma na qual o lixo é tratado na Capital cearense, portanto faremos breve retrospecto das estratégias utilizadas para descartar o resíduo sólido.

Os primeiros locais de destino do lixo na cidade foram em lixões, locais onde se deposita o lixo a céu aberto, sem nenhum tipo de tratamento, localizados nos bairros da Barra do Ceará (1961-1965), Antônio Bezerra (1965-1967), Henrique Jorge (1968-1978) e posteriormente Jangurussu (1978-1998). Em todos, era constatada a presença de catadores, sendo este último o local onde chegou a ser contabilizado o número de 500 (quinhentos) catadores.

Atualmente, a cidade de Fortaleza direciona os seus resíduos sólidos para o Aterro Sanitário Oeste, em Caucaia. Foi implementada também uma usina de triagem, no local onde era o lixão do Jangurussu, que recebe entre 10% a 20% do lixo domiciliar, no qual é triado o material reciclável e destinado à venda para indústrias de reciclagem e/ou “deposeiros” (donos de depósitos de material reciclável) por catadores – na sua maioria egressos do lixão - que formaram uma cooperativa. Desde então, alguns dos trabalhadores que viviam da catação de material reciclável no lixão do Jangurussu, e não se tornaram cooperados, passaram a coletar material nas ruas da Cidade.

Segundo IMPARH (2006), estima-se que existam entre 6 (seis) a 8 (oito) mil catadores de materiais recicláveis nas ruas de Fortaleza. É importante ressaltar, porém, que esses números são apenas uma estimativa, não existindo dados concretos sobre a quantidade de trabalhadores que executam tal atividade na Cidade.

A produção mensal de lixo coletado em Fortaleza é de 90 (noventa) mil toneladas, segundo dados da Empresa de Limpeza e Urbanização (EMLURB) e da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública (ABRELP), divulgados no *Diagnóstico da situação socioeconômica e cultural do catador de materiais recicláveis de Fortaleza-CE* (IMPARH, 2006). Deste total, estima-se que 15 (quinze) mil toneladas sejam de materiais recicláveis, dos quais 4,9 (quatro, nove) mil toneladas são de fato reciclados.

Ainda de acordo com os dados apresentados pelo diagnóstico há pouco referido – um dos poucos estudos de aspecto mais amplo desta categoria realizado em Fortaleza – estes trabalhadores não possuem nenhum tipo de vínculo trabalhista. Vivem na informalidade, não lhes é requerido nenhum tipo de qualificação, não possuem uma jornada de trabalho definida. Possuem, como instrumento de trabalho, um carrinho, feito geralmente de metal, contendo pneus, um espaço para armazenar os materiais coletados e dois suportes, utilizados para puxar o carro, que tem um peso elevado (encontramos relatos de carros de mais de 300 quilos). Na sua maioria, não utilizam equipamentos de proteção individual e ingressaram na atividade de catação nos últimos 10 (dez) anos, sendo o desemprego o motivo apontado mais freqüentemente (IMPARH, 2006). A pesquisa indicou ainda que, para a maioria (75,5%) dos catadores pesquisados, a renda mensal é inferior a R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais). Trabalham em condições insalubres, haja vista o material com o qual lidam diariamente.

Em 1999 foi criado na cidade de Fortaleza o Fórum Estadual Lixo e Cidadania que se articula com diversos grupos de catadores. O Fórum é um espaço para discussão, que visa, dentre outros objetivos, a despertar uma reflexão crítica acerca da atividade de catador. Tem como princípios básicos: promover a retirada de crianças e adolescentes do trabalho com o lixo; promover a inclusão social e econômica por meio da coleta seletiva; incentivar a erradicação dos lixões no Estado do Ceará, promover a discussão sobre o gerenciamento de resíduos sólidos no Estado e incentivar a articulação entre os diversos grupos de catadores. É composto de instituições públicas e privadas, organizações não governamentais, sociedade civil e catadores de materiais recicláveis. Promove encontros mensais e incentiva os catadores a realizar plenárias itinerantes, cujo objetivo principal é incentivá-los a buscar objetivos de forma coletiva.

Em Fortaleza foi instituído o dia 7 de junho como o Dia do Catador de Materiais Recicláveis, como forma de homenagear a categoria.

Segundo dados coletados por Vêras (2006), há cerca de 13 (treze) grupos organizados de catadores em Fortaleza e Região Metropolitana, que se vinculam ao Fórum Estadual Lixo e Cidadania. Estão eles sediados nos seguintes locais: Serrinha (ACORES), Barroso, Bom Sucesso, Dom Lustosa, , Genibaú, Jardim Iracema, Jangurussu, Maracanaú (Traperos de Emaús), Maravilha, Otávio Bonfim (Viva a Vida), Quintino Cunha, Pirambu (SOCRELP) e Tancredo Neves (RECICLANDO).

Com arrimo na realidade apresentada neste capítulo, delinearemos, nas páginas seguintes, o método utilizado no presente estudo para analisar os aspectos da experiência do catador de materiais recicláveis ante a precarização laboral em um grupo organizado na cidade de Fortaleza-Ceará.

5 O MÉTODO

O método utilizado foi, fundamentalmente, qualitativo, pois, segundo Richardson et al. (1999), estudos que se utilizam desse método possibilitam a descrição da complexidade de um determinado problema, bem como a análise de interação das categorias, permitindo “[...] compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.” (P.80).

A pesquisa qualitativa está focada no conhecimento da subjetividade, cujos elementos estão implicados simultaneamente em distintos processos constitutivos do todo. Consoante Minayo (1994), a pesquisa qualitativa não se baseia em critérios numéricos para garantir sua representatividade.

5.1 Participantes

Nos itens a seguir, faremos uma explanação sobre a categoria dos catadores de materiais recicláveis, focando nos trabalhadores da cidade de Fortaleza, em especial, no grupo pesquisado.

Descreveremos como ocorreram a aproximação com a categoria, a escolha do grupo de catadores e dos sujeitos entrevistados.

5.1.1 Contatos iniciais com a categoria

Os motivos que nos levam à escolha de tal categoria são os fatos de serem considerados desempregados pela óptica da sociedade salarial e estarem em processo de precarização.

O primeiro contato com a categoria aconteceu no mês de setembro de 2005, no Seminário de apresentação do projeto-piloto de coleta seletiva com inclusão do catador, acontecido no auditório do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) Ceará. Ao evento estavam presentes diversos segmentos da sociedade, como representantes Governos Federal e Municipal de Fortaleza, Igreja Católica, Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza, organizações não governamentais, Fórum Estadual Lixo e Cidadania, grupos de catadores de materiais recicláveis, estudantes e sociedade civil. Foi apresentado no evento um diagnóstico

técnico da caracterização qualitativa e quantitativa dos resíduos sólidos urbanos de Fortaleza, realizado pelo Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável, cujo objetivo principal era, com esse levantamento, trilhar estratégias para um projeto-piloto de coleta seletiva, envolvendo os catadores do bairro Jangurussu – local onde existe uma usina de triagem e no qual há, basicamente, dois grupos de trabalhadores - um que participa de uma cooperativa e outro que, de maneira informal, realiza a coleta de material reciclável na chegada dos caminhões, em condições semelhantes às existentes no antigo aterro (desativado em 1998). No mês de outubro de 2005, realizamos uma visita no local, com o objetivo de nos reaproximar da realidade destes catadores. As condições degradantes, perigosas, eram semelhantes às que encontramos no ano de 1994, quando realizamos um trabalho acadêmico naquele local. Inicialmente, levantamos a possibilidade de trabalhar com o grupo da cooperativa e dos catadores que trabalham em paralelo, no mesmo local. Estes grupos, contudo, passavam por condições atípicas, que envolviam suspeitas da gestão fraudulenta, interferência política e atuação direta de diversos segmentos da sociedade, o que poderia interferir no desenvolvimento da pesquisa.

No evento, os diversos grupos de catadores apresentaram propostas e foi possível estabelecer o primeiro contato com o Fórum Estadual Lixo e Cidadania.

Em outubro de 2005, começamos a observação das reuniões do Fórum Estadual Lixo e Cidadania, quando foi possível colher dados preliminares que serviram de subsídios para a definição dos pontos a serem abordados nesta pesquisa. As reuniões eram mensais e aconteciam, freqüentemente, em espaços públicos ligados à Igreja ou ao Poder Público Municipal.

Outro evento significativo, que muito contribuiu para a observação de campo, foi o II Encontro Estadual de Catadores de Materiais Recicláveis, acontecido em Fortaleza nos dias 04 e 05 de fevereiro de 2006, tendo como temática principal a inclusão dos catadores nas políticas públicas de resíduos sólidos. Assistimos às apresentações artísticas desenvolvidas pelos catadores e as palestras ministradas por especialistas no assunto. Os momentos mais significativos, todavia, foram as falas proferidas pelos próprios catadores que relatavam suas conquistas e lutas. No evento, representantes de vários grupos de catadores do Estado do Ceará, principalmente de Fortaleza, se fizeram presentes. As observações desse evento foram de suma importância para entender a situação destes trabalhadores na cidade de Fortaleza, bem como para a percepção dos grupos.

Com início nesse evento, começamos a participar das plenárias itinerantes de catadores, que aconteciam, preferencialmente, no último domingo de cada mês, sendo organizadas pelos próprios catadores, principalmente, pelo grupo acolhedor. As temáticas abordadas nestes eventos eram previamente definidas por uma comissão, composta de representantes do Fórum Estadual Lixo e Cidadania, Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza e por catadores. Desde a participação nesses eventos, tomamos conhecimento dos principais grupos de catadores de Fortaleza, bem como de suas experiências laborais.

Outro momento de observação significativo foi o projeto de qualificação profissional Lixo é Energia, executado pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Energias Renováveis (IDER), em parceria com o Fórum Estadual Lixo e Cidadania, Prefeitura de Fortaleza, ONG Cearah Periferia, Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Deste projeto participaram sessenta catadores selecionados pelo Fórum, consoante indicação de seus pares, oriundos de onze bairros de Fortaleza. Observamos três momentos, em que os catadores recebiam orientações técnicas para obter um melhor aproveitamento do material, bem como discutiam aspectos sociais relacionados à sua atividade laboral. Também eram estimulados a refletir sobre possibilidades de melhorias.

Foi significativo o evento intitulado Organização de Catadores de Materiais Recicláveis da Região Metropolitana de Fortaleza, cujo objetivo principal era a apresentação dos principais trabalhos e das dificuldades encontradas pelos catadores a um representante da Cáritas Suíça, pois neste momento conseguimos definir um grupo de catadores a ser trabalhado.

Dentre outros motivos – relacionados aos objetivos desta pesquisa – o fator segurança pessoal da pesquisadora foi levado em consideração na escolha do grupo, haja vista que a maioria dos grupos se localiza em regiões reconhecidamente perigosas da Capital cearense.

A apresentação da pesquisa Diagnóstico da Situação Socioeconômica e Cultural dos Catadores de Materiais Recicláveis de Fortaleza, realizada pela Prefeitura de Fortaleza, no dia 07 de julho de 2006, propiciou ricas informações sobre o perfil destes trabalhadores.

Outro momento fecundo de observações foi o evento intitulado Grito dos Excluídos, realizado no dia 07 de setembro de 2006, no Bairro de Parangaba, na Cidade de Fortaleza. Os catadores de materiais recicláveis eram uma das categorias de trabalhadores que estavam em destaque no evento, apresentando teatros, músicas, críticas e sugestões sobre a realidade laboral que experienciam em seu cotidiano.

Entrevistas com representantes do Fórum Estadual Lixo e Cidadania, Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza e estudiosos da temática foram momentos propiciadores de informações que nos auxiliaram no embasamento desta pesquisa e serviram como dados secundários ao procedimento de análise realizado no presente experimento.

5.1.2 O grupo pesquisado

Os primeiros contatos com o grupo Reciclando ocorreram de forma indireta em alguns dos eventos há pouco descritos, bem como numa reunião em que eles promoveram com representantes do então Governo estadual, no início do ano de 2006, para debater a suposta “ausência” de apoio governamental ao projeto.

Entramos em contato com os gestores do projeto junto ao Governo do Estado do Ceará, integrantes da então Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo, que nos relataram as dificuldades percebidas no grupo e as possibilidades de continuação do projeto. Essa medida foi necessária, pois temíamos interferências políticas que viessem a inviabilizar a pesquisa, o que não ocorreu em nenhum momento.

No mês de junho de 2006, entramos em contato diretamente com membros da diretoria da Associação Reciclando, que se pôs disponível à realização da pesquisa.

O grupo de catadores de materiais recicláveis pesquisado fez parte do Projeto Reciclando, implementado em 2001 pelo Governo do Estado do Ceará, com o objetivo de estimular um sistema efetivo da gestão ambiental na área urbana. O Reciclando pretendia atuar como política pública, oferecendo emprego e renda, mediante o estímulo ao associativismo e ao cooperativismo, oferecendo capacitação técnica e de administração aos seus participantes.

Na íntegra, o Projeto Reciclando apresentava uma proposta interessante, entretanto, por questões políticas diversas, bem como problemas relacionados a má gestão dos recursos, não foi possível sua efetiva implementação. O Reciclando teve seu núcleo principal no bairro Tancredo Neves, contando com a seguinte estrutura física: 01 centro de triagem, 02 caminhões, 01 balança para pesagem, 01 elevador, 150 carrinhos. A gestão inicial do projeto junto aos catadores foi realizada por uma pessoa que, segundo relatos dos sujeitos entrevistados, apropriou-se indevidamente de recursos financeiros e materiais do projeto, fato apontado pelos catadores participantes do projeto como um dos motivos pelos quais este não conseguiu obter resultados positivos, haja vista que mesmo após cinco anos de apoio governamental, o projeto não conseguiu o auto-sustento, idéia inicial do Reciclando.

No transcorrer destes cinco anos, vários carrinhos foram retirados do Projeto, de forma indevida e estão nas mãos de catadores que não possuem nenhum vínculo com o Programa, fato que não pôde ser explicado com clareza pelos membros atuais do Reciclando.

Foi mencionado que, em momentos de intenso apoio governamental – com recursos financeiros – e de valorização do material reciclável, o Projeto era bastante procurado pelos catadores, pois era um dos poucos locais que dispunha de recursos para efetivar o pagamento do material no ato de sua compra.

Atualmente, poucos são os catadores que participam desde o seu início. Ressentem-se do distanciamento governamental e, após uma capacitação técnica promovida pela Universidade Federal do Ceará e Governo do Estado do Ceará, sobre cooperativismo e associativismo, alguns dos catadores decidiram formalizar uma associação. A Associação Cearense dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Resíduos Recicláveis, ou simplesmente, Reciclando. No seu artigo 2º, estabelece que,

(...) a associação Reciclando tem por finalidade organizar a categoria dos recicladores, fomentar o desenvolvimento de técnicas de produção e tecnologias sociais, produção e divulgação de informações, valorizando o saber popular, de maneira a contribuir com o desenvolvimento sustentável e a efetivação de políticas públicas. (RECICLANDO, 2006)⁷

A Associação tem como principais objetivos: a representação dos profissionais junto aos poderes; o desenvolvimento de estudos, pesquisas e projetos na área de recuperação, conservação e melhoria de condições naturais e sócio-ambientais; estimular o intercâmbio e parcerias nos diversos segmentos sociais; contribuir com pesquisas e estudos relacionados com a temática ambiental; desenvolver ações relacionados com a promoção dos direitos humanos, econômicos, culturais, sociais e ambientais; desenvolver e apoiar ações que gerem trabalho e renda, que visem o benefício da “categoria dos trabalhadores e trabalhadoras que atuam no ramo da reciclagem de resíduos.” (artigo 3º, RECICLANDO, 2006).

No Estatuto, o objetivo VI da associação Reciclando, artigo 3º, nos chama a atenção o fato de os catadores serem denominados de trabalhadores que atuam no ramo da reciclagem de resíduos, haja vista que os membros não trabalham diretamente na reciclagem, pois participam apenas da coleta e venda de materiais que serão reciclados em outros locais,

⁷ O Estatuto Social da Associação Cearense dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Resíduos Recicláveis (Reciclando) foi elaborado de acordo com orientações de um sociólogo que possui experiência em vivências de grupo, pago pelo Governo do Estado do Ceará, por intermédio da Secretaria do Trabalho. A elaboração aconteceu em reuniões semanais entre o sociólogo e os catadores do Reciclando.

como as indústrias. Além disso, alguns catadores preferem a denominação de coletor, mas, quando indagados sobre a diferença, não sabem explicar.

O grupo é composto por aproximadamente doze trabalhadores, divididos em atividades de coleta nas ruas, triagem no galpão e atividades administrativas. A Associação possui estrutura física composta de: galpão, caminhão coletor, prensas, balanças, escritório e espaço para reuniões, sendo quase tudo cedido pelo Governo do Estado do Ceará.

Atualmente, negociam a venda dos resíduos sólidos coletados diretamente com os compradores/indústrias. Assim sendo, conseguem obter melhor preço na negociação. Isso só é possível, porém, pela capacidade de coleta em grande quantidade nos caminhões.

Apesar de possuírem condições estruturais mínimas para gerir suas atividades laborais – aspecto que os situa numa posição de vantagem perante os demais grupos, em que praticamente não existem condições físicas e estruturas de trabalho – os membros do grupo encontram dificuldades de apropriação da Associação Reciclando e, em alguns momentos, ainda cobram ações governamentais assistencialistas.

5.1.3 Os sujeitos da pesquisa

Os sujeitos da pesquisa fazem parte da Associação Reciclando e trabalham diretamente com a coleta de materiais recicláveis nas ruas da cidade de Fortaleza. Apesar de haver dois membros, na época, que somente desenvolviam atividades internas, optamos por focar a pesquisa no grupo que desenvolve primordialmente atividades externas (coleta nas ruas). Vale ressaltar que, em alguns momentos, também desenvolvem atividades internas, tais como organização do galpão e fiscalização, contudo, de maneira esporádica, e quando solicitados por algum membro da Diretoria.

A todos os participantes foi explicado o objetivo da pesquisa, conforme ocorreram também com o método a ser utilizado e, somente após o consentimento individual, foram iniciadas as entrevistas.

Do Conselho Diretor, fazem parte o presidente (membro que nunca executou atividades de coleta nas ruas), o secretário geral (catador) e o tesoureiro (membro que nunca executou atividades de coleta nas ruas). Também existe um Conselho Fiscal, composto de três catadores e os demais são associados catadores.

Realizamos entrevistas com nove catadores de materiais recicláveis, dos quais oito são membros da Associação Reciclando. Os demais participantes da Associação não foram entrevistados pelos seguintes motivos: três não têm experiência como catadores e uma

catadora residente num local de grande periculosidade no bairro não compareceu às entrevistas agendadas para a sede da Associação.

Vale ressaltar que o bairro onde se localiza a Associação estava passando por momentos de insegurança no que diz respeito à harmonia no local, com intensas disputas de poder entre “gangues” rivais, sendo veiculado com frequência nos noticiários policiais. Este fato nos motivou a reduzir a quantidade de idas ao local. Até tivemos orientações dos próprios catadores para evitar alguns horários e locais.

Tivemos o apoio da Presidência da Associação, que de pronto se pôs à disposição para viabilizar as entrevistas. Nas primeiras, a presidente estava sempre presente. Supomos que queria observar o conteúdo das conversas. Aos poucos fomos conquistando sua confiança e realizamos novamente as entrevistas iniciais (duas), as quais tiveram a interferência/presença física da presidente. Não encontramos, no entanto, nenhum ponto discordante entre os dois momentos.

Utilizamos nomes fictícios com o objetivo de preservar a imagem do catador. A seguir fazemos breve relato de cada um dos entrevistados

Adriano, 35 anos, casado, pai de cinco filhos, residente no bairro Tancredo Neves, único provedor da família. Não soube informar sua escolaridade; lê e escreve sem muita dificuldade. Nunca teve vínculo empregatício formal, algo que muito lamentou. Já trabalhou como servente, pedreiro e diversas outras atividades esporádicas, tais como limpeza em terrenos. Possui alguns instrumentos de trabalho, tais como serrote, martelo, alicate e o “carrinho”, todos próprios. Também utiliza linha de aparelho celular para viabilizar contatos, já que faz frete no seu carrinho. Este trabalhador também desenvolve atividades internas na Associação, mas recebe pagamento por isso. Realiza a catação de material reciclável em período noturno e finais de semana, ou seja, quando não está realizando as atividades na Associação. Não existe rota previamente definida. No que diz respeito ao trabalho na Associação, tem as seguintes atribuições: acompanhamento do caminhão na coleta e venda de materiais, e organização dos materiais no galpão da Associação. Possui uma renda fixa – provinda das atividades na Associação – em torno de R\$ 320,00 (trezentos e vinte reais) e uma renda variável – oriunda da catação de materiais recicláveis – de aproximadamente R\$ 200,00 (duzentos reais). Iniciou seu trabalho como catador no antigo “aterro” do Jangurussu e, desde então, sobrevive da catação de materiais recicláveis, perfazendo o total de seis anos na atividade.

Cláudia, 40 anos de idade, seis filhos, separada. Trabalhou a maior parte de sua vida como agricultora no interior do Estado do Ceará. Ao fixar residência no bairro Tancredo

Neves, passou a trabalhar como empregada doméstica, mas afirmou que não gostava da atividade. Ingressou na catação de material reciclável, há, aproximadamente, quatro anos. Também desenvolve atividades internas na Associação, atuando no Conselho Fiscal, mas, segundo informou, só comparece ao local quando solicitada ou para fazer algum lanche⁸. Afirmou que não frequentou a escola, lendo e escrevendo com dificuldade. Trabalha nas ruas diariamente em período integral e, nos finais de semana, executa trabalhos domésticos numa residência no bairro onde mora. Possui uma rota situada nas proximidades do bairro Tancredo Neves. Acredita que a Associação vai crescer e que obteve grandes avanços nos últimos meses. Quando solicitada a explicar melhor, aponta aspectos assistencialistas, tais como lanches, cestas básicas etc.

Eduardo, 65 anos de idade, reside nas proximidades do bairro Tancredo Neves com a segunda mulher. Nunca estudou e só consegue escrever o próprio nome. Trabalhou como servente com vínculo empregatício por aproximadamente seis anos. Tem um percurso e dias de trabalho definidos. Anteriormente, trabalhava em período integral, mas atualmente trabalha somente no período da manhã, pois, segundo informou, se acha cansado. Procurou estabelecer contatos com moradores de condomínios e casas; assim, acredita que obtém melhor renda. Não soube precisar o valor exato de sua renda, informando variações semanais entre R\$ 30,00 (trinta reais) e R\$ 80,00 (oitenta reais). O instrumento de trabalho que utiliza é o “carrinho” pertencente à Associação Reciclando. Desenvolve atividades internas de fiscalização na Associação e ressalta, constantemente, as melhorias conquistadas com a gestão atual, bem como tem expectativas – provavelmente irreais - de melhorias futuras, no que diz respeito ao estabelecimento de vínculo empregatício com a própria Associação. Está há aproximadamente cinco anos catando material reciclável.

Felipe, 31 anos de idade, residente no bairro Dias Macedo. Casado, pai de dois filhos, mora na residência de sua mãe, juntamente com esta, esposa, filhos e irmãos. Coursou até o quinto ano do Ensino Fundamental e atualmente está matriculado na escola em período noturno, mas disse que está desestimulado quanto à falta de recursos do local. É o mais recente integrante do grupo e o único que não reside nas proximidades da Associação. Nunca trabalhou de carteira assinada e afirma que não tem essa intenção. Exerce atividades em paralelo à catação, tais como auxiliar de carpintaria e vendedor ambulante de produtos de limpeza. É alcoólatra e frequenta o grupo de alcoólicos anônimos há mais de um ano. Está

⁸ Diariamente é servido um lanche aos catadores associados presentes à Associação nos períodos da manhã e/ou tarde.

desenvolvendo a catação de material reciclável há mais de dois anos. Não soube informar com precisão sua renda, mas relata que consegue em torno de R\$ 15,00 (quinze reais) a R\$ 20,00 (vinte reais) por dia com a atividade de catação de materiais recicláveis. Não tem uma rotina de trabalho, com dias definidos. O único instrumento de trabalho que utiliza é o “carrinho”, que é da Associação Reciclando. Não tem um percurso de trabalho definido, mas prefere trabalhar nos bairros Centro e Aldeota. Tem planos de desenvolver um projeto que agregue catadores de seu bairro, de forma semelhante ao Reciclando, e disse que seria uma espécie de “filial” deste projeto. Sempre ressalta a importância do trabalho do catador, mas revela que seu grande sonho profissional é atuar como atleta profissional.

Francisco, 58 anos de idade, residente nas proximidades do bairro Tancredo Neves. Reside com a esposa, filha e netos. Informou ser o provedor da família, sustentando-a com a renda que adquire na catação de material reciclável. Não soube informar o seu nível de escolaridade, mas relatou que lê e escreve com dificuldade. Expressou que trabalhou por, aproximadamente, seis anos, na função de serviços gerais com registro na carteira de trabalho. Após esta experiência, passou a desenvolver atividades informais, em feiras livres da cidade de Fortaleza. Com a diminuição da vendas, passou a catar material reciclável e está nesta atividade há mais de quinze anos. Sobre sua jornada de trabalho, informou que trabalha todos os dias, inclusive aos domingos. Em alguns dias da semana, estabelece um percurso definido, em outros dias procura itinerários variados. O “carrinho” que utiliza para sua atividade é próprio e possui acessórios personalizados, tais como calota de pneus. Esse sujeito estabelece uma estratégia que, para ele, segundo informou, tem a representação do décimo terceiro salário pago aos trabalhadores com vínculos formais, a saber: um tipo de material, mais caro e raro, ele junta e só vende no final do ano, para incrementar a renda para este período. Apesar de ser associado à Reciclando, não repassa seu material com exclusividade para este local, pois relatou que procura o local que paga melhor pelos produtos. Prefere denominar-se como sucateiro, haja vista que também compra materiais usados e sem utilidade em oficinas mecânicas, bem como adquire materiais recicláveis de outros catadores.

João, 81 anos de idade, morador do bairro Tancredo Neves. Reside com esposa, filhos e netos. Não se lembra até que série cursou na escola. Escreve e lê com dificuldade. É aposentado por tempo de contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Trabalhou como servente e vigia, em único local. Mesmo aposentado, continua trabalhando, tanto como catador de materiais recicláveis como de vigia na própria Associação. É membro associado e só coleta em pontos fixos, ou seja, tem um percurso definido, bem como dias

estabelecidos (três dias na semana). Estabeleceu contatos com moradores e síndicos de condomínios e, desta forma, prioriza a coleta nesses pontos (três no total). É o único provedor de uma família de sete pessoas e, por esse motivo, continua trabalhando, com isso tem uma renda em torno de R\$ 700,00 (setecentos reais) mensais. O instrumento de trabalho que utiliza é o “carrinho” da Associação. Está aproximadamente há cinco anos na atividade de catação de material reciclável.

Josiane, 30 anos, mãe de seis filhos pequenos, separada. Única provedora das crianças. Reside no bairro Tancredo Neves, no mesmo espaço onde mora sua mãe. É a única entrevistada que não faz parte da Associação, mas que foi incluída na pesquisa por ter mencionado forte desejo de participar da sociedade, estando aguardando uma oportunidade, que, segundo informou, surgirá quando um “carrinho” estiver disponível. Acredita que, a partir de então, poderá obter melhor renda. No momento da pesquisa, utilizava “carrinho” de um depósito e afirmou ter uma renda média de R\$ 60,00 (sessenta reais) semanais. Trabalha diariamente, no período da tarde. Pela manhã, desenvolve atividades domésticas em sua residência. Tem uma rota previamente estabelecida. Coleta periodicamente em algumas residências, tendo formado estas parcerias por intermédio da iniciativa dos próprios moradores. Em todos os momentos em que encontramos esta trabalhadora ela estava acompanhada de uma criança – filha ou sobrinho. Alega que precisa de companhia, pois tem “problemas de memória” e se esquece da rota. Percebe-se, porém, o uso das crianças como um apelo ao emocional das pessoas.

Marcos, 50 anos de idade, residente no bairro Tancredo Neves. Casado, tem quatro filhos e é o único provedor da família. Afirmou que só sabe ler e escrever, não se lembrando até que série cursou. Possui um percurso definido e seu trabalho é diário, inclusive nos finais de semana. O “carrinho” que utilizava como instrumento de trabalho é da Associação. Informou que já trabalhou com vínculo empregatício, desenvolvendo atividades de vigia, ajudante de caminhão, servente e minerador, sendo esta última, aquela com a qual mais se identificou, segundo relatou. Disse possuir uma renda semanal que varia entre R\$ 60,00 (sessenta reais) e R\$ 120,00 (cento e vinte reais), dependendo do material que consiga coletar. Procurou estabelecer vínculos com alguns moradores, modo como consegue obter retornos significativos em relação ao tipo de material coletado. Somente desenvolve atividades internas na Associação, quando solicitado. Relatou, porém, que prefere o trabalho de catação nas ruas, em virtude do retorno financeiro imediato. Está catando material reciclável há aproximadamente quatro anos.

Renato, 40 anos de idade, residente no bairro do Mondubim. Casado, pai de três filhos, único mantenedor da família. Já trabalhou com vínculo empregatício, desenvolvendo atividades de servente e pedreiro. Trabalha como catador de material reciclável desde os seis anos de idade. Afirmou que não frequentou a escola e escreve o seu nome com dificuldade. Costuma fazer longos percursos, haja vista que reside distante da Associação. Tem um vínculo fluído com o Reciclando, com idas e vindas. No momento da entrevista, o catador estava retomando suas atividades na Associação, pois informou que vender para os depósitos mais próximos de sua residência não traz lucro, já que eles pagam valor inferior ao praticado pela Associação.

5.2 Local

O grupo analisado faz parte da Associação Cearense dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Resíduos Recicláveis – Reciclando, situada no bairro Tancredo Neves, Fortaleza-Ceará.

A estrutura física do local é dividida da seguinte forma: uma área ao ar livre, onde se colocam os “carrinhos” para manutenção e alguns materiais recicláveis de grande volume, duas “ilhas ecológicas”; dois galpões cobertos, onde se depositam materiais recicláveis, sendo um destes galpões reservado também para reuniões. Neste, também está localizada uma copa, onde se preparam as refeições, e um banheiro. Existem ainda duas salas, uma delas funcionando como ante-sala para o escritório, dispendo de um birô, duas cadeiras e alguns armários. No escritório, ficam objetos de maior valor, tais como telefone e computador.

Todas as entrevistas foram realizadas no prédio do Reciclando, em ambientes abertos ou fechados, dependendo da movimentação de pessoas na Associação e da disponibilidade do ambiente no momento da entrevista. O ambiente aberto onde foi realizada parte das entrevistas é o galpão, onde os trabalhadores depositam seus materiais, dispendo de algumas cadeiras, uma copa e muitos objetos entulhados nos cantos. Este também é o espaço utilizado para reuniões do grupo. No momento das entrevistas, o ambiente estava com poucas pessoas, mas ocasionalmente adentravam alguns catadores para descarregar materiais de seus “carrinhos” ou para fazer o lanche da tarde.

Duas entrevistas, foram realizadas no escritório da Associação, situado dentro da mesma estrutura física do galpão. O escritório é composto de uma mesa, duas cadeiras, um

móvel para computador, uma cadeira, um eletrodoméstico que condiciona água gelada, um computador, uma máquina impressora, um telefone e um aparelho de ar-condicionado.

5.3 Instrumentos/material

Os instrumentos devem ser compreendidos como formas diferenciadas de expressão, adquirindo sentido no contexto social da pesquisa, sendo assim representantes legítimos para estimular a reflexão e elaboração do sujeito.

Assim sendo, o instrumento utilizado na condução das entrevistas foi o gravador – de acordo com autorização escrita de cada sujeito, conforme especificado no Termo de Consentimento livre, enviado ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará (COMEPE).

Para condução das entrevistas, utilizamos um roteiro, como uma guia “facilitador de abertura, de ampliação e de aprofundamento da comunicação” (MINAYO, 1996, p.99), bem como materiais para registro, tais como papel e caneta.

5.4 Procedimento para coleta de dados

Adotamos os seguintes tipos de pesquisa: bibliográfica, na qual foi feito um levantamento das produções sobre o assunto e que se constituiu como fonte de dados secundários; documental, realizada com a consulta ao Diagnóstico da Situação Socioeconômica e Cultural do Catador de Materiais Recicláveis de Fortaleza-CE (IMPARH, 2006); e empírica, pela coleta de dados diretamente com a categoria estudada, em conversações individuais. Estas permitem ao pesquisador maior interação com o sujeito, possibilitando a expressão de conteúdos.

Os dados foram coletados mediante registro em gravador, conforme mencionado anteriormente. Foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas.

Utilizamos os *sistemas conversacionais*, conforme relata González Rey (2005), pois eles possibilitam ao pesquisador destituir-se do lugar central das perguntas, integrando-se numa dinâmica de conversação com formas variadas, sendo assim responsável pela elaboração de um “tecido de informação” que implica com naturalidade e autenticidade os participantes, pois

As conversações geram uma co-responsabilidade devido a cada um dos participantes se sentirem sujeitos do processo, facilitando a expressão de cada

um por meio de suas necessidades e interesses. Cada participante atua nas conversações de forma reflexiva, ouvindo e elaborando hipóteses por intermédio de posições assumidas por ele sobre o tema de que ocupa. Nesse processo, tanto os sujeitos pesquisados como o pesquisador integram suas experiências, suas dúvidas e suas tensões, em um processo que facilita o emergir de sentidos subjetivos no curso das conversações. A conversação vai tomando formas distintas, nas quais a riqueza da informação se define por meio de argumentações, emoções fortes e expressões extraverbais, numa infinita quantidade de formas diferentes, que vão se organizando em representações teóricas pelo pesquisador. (P.46).

Por sua vez, Santos (2000) esclarece que “a realidade só pode ser retratada com maior proximidade por meio de uma interação do pesquisador com quem está realmente disposto a falar de sua experiência.” (P.21). Desta forma, entendemos que as pessoas são compreendidas como sujeitos produtores da sua experiência, na condição de sujeito ativo.

5.5 Análise dos dados

O método utilizado para análise dos dados foi o de análise de conteúdo de caráter temático, como anota Minayo (1994). Houve, porém, espaços para uma análise aberta, processual e construtiva, não reduzindo o conteúdo a categorias concretas restritivas, uma vez que o fenômeno social é dinâmico o suficiente para viabilizar a emergência de novos aspectos que lidem com a realidade. Portanto, concordamos com González Rey (2002), quando ele assinala que

O processo de pesquisa da subjetividade humana tem de responder ao desafio de estudar esta, de forma simultânea, em seus dois momentos constitutivos – o individual e o social; os quais, por sua vez, são constituintes e constituídos, um em relação ao outro, em suas relações recíprocas. Nesse esforço, nem a subjetividade social, nem a individual podem ser analisadas como processos homogêneos que pudessem ser estudados completamente em um mesmo nível de expressão humana. (P.152-153).

Para realizar a análise dos dados, adotamos os seguintes procedimentos: após a realização das entrevistas, transcrevemos as gravações, realizamos uma leitura inicial, organizamos os relatos de acordo com as categorias temáticas que foram emergindo e revimos os objetivos e questões teóricas do estudo. O mapeamento das categorias permitiu melhor apreensão dos significados, a associação de idéias e a captação dos diferentes pensamentos.

Também procuramos confrontar os significados apreendidos das falas dos sujeitos com as categorias em análise. Levamos em consideração a atribuição de significados em relação às especificidades histórico e ao contexto social.

HINO DOS CATADORES

Dimir Viana

Quem sabe andar
Nessa rua vai em frente
Pois atrás é que vem gente
Diz o dito popular.

E quem caminha
Na linha da esperança
Arrasta o pé
Balança a trança
Na dança de se chegar.

A quem diga olé! Olé olá
Catador de norte a sul e de acolá!
Nessa marcha sem parar
Caminhar é resistir,
E se unir é reciclar.

Ninguém segura,
Essa gente que trabalha
Que grita e fala
Querendo anunciar
Que é possível a luz de um novo dia
Em que a nossa alegria
Possa se concretizar.

Povo da rua
Não é do mundo da lua
É a vontade nua e crua
É um desejo de um Lar
Que assegure vida e dignidade
Rumo de prosperidade tem o direito de sonhar.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Considerando que o foco do nosso trabalho era analisar a precarização laboral com a experiência do catador de materiais recicláveis, procedemos à análise dos dados tendo esse objetivo como ponto de partida. Assim sendo, foram consideradas as seguintes categorias temáticas: aspectos precários da atividade de catador de materiais recicláveis, desemprego e precarização, precarização e possíveis impactos sobre a vivência/experiência do trabalhador, soluções individuais e soluções coletivas, e precarização laboral e utilidade social do trabalho do catador de materiais recicláveis.

6.1 Aspectos precários da atividade de catador de materiais recicláveis

Esse tópico está associado às condições gerais sobre a precarização das condições de trabalho, o que é definido por Mattoso (1999) como o

Aumento do caráter precário das condições de trabalho, com a ampliação do trabalho assalariado sem carteira e do trabalho independente (por conta própria). Esta precarização pode ser identificada pelo aumento do trabalho por tempo determinado, sem renda fixa, em tempo parcial, enfim, pelo que se costuma chamar de bico. Em geral, a precarização é identificada com a ausência de contribuição à Previdência Social e, portanto, sem direito a aposentadoria. (P.8).

Desta forma, abordaremos os aspectos há pouco mencionados, bem como outros de relevância para o presente estudo.

O **trabalho como sacrifício** foi um aspecto relatado na vivência laboral dos trabalhadores entrevistados, apresentando indícios de que percebem o trabalho como algo desprazeroso, um sacrifício a que têm que se submeter, pois precisam prover o sustento familiar. Assim como no mito de Sísifo, executam uma tarefa de forma repetitiva, sem nenhuma análise crítica do que estão realizando, implicando um efeito significativo da precarização sobre os “subproletários”, como alude Antunes (1998) . Este indício pode ser percebido em outros tipos de trabalhos que realizaram, incluindo atividades como empregada doméstica, agricultor, serviços gerais, servente, pedreiro, vendedor, catador, entre outras. Para os sujeitos desta pesquisa, o trabalho parece ser compreendido como uma obrigação, uma responsabilidade na qual não podem e não devem se esquivar, seja ela qual for. Ocorreu, conforme relatado no segundo capítulo, uma dissociação do ato de trabalhar relativamente à “submissão” a um trabalho “esvaziado” de sentido. Assim sendo, os catadores tendem a se submeter a uma noção de ética do trabalho na qual todo trabalho é digno.

A **qualificação educacional e profissional** dos sujeitos da pesquisa é baixa, pois na sua maioria só sabem escrever o próprio nome e têm dificuldade na leitura. De acordo com os dados colhidos, nenhum dos entrevistados concluiu o Ensino Fundamental e o único que relatou ter voltado a estudar está abandonando a sala de aula, segundo informou, em virtude do cansaço adquirido com o dia de trabalho.

Durante o ano de 2006, cinco dos sujeitos participantes da Associação receberam qualificação para trabalhar com a reciclagem por meio de um curso ministrado pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Energias Renováveis (IDER). Como apontado na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), a atividade de catador de materiais recicláveis não exige qualificação educacional mínima, mas é importante que tenham conhecimentos sobre os produtos com que trabalham, pois, desta forma, passam a separar o material mais lucrativo no mercado. Ressaltando o fato, um dos entrevistados enfatizou a importância de conhecer os produtos que coletam, pois isso facilita a atividade, reunindo-lhe valor. Também criticou os colegas que não procuram conhecer

“ O seu Cláudio, faz quase cinco anos que trabalha aqui. Ele pode completar é cem ano de trabalho aqui, mais não conhece o material, não conhece o material” ... “Não sei se é preguiça de catar, não sabe catar... (ADRIANO, 35 anos).”

A **jornada de trabalho fluída** foi um dos fatores apontados pelo grupo como positiva no tipo de trabalho que desenvolvem, haja vista que não possuem uma rigidez de carga horária. Esse fator, contudo, pode ser um agravante, pois eles passam a executar uma jornada de trabalho extenuante, executando outras atividades laborais e perfazendo uma jornada excessiva.

Tal como acontecia antes do início do período industrial, conforme relatamos no segundo capítulo, os trabalhadores que vivem da catação de materiais recicláveis, apesar das condições precárias a que estão expostos e de, na sua maioria, não serem os donos dos instrumentos de trabalho – o “carrinho” – estabelecem as próprias **metas de produção**.

A separação dos meios de produção, ocorrida na maioria dos trabalhos, pode ser uma decorrência da divisão social do trabalho, alimentando a transformação na estrutura interna da consciência. Assim sendo, as relações sociais, cada vez mais, se transformam em relações de coisas que, ao se separarem, alienam-se do seu criador. Desta forma, a atividade humana não é mais, para o homem, aquilo que de fato é. Instala-se a alienação, determinando

a formação do homem, bem como as condições concretas de sua existência, descaracterizando-o.

Os catadores acreditam, conforme apresentado em vários discursos, que controlam seu próprio **tempo e ritmo de trabalho**, o que não pode ser compreendido como verdade absoluta. Na realidade, “tentam” controlar, pois outros fatores estão relacionados ao controle da temporalidade deste trabalho, tais como adequação de sua jornada aos dias e horários de passagem do caminhão coletor e horários em que os moradores habitualmente descartam o lixo. A idéia de controle do ritmo de trabalho pelos próprios trabalhadores também não parece ser verdadeira, haja vista que, para o caso dos catadores que acompanham os horários dos caminhões coletores de lixo, eles precisam obedecer a um ritmo intenso no sentido de conseguir coletar o materiais recicláveis que se encontra nas calçadas antes da coleta do caminhão, aspecto este comum nessa atividade, já que a maioria dos moradores só descarta o lixo em horário próximo de sua coleta.

A maior parte dos sujeitos entrevistados afirmam executar outras atividades, tais como marceneiro, pedreiro ou qualquer outra atividade que possa implicar a complementação da renda, podendo isso impactar na saúde física deste trabalhador. Três dos sujeitos da pesquisa realizam jornada dupla no próprio Reciclando, desenvolvendo atividades de coleta na rua e atividades internas remuneradas, tais como auxiliar de caminhão, vigiar, organizar os materiais no galpão. Nestes casos, chegam a desenvolver uma jornada de mais de doze horas ininterruptas.

“Eu trabalho a semana aqui, até sexta-feira, de auxiliar de caminhão. Quando é a noite, se eu tiver coragem, eu saio pra catar alguma coisa, pra poder aumentar mais meu lucro.” (ADRIANO, 35 anos).

“De dia eu saio pa catar e de noite trabaio de vigia aqui.” (JOÃO, 81 anos).

Outro ponto importante é o fato de a atividade ser desenvolvida diariamente, inclusive nos finais de semana. A questão da temporalidade invade até mesmo o tempo dedicado ao lazer, conforme explana Adriano o ocorrido numa viagem a passeio com seu filho

“Eu num paro de juntar não. De bicicleta cargueira eu já trouxe lá do Pacajús, depois do Pacajús. Eu, com meu menino atrás. Devido a buraqueira que tem na BR, por causa dos quebra mola, de acidente, fica pedaço de ferro, fica lateral, pedaço de amortecedor, cheguei com mais de meio saco de ferro.” (ADRIANO, 35 anos).

Um dos poucos **instrumentos de trabalho** utilizados pelos sujeitos da pesquisa é o “carrinho”. Este possui um peso médio de trinta quilos vazio, quando se trata do equipamento fornecido pela própria Associação. Alguns, porém, preferem fabricar o próprio instrumento, fazendo com que este suporte mais peso, objetivando com isso juntar maior quantidade de material de uma só vez. Isso pode acarretar, no entanto, mais problemas à saúde do trabalhador, que nem sempre reconhece isto. Vejamos na fala a seguir

“Ele com trezentos quilos, no chão plano, eu corro”, “Ele com mil quilos, eu puxo com duas pessoas empurrando atrás.” (ADRIANO, 35 anos).

Esse trabalhador relata intensas dores na coluna, descrevendo episódios de fortes crises, mas nega qualquer relação com o peso que transporta em seu “carrinho”.

“Cento e dois quilômetros eu puxo, o dia todinho, num sinto nada.” (ADRIANO, 35 anos).

Um dos sujeitos entrevistados personalizou o seu “carrinho”, colocando acessórios e pintando. Disse que tinha “gosto pelo carrinho.” (FRANCISCO, 58 anos). Outro sujeito escreveu o número do seu telefone celular como uma forma de atrair outras oportunidades de trabalho, conforme seu relato. Este foi o único entrevistado que relatou possuir outros instrumentos de trabalho, como martelo, serra e alicate, para auxiliar na separação de material no momento da coleta.

Podemos apontar outras condições precárias, como elevada rotatividade, baixos rendimentos, trabalho em jornada irregular, condições mínimas de higiene e segurança no trabalho, jornadas laborais elevadas e desproteção oficial, que podemos encontrar entre os catadores de materiais recicláveis.

Sobre a **rotatividade**, é relativamente comum, na Associação a entrada e saída de trabalhadores. Estas são ocasionadas, em alguns casos, pela tentativa destes trabalhadores em conseguir trabalhos em melhores condições. Quando ficam desempregados, retornam a

atividade de catação, funcionando esta como uma válvula de escape, a última opção diante da falta de opções laborais mais “atrativas”.

Os **rendimentos** destes trabalhadores ficam, em sua maioria, abaixo do salário mínimo oficial praticado no País. Somente os trabalhadores que exercem outra atividade dizem conseguir melhorar sua renda, fato percebido em quase todos os sujeitos entrevistados, com exceção de um deles, que informou não ter condições físicas de exercer outra atividade. Vale ressaltar que as atividades desenvolvidas, além da catação, estão relacionadas àquelas que não exigem muita qualificação profissional, tal como lavagem de roupas, poda de árvores, vigilância de edificações, entre outras.

O retorno financeiro obtido em decorrência da dedicação temporal ao trabalho é percebido como um fator negativo, bem como a acentuada exposição às condições climáticas e de segurança no trânsito. Cláudia trabalha diariamente e relata

“Ganho pouco assim, porque a gente trabalha muito, é um trabalho que a gente morre de trabalhar e ganha pouco demais. A gente ajunta uma ruma de coisa pra ganhar vinte e cinco reais.” (CLAÚDIA, 40 anos).

O **trabalho em jornada irregular** é outra característica presente na experiência laboral dos catadores de materiais recicláveis. Essa é, todavia, uma característica fluida, pois, ao mesmo tempo que afirmam trabalhar apenas em um período, desenvolvem atividades laborais em paralelo à catação, ou seja, ocupam o “tempo livre” com atividades que complementem sua renda.

As **condições de higiene e segurança** do catador de materiais recicláveis parecem ser mínimas, se é que podemos dizer que existem, pois, além de trabalharem com um material exposto a vários tipos de microorganismos, trabalham sem nenhum tipo de proteção, ficando assim expostos a possibilidades de aquisição de vários tipos de doenças. Interessante é que os catadores entrevistados, parecem não conseguir associar doenças mencionadas por estes com o alto grau de exposição a que estão expostos, negando veementemente esta associação. Podemos supor que esta negação seja uma estratégia psíquica de defesa destes trabalhadores.

De maneira geral, não adotam medidas de segurança, tais como uso de equipamentos de segurança individual. Apenas um dos sujeitos entrevistados relatou preocupação com o assunto

“Todo carroceiro, eu acho muita burralidade do carroceiro que num faz isso na carroça, não pinta de amarelo atrás, por que o que já tem acontecido de acidente com carroceiro por aí.” (ADRIANO, 35 anos).

As **jornadas laborais elevadas** a que se submetem parecem estar relacionadas aos baixos rendimentos adquiridos com a atividade de catação, haja vista que precisam fazer uma dupla ou até mesmo, tripla jornada, “invadindo” os finais de semana, para conseguir retorno financeiro para que consigam manter minimamente a família.

O horário de trabalho adotado pela maioria dos entrevistados é noturno, o que torna a atividade sujeita aos acontecimentos da vida urbana de uma grande cidade neste horário. No geral, os sujeitos não informaram adotar medidas de prevenção. Um deles, quando questionado sobre o trabalho no período noturno, argumentou da seguinte forma

“Perigoso é, mais eu prefiro vim do que passar a noite toda num lugar só. Porque aí veja, nem que eu chegue em casa duas horas, eu prefiro vim porque durante a noite você vê muita macacada no caminho, principalmente no centro.” (FELIPE, 31 anos).

As distâncias percorridas em seus trajetos são, segundo relatado, longas, o que torna a atividade ainda mais cansativa, além do fato de executarem movimentos repetitivos – ao abaixarem-se para coletar o material – e das constantes paradas que precisam fazer para recolher o material reciclável nas residências, condomínios, pontos comerciais etc.

Os trabalhadores que vivem da catação de material reciclável encontram-se **fragilizados/explorados** ante as condições que lhes são impostas pela cadeia produtiva da reciclagem – da qual os catadores são apenas o ponto inicial – que envolve variado contingente de pessoas e setores até chegar seu ponto final: a indústria de reciclagem. O ciclo envolve basicamente os catadores, donos de depósitos (pequenos, médios e grandes) e indústrias recicladoras. Na maioria dos casos, os catadores de Fortaleza vendem o produto do seu trabalho a pequenos depósitos de reciclagem, que, por sua vez, repassam para depósitos maiores, até chegar à indústria. No caso dos sujeitos entrevistados, o ciclo é mais curto, pois vendem o material coletado diretamente para a Associação, que, por sua vez, repassa para as indústrias do segmento. A Associação paga, pelos produtos coletados, um valor acima do mercado, segundo informações de sua Diretoria e confirmadas pelos próprios trabalhadores. Mesmo assim, e apesar da diminuição do ciclo, os sujeitos entrevistados dão indícios de que

ainda se encontram sem defesas ante as condições impostas, pois, conforme os relatos, a oscilação constante nos preços dos produtos, a desvalorização e até mesmo a recusa de produtos anteriormente valorizados, como, por exemplo o papel-jornal é prática constante.

Nos discursos dos sujeitos desta pesquisa, não houve indícios de preconceito por parte deles mesmos em relação ao seu trabalho, procurando repassar uma imagem de que, apesar de terem ingressado na atividade em decorrência da falta de oportunidades em outras atividades – temática que abordaremos adiante –, percebem o **trabalho de catador como outro qualquer**.

Em um dos casos, a atividade é apontada como um fator de “libertação” de uma situação de trabalho anterior em que o sujeito relatou sentir-se humilhada.

“Sempre eu pedi a Deus se for pra trabalhar e ganhar pouco me tirar das casas de família e me mostrasse outro trabalho, nem que eu ganhasse mais pouco, mais eu não queria ser mais humilhada por ninguém. Aí ele me amostrou a reciclagem. Acho que foi Deus. Não to arrependida, ganho pouco, mais o pouco com Deus é muito, e muito sem Deus é nada. Estou muito satisfeita com meu trabalho hoje.” (CLAÚDIA, 40 anos).

Os trabalhadores estabelecem uma **rotina de trabalho**, com horário definido para executar suas atividades externas (coleta na rua), bem como uma definição de percurso a ser trilhada diariamente. Essa rotina assemelha-se ao trabalhador formal, que possui método de trabalho e local específico para desenvolver suas atividades. A tentativa de estabelecer uma rotina dos catadores é uma prática que denota a “incrustação” do modelo industrial na contemporaneidade.

Alguns definem modos específicos de realizar suas atividades, otimizando assim seus resultados, fato que pode ser exemplificado por alguns sujeitos que definem dia, horário e local para realizar suas coletas, estabelecendo inclusive algumas regras com moradores, tais como a separação do material reciclável.

“Minha rota é Cidade dos Funcionários, Jardim das Oliveiras e Oliveira Paiva. Quando eu saio daqui, eu num vou coletar como esses outros não. Eu vou pegar na minha freguesia.” (EDUARDO, 65 anos).

A falta de definição de um método de trabalho também é percebida em alguns dos entrevistados, pois ainda não se aperceberam da importância na definição de um percurso e de horários, como fatores que podem otimizar seu trabalho, haja vista que o vínculo com moradores pode propiciar maiores benefícios, tais como a separação do material, ajuntando maiores rendimentos.

A **instabilidade das condições de trabalho** foi apontada no quesito renda, haja vista que a indefinição de rendimentos traz repercussões sérias na vida destes trabalhadores, pois ficam desprovidos de recursos financeiros para o sustento pessoal e familiar. Nenhum dos sujeitos entrevistados soube informar com segurança os recursos financeiros que adquirem com a atividade de catação na rua, fato que nos chama a atenção, pois vivem à mercê da “sorte” de encontrar “bons” materiais, bem como dos preços destes materiais estarem valorizados pelas indústrias.

Um dos fatores que podem estar contribuindo para essa questão é a variação do preço do material reciclável, bem como o aumento de catadores nas ruas, fatos estes constatados na pesquisa realizada em Fortaleza no ano de 2006 (IMPARH, 2006).

A ausência de vínculo empregatício foi percebida como fator de instabilidade para o grupo, principalmente em situações críticas, tais como as doenças, sendo apontada a dificuldade financeira quando não conseguem trabalhar por algum motivo de saúde, haja vista que não recebem nenhum tipo de recurso/benefício social.

A **divisão de tarefas** é outro fator percebido no grupo, como semelhante à óptica da sociedade industrial. Desenvolvem atividades externas e internas. A atividade externa a que referimos constitui-se na coleta do material reciclável nas ruas da Cidade. A atividade interna refere-se à separação do material no galpão da Associação, a atividade de fiscalização do material trazido por colegas de trabalho, a vigilância da estrutura física da Associação, as atividades de coordenação do grupo e negociação com os clientes (indústrias de reciclagem).

Pode-se perceber é que a maioria dos sujeitos parece preferir a atividade de catação na rua, por não exigir conhecimentos específicos aprofundados ou responsabilidades pelos recursos financeiros. Tal fato pode ser evidenciado pela direção do grupo ser exercida por membros não catadores, mas a quem o grupo credita muita responsabilidade e confiança.

A preferência por atividades de coleta é justificada por Cláudia no seguinte trecho:

“A gente andando corre vento e de cabeça baixa, separando uma coisa separando outra é bom! Eu acho mais melhor é sair com o carrinho. É muito ruim separar, ô bucado ruim, todos eles diz isso (...).” (CLAÚDIA, 40 anos).

A **ausência de regras rígidas** é apontada pelos sujeitos como elemento de atração para a atividade, haja vista que eles próprios tendem a definir seus horários de trabalho, os percursos que irão fazer e as regras gerais a que se submetem. Quando questionado sobre o que achava do seu trabalho, Marcos respondeu:

“É um trabalho despreocupado, num é mandado. Vai na hora que quer, no dia que num quer, num tem hora certa. É bom.” (50 anos).

“O nosso trabalho num é mandado, num é gritado, trabalha no dia que quer, ninguém agüenta aborrecimento. Então pronto. Agente sai no dia que quer, chega na hora que quer.” (EDUARDO, 65 anos).

A inexistência da figura física do patrão é vista como aspecto positivo. As regras de funcionamento do grupo, no entanto, podem não estar explícitas, mas existem, haja vista que os catadores possuem uma associação formalizada, da qual não se apropriaram como projeto coletivo – ponto que será abordado adiante – atribuindo à figura da presidente (a única do grupo que não desenvolve a atividade de coleta de material nas ruas e que nunca a exerceu) a responsabilidade integral pela sua condução. Isto a configura, claramente, como o “patrão” que os trabalhadores tanto temem. Além disso, há o fato, de os catadores que desenvolvem também atividades internas perceberem na figura da presidente a pessoa que estabelece regras, que negocia preço com clientes e fornecedores e que lhes paga pelo serviço prestado à Associação.

Apesar da inexistência de obrigações rígidas, os próprios trabalhadores estabelecem regras particulares a fim de obter melhores resultados. Vejamos.

“Tem que sair cedo, se não num encontra nada não. E fico até a hora que encho o carrinho.” (MARCOS, 50 anos).

Para alguns dos sujeitos, a inexistência de um percurso definido e o fato de ser ele próprio quem o define são considerados outros importante atrativos, já que não existe a figura de uma pessoa que impõe essa regra.

“Quando eu saio de casa, eu saio sem destino. Num tenho destino praticamente certo, eu vou pro Centro, eu vou pa Aldeota, eu pego o carrinho, eu saiu de casa. (...) Cada dia eu vou pra cada bairro diferente. Saio pegando material num bairro diferente.” (FELIPE, 31 anos).

Essa falta aparente de regras/rotina, contudo, pode vir a impactar na produtividade e no método de trabalho, haja vista que os sujeitos que afirmaram ter um percurso e horários definidos parecem conseguir se vincular a moradores que passam a realizar coleta seletiva para eles. Desta forma, a resistência em estabelecer um percurso fixo, adotada por um dos sujeitos, pode ser a negação de algo que poderia favorecê-lo.

O **aspecto instrumental** da atividade de catação de materiais recicláveis pode ser percebido em nos sujeitos entrevistados; o trabalho como um meio de aquisição de recursos, em sua maioria, para a manutenção da vida, tais como alimentação e medicamento.

Podemos exemplificar com relação à ascensão ao estilo de vida ideal da “sociedade do consumo”, como nos retrata Bauman (2000), que os sujeitos entrevistados apontaram indícios de frustração no que concerne à aquisição de bens e serviços, principalmente quando estes são solicitados por seus filhos, sendo estes um dos motivos alegados para a pretensão de mudar de atividade, tal como se percebe no discurso a seguir:

Felipe: O que me mantém nisso é a esperança de conseguir mudar de vida.

Pesquisadora: Como?

Felipe: Como? (pausa) Montar meu depósito, pra dá uma situação melhor pra mim e pros meus filhos.

Felipe é o único entrevistado do grupo que relata, reiteradamente, seu comprometimento com o grupo e identificação com a atividade. Revelou o aspecto instrumental do seu trabalho como uma forma de conquistar a realização de um sonho:

“Quando eu melhorar a minha situação financeira é a primeira coisa que eu vou fazer, vou pegar gastar com essa questão do meu problema com meu joelho. Num quero nem saber, vou gastar e num vou desistir do que eu quero não, eu acho que eu só vou desistir do atletismo quando eu chegar a morrer. Porque é o que eu gosto, o que eu gostava de fazer, eu me sentia bem. Praticamente, eu chegava do trabalho cansado, mas eu num queria saber, eu queria saber que eu ia treinar.”

A maioria os sujeitos da pesquisa asseverou possuir atividade complementar. Apesar de terem na atividade de catação a principal fonte de renda, procuram a alternativa de trabalho. Dois dos sujeitos entrevistados – os mais comprometidos com o grupo – relataram que freqüentemente deixam de realizar a catação para desenvolver atividades paralelas, como ajudante de marcenaria, pequenos trabalhos domésticos e fretes com o “carrinho”. Sobre esse ponto, Adriano (35 anos) desenvolveu interessante estratégia que também é adotada por outros catadores nas ruas da cidade de Fortaleza: pintou o número do seu telefone celular no “carrinho” e afirmou que era uma boa oportunidade de conseguir outras opções de trabalho, haja vista que, ao percorrer as ruas, as pessoas visualizam o número e, se estiverem necessitando, entram em contato. Afirmou, ainda, que consegue várias oportunidades com tal estratégia.

6.2 Desemprego e precarização

Para justificar esse tópico, iniciamos com uma citação que retrata a importância de se analisar essa relação

o crescimento do desemprego, com a conseqüente informalização do mercado de trabalho e a ‘precarização’ tanto do trabalho quanto da sua condição e organização, resultam no medo do desemprego e parecem ser as principais características do mundo do trabalho, atualmente no Brasil. (SANTOS, 2000, p.66).

Leite (2003) acentua que as implicações da reestruturação produtiva no Brasil, para o mercado de trabalho, configura-se numa ‘realidade de regressão e precariedades.’ (P.105).

O trabalhador que vive da catação de materiais recicláveis, assim como parte dos trabalhadores brasileiros, ainda têm como norma o emprego assalariado e, apesar de alguns dos sujeitos entrevistados não o terem vivenciado, sonham com a possibilidade desta conquista, sem fazer relação direta com o tipo de trabalho, ou seja, o vínculo empregatício por

si pode ser suficiente, não o relacionando com melhores condições de trabalho. Esse fato é justificado pelos sujeitos da pesquisa, como a conquista de uma segurança perante o desemprego, as doenças, enfim, a impossibilidade de trabalhar e, mesmo nessas situações, continuar recebendo alguns proventos, fato este possível ao trabalhador que possui vínculo empregatício regulamentado por lei. Para exemplificar, apresentamos um trecho da entrevista, onde um dos sujeitos, em meio às lágrimas, relata a importância da possibilidade de vínculo empregatício para sua vida, exprimindo ser um sonho que almeja,

“Eu planejo arrumar um trabalho de carteira assinada.” (JOSIANE, 30 anos).

O trecho a seguir também é representativo,

“Quero assinar carteira, porque mode eu fico doente tem o que receber.” (EDUARDO, 65 anos).

Os trabalhadores entrevistados dão indícios de que permanecem com a noção de emprego assalariado como norma, apesar de a maioria nunca a ter vivenciado. Em muitos discursos isso foi percebido, sendo apontado como algo que almejavam como uma forma de sentirem-se “seguros” em relação às intempéries da vida.

“Se eu tivesse minha carteira assinada eu tinha meus direito.” (EDUARDO, 65 anos).

“Vou ficar aqui até ... eu pretendo ficar até aparecer alguma coisa pra mim, alguma coisa que, apareça alguém pra me chamar pra trabalhar de carteira assinada. Na hora que alguém me chamar eu tou indo. Tem problema não, eu tenho trinta e cinco ano quando eu tiver 40 ano, 45 ano eu num sei se tô andando ou se tô numa cadeira de roda por causa da minha coluna, aí um dia eu pretendo trabalhar de carteira assinada.” (ADRIANO, 35 anos).

A crise do emprego, conforme nos apresenta Díaz-Salazar (2003), também está relacionada à conquista de um emprego que possua condições estáveis e que permitam ao trabalhador garantias mínimas. Este é um aspecto que afeta diretamente a categoria dos

catadores de materiais recicláveis, pois, diante da impossibilidade de conquistar um emprego que lhes permita tais condições, bem como lhes propicie algum tipo de garantia, se submetem a condições laborais precárias e sentem-se “obrigados” a aceitá-las, conforme relata Josiane (30 anos),

“Tenho muita vontade de trabalhar num canto certo, ter meu dinheirinho certo, por semana ou por mês, porque esse trabalho da gente é pesado. Só trabalho na reciclagem porque preciso, tenho seis filho pra dar de comer. Num tenho outro trabalho.”

Conforme constatado em pesquisa realizada por Santos (1991) e IMPARH (2006), os trabalhadores que vivem da catação optaram por tal atividade em decorrência do desemprego, encontrando na catação de materiais recicláveis a alternativa de sobrevivência. “Expulsos” das atividades laborais que desenvolviam anteriormente, encontraram na catação a alternativa ao desemprego.

“Eu nunca trabaiei de carteira assinada na minha vida não. Mais o ponto deu chegar até a reciclagem é porque praticamente eu tava sem nada pra fazer, tava sem nenhum serviço pra fazer, trabaiaava cum meu tio, ajudando a ele no negócio de móvel. (...) A opção era trabalhar com reciclagem.” (FELIPE, 31 anos).

A atividade também é percebida como uma forma de resolução imediata da falta de recursos financeiros, pois o trabalhador poderá obter algum recurso imediato coletando materiais e recebendo algum valor, também de maneira imediata. A noção de permanência, continuidade, desenvolvimento do trabalho não é percebida no grupo.

“Mas sempre eu dizia e digo, por trás e na frente, você só fica desempregado se quiser, porque em qualquer canto se pegar a carrocinha todo dia a pessoa apura R\$ 10,00 (dez reais), R\$ 7,00 (sete reais).” (ADRIANO, 35 anos).

“A pessoa que cata em todo canto passa.” (JOÃO, 81 anos).

Álvaro (1992) assinala que dedicamos boa parte de nossos dias ao trabalho, que este também é um importante fator de socialização e, quando o perdemos, ficamos boa parte

do tempo sem uma funcionalidade explícita e nos sentimos à margem da sociedade. Ao analisar a relação entre trabalho e recursos financeiros, Álvaro (1992) conclui que a redução destes recursos repercute psicologicamente na vida desses indivíduos desprovidos de trabalho, pois perdem sua independência e o controle sobre suas vidas, já que passam a depender dos outros (quer sejam familiares, amigos ou governo). Portanto, submeter-se a qualquer tipo de trabalho, por mais precarizado que ele seja, pode ser a alternativa vislumbrada por alguns trabalhadores, mesmo que de maneira imediata, conforme relatado há pouco.

Podemos inferir que a experiência do catador de materiais recicláveis está fundada na falta de oportunidades de trabalhos menos precários e que lhe permitam melhores condições de sustento. Desta feita, estes trabalhadores se adequam à noção atual do conceito de ética do trabalho, conforme expõe Bauman (2000), que é atribuir ao próprio indivíduo a responsabilidade pela sua condição, eximindo assim o sistema capitalista e seus representantes de qualquer responsabilidade pelas condições precárias às quais muitos trabalhadores estão submetidos.

Vêm na catação a alternativa de trabalho e relacionam, assim, como o conceito de ética do trabalho que “é mais melhor sair com o carrim que ficar parada.” (CLAÚDIA, 40 anos), o que nos pode indicar a idéia de que qualquer trabalho é aceitável e que não estar trabalhando é uma condição inaceitável. Um dos sujeitos entrevistados assinala, que aconselha os filhos “se um dia faltar um emprego, pegue um carrim mais não vá roubar.” (ADRIANO, 35 anos).

Justificam a falta de oportunidades formais de forma variada, tais como a baixa escolaridade, a falta de acesso a informações e de conhecimento das oportunidades. Vejamos:

“Sei lê algum nome, aí tem que pegar pesado mermo. Se ajudasse trabaiair de ajudante de caminhão,de servente. Mas pra arrumar emprego bom, num vou dizer que tenho capacidade de arrumar, né? Eu conheço gente que tem o primeiro grau de estudo, tá desempregado. O negócio ta ruim. Pra pessoa entrar numa firma agora tem que ter uma peixada muito grande dentro, que é pra puder botar a pessoa.” (MARCOS, 50 anos).

Os catadores entrevistados foram unânimes ao dizer que não são capazes de conseguir outra atividade laboral, haja vista que não possuem escolaridade adequada aos padrões exigidos pelo mercado de trabalho, bem como não possuem nenhum tipo de qualificação profissional. Esse discurso nada mais é do que a apropriação do discurso

governamental e capitalista, que atribui ao sujeito, e somente a este, a responsabilidade por suas condições ou falta destas, de ascender a atividades laborais mais valorizadas.

Um dos sujeitos entrevistados, iniciou na atividade de catação no lixão do Jangurussu e relata que essa opção foi a única encontrada, na época, para prover o sustento familiar, descrevendo sua vivência da seguinte forma,

“Nunca tive um emprego fixo e não podia, não podia carregar tudo na cabeça... Aí eu, todo mundo trabalhando e eu sentia assim, um pouco de vergonha, mais aí “homem sabe duma coisa” botei ela de lado e comecei a trabalhar. Começou assim e passou a vergonha. E trabalhando ali dava pra ganhar dinheiro.” (ADRIANO, 35 anos).

Como anota Castel (p. 516, 1998), “ênfatar essa precarização do trabalho permite compreender os processos que *alimentam* a vulnerabilidade social e produzem, no final do percurso, o desemprego e a desfiliação”.

Mesmo com a desativação do local, em 1998, e com a mudança da família para uma cidade do interior do Estado cearense, Adriano continuou encontrando na catação de materiais recicláveis a alternativa de sobrevivência. Retornando a Fortaleza, permaneceu na mesma atividade e atualmente executa atividades internas (ajudante de caminhão) na Associação e externas (catação de materiais recicláveis) nas ruas. Relata intensa vontade de se inserir em outras atividades, mas garante não possuir condições financeiras nem qualificação.

A idade é outro fator percebido, no grupo, como aspecto que os mantém na atividade de catação. A média de idade dos sujeitos entrevistados é de cinquenta anos. Francisco (58 anos) diz: “da minha idade pra emprego, ninguém arruma mais”. Este aspecto também foi apresentado por outros entrevistados como um dos motivos que os mantém na atividade de catação.

Segundo pesquisa do IMPARH (2006), realizada por amostragem nas ruas da Capital cearense, mais de oitenta por cento dos entrevistados ingressaram na atividade como alternativa ao desemprego. Este fato chama bastante a atenção, pois podemos supor que estes trabalhadores não encontraram outra opção em virtude da falta de instrução educacional, de qualificação profissional ou pela pequena oferta de emprego formal. Os motivos são diversos e profundos, entretanto, o que se pode constatar, de acordo com a referida pesquisa e segundo informações colhidas no Fórum Estadual Lixo e Cidadania, é que a quantidade de pessoas que adotaram esta atividade laboral na última década, na cidade de Fortaleza, cresceu muito. Outros fatores que não podemos desconsiderar, para o crescimento do contingente de

trabalhadores nessa atividade, são o aumento pela procura e o uso de materiais recicláveis pelas indústrias de reciclagem.

O número crescente de trabalhadores desenvolvendo a catação de materiais recicláveis, também, impacta na produtividade, haja vista que aumenta a quantidade de pessoas em busca do mesmo objetivo. O discurso seguinte é representativo da percepção destes trabalhadores sobre o assunto:

“Era bom, agente ganhava muito as coisa, muito bom. Mas agora, muitos trabalham porque precisam.” (FRANCISCO, 58 anos).

Para todos os sujeitos entrevistados, a catação de materiais recicláveis é a alternativa encontrada para vivenciar o desemprego. O desemprego e suas repercussões psíquicas são elementos de constituição da subjetividade que não podemos desconsiderar. Essa questão é tão séria que existem várias mensagens subliminares imersas na problemática. Para exemplificar, nada melhor do que analisar a própria palavra "desemprego", que sugere o não-trabalho como uma exceção, indicativa da incapacidade do sujeito em manter-se no trabalho, portanto, desconforme ao ideal de ego de nossa época (sujeitos “bem” empregados). Estar desempregado é a vergonha de estarmos aquém deste ideal. Podemos supor, então, que, para os catadores de materiais recicláveis, trabalhar em condições tão precárias é mais aceitável do que estar desempregado.

A relação entre desemprego e precarização pode ser vista como consequência do processo de reestruturação produtiva que se agravou ao longo das últimas décadas (LEITE, 2003). A autora acentua, ainda, que muitos trabalhadores foram obrigados a encontrar formas opcionais de sobrevivência no mercado de trabalho, como é o caso dos trabalhadores analisados no presente estudo.

6.3 Precarização e possíveis impactos sobre a vivência/experiência do trabalhador

O **desejo de mudar de atividade laboral** está presente em todos os discursos, justificado pelos sujeitos como a possibilidade de mudança de vida, melhoria de condições laborais. O interessante é que apenas um dos entrevistados argumentou não “trocar” seu trabalho por nenhum outro, mas, durante a entrevista, este sujeito revelou o seguinte:

“Eu gosto do serviço que eu faço. Num troco o serviço de reciclagem, por carteira assinada não. O ganho não é muito não, mas é o que eu gosto de fazer e tô tentando, se Deus quiser, estruturar um pra mim (...) Eu já tô passando, a praticamente, a comprar material da negrada (...) Tô comprando e tô estocando. E, agora eu tô com um dinheiro aí, eu vou tentar comprar uma balança. Pra comprar outros material. Aí o que eu falo investir é nesse plano, ampliar mais as coisas.” (FELIPE, 31 anos).

Vê-se que não há, mesmo em Felipe, a intenção de permanecer na atividade; não há a identificação com a categoria. Os sujeitos encontram-se alheios aos acontecimentos e não se envolvem com os fatos pertinentes à atividade laboral que desenvolvem, demonstrando mais uma vez o aspecto instrumental do trabalho.

Tendo como propriedade única sua força de trabalho, os trabalhadores a vendem, alienam seu trabalho, com o intuito de satisfazer suas necessidades básicas. Para Leontiev (1978), o trabalho é o conteúdo mais essencial da vida humana. Assim sendo, o homem é forçado a alienar o conteúdo da sua vida. Desta forma, percebemos com a categoria investigada que esta, não se identifica com o trabalho que desenvolve e, muitas vezes, se mantém na atividade por não ter outra opção de sobrevivência.

Outro aspecto investigado foi o interesse dos **filhos trabalharem na catação** de materiais recicláveis. Todos os sujeitos entrevistados negaram veementemente essa possibilidade, haja vista que não se identificam com ela e que aí se mantêm porque não encontrou outra escolha de sobrevivência, percebendo-a como um duro fardo, um labor que não querem para seus filhos.

Alguns discursos são significativos e os pais catadores, argumentam aos filhos a necessidade de investirem esforços nos estudos, caso contrário, poderão ter o mesmo futuro profissional que eles. Interessante é o fato de os catadores atribuírem a não-entrada dos filhos na catação pela via do estudo, perpetuando o discurso midiático e governamental de que só exerce função precarizada aqueles que não possuem qualificação educacional.

Para os catadores, o ingresso dos filhos na catação seria um castigo a estes, pelo descumprimento ao não-envolvimento com os estudos, atribuindo, assim, ao indivíduo a responsabilidade pelo seu futuro profissional, eximindo o social do seu compromisso coletivo. Mais uma vez, percebemos a perpetuação dos discursos governamentais, tal como se pode perceber no discurso de Adriano (35 anos):

“Eu sempre digo a ele, Caetano eu não quero esse trabalho aqui pra você, mas estude, estude, porque a falta de um estudo hoje, talvez se eu tivesse estudado, soubesse escrever, fazer conta, talvez ainda hoje eu fosse gerente lá da lanchonete X, lá da Cidade dos Funcionários”.

A idéia é a de que o Estado viabiliza as condições práticas para o estudo, tais como escola e material didático. Ao indivíduo, cabe a tarefa de permanecer nos estudos e obter um bom desempenho. Nesse sentido, não se consideram os aspectos cotidianos de subsistência, pois muitas crianças entram em atividades laborais precárias para auxiliar na sobrevivência de sua família, tal como constatado na pesquisa de Gonçalves (2006). Adriano (35 anos), continua falando sobre a relação filhos-catação:

“Quando não tem aula eu puxo comigo. Pra me ajudar. Eu saio com a carroça aqui, aí fica um do lado e um douto. Coletando as coisas pra mim, só butando no carrim. Porque do jeito que tá as coisa hoje, se agente num procurar alguma coisa pra encher a mente daqueles menino! Aí pronto, o negocio ta, vai tudo de água abaixo.”

O mais interessante é que um dos conselhos de Adriano aos filhos é:

“Eu digo pra eles não pararem de estudar. Se um dia faltar um emprego, pegue um carrim mais não vá roubar.”

Isto significa que a catação de materiais recicláveis surge como a última opção antes da criminalidade.

Um dos sujeitos entrevistados, Felipe, tenciona realizar seu sonho, por meio seus filhos. E revela:

“A minha vontade é que eles caminhem nos estudos deles e no esporte, era minha vontade. Que meus filhos irão caminhar nos estudos ou então até no atletismo, ou então, qualquer outro esporte. (...) Reciclagem é bom ,eu gosto do serviço que eu faço com reciclagem,mas eu quero futuro melhor pra eles.” (FELIPE, 31 anos).

Percebemos nos sujeitos entrevistados a pretensão de que seus filhos tenham melhores condições laborais, sendo o não-ingresso na atividade de catação uma opção almejada pelos pais.

Os sujeitos entrevistados não relataram episódios de **discriminação e/ou humilhação** vivenciados no ato de sua atividade laboral, entretanto, o fato de trabalharem na catação de materiais recicláveis, que provém do lixo, aquilo que não é desejável pela sociedade (GURGEL, 2005), estigmatiza esses trabalhadores que passam a ser associados ao produto do seu trabalho e passam a ser, também, indesejáveis. O relato a seguir retrata esse aspecto:

“Minha irmã, ela trabalha com vendas, lojas, aí outro dia ela veio me perguntar porque é que eu num procurava um trabalho digno, de carteira assinada. Inté eu disse a ela, rapaz o trabalho que eu faço de reciclagem pelo que eu sei é digno, eu num ando robando, eu num ando matando, eu num ando tumando nada de ninguém. Eu ando atrás do meu suor e ganhado o meu sustento de vida. Aí essas pessoas, a maioria lá em casa é preconceito isso, por causa do que eu faço, né.” (FELIPE, 35 anos).

É interessante observar que o preconceito experienciado por esses trabalhadores está diretamente relacionado à percepção que se tem do lixo. Para os que o descartam, o lixo é algo indesejável, associado a doenças, algo que deve ser retirado do seu convívio. Já para os trabalhadores que vivem da coleta de materiais recicláveis, esse mesmo lixo é percebido como matéria-prima para sua produção. Sobre o assunto, Gurgel (2005) esclarece

Trata-se do elo perfeito entre o inservível – lixo – e a população marginalizada da sociedade que, no lixo, identifica o objeto a ser trabalhado na condução de sua estratégia de sobrevivência. (...) Estas pessoas não só convivem com os resíduos. Eles encontram na geração de resíduos o seu sustento e, provavelmente, vêem um significado diferente para o lixo das demais pessoas, para quem o lixo é um incômodo. (Trabalho não publicado).

Para os sujeitos desta pesquisa, trabalhar com materiais recicláveis não é fato percebido como algo que traz algum tipo de contribuição social, mas como a alternativa de sobrevivência.

Ficou evidenciada nos sujeitos entrevistados uma **necessidade constante em afirmar a vontade de trabalhar** e que, para tanto, aceitam qualquer tipo de trabalho, por mais precário que ele seja. Nas entrevistas, os sujeitos relatavam desenvolver a atividade de catação de materiais recicláveis porque precisavam e que não tinham “medo” de trabalhar.

Alguns reconhecem a precarização laboral que experienciam cotidianamente, mas não indicam ter uma consciência crítica sobre a repercussão da sua atividade, bem como da exploração a que estão submetidos.

A “vontade” de trabalhar está diretamente relacionada com a manutenção da vida, da sobrevivência, o que nos indica ser esse um dos motivos pelos quais estes trabalhadores não questionam, lutam e reivindicam melhores condições laborais. Também podemos relacionar esta noção à idéia de ética do trabalho, segundo relata Bauman (2000), e que apresentamos no segundo capítulo.

A demonstração constante de sua vontade de trabalhar é uma das características prementes no trabalhador precarizado, apontando indícios de que ele precisa provar a si mesmo e aos outros que é capaz, é produtivo.

Percebemos estes aspectos entre os sujeitos entrevistados, quando relataram que executam qualquer atividade, não têm medo de trabalhar, aceitam qualquer atividade e justificam, afirmando, só não querem ficar “parado”. Na verdade, percebemos que a tônica do desemprego associa-se à expressão “ficar parado”, o que poderia denotar uma idéia de acomodação, preguiça e incapacidade, justificando, assim, o discurso capitalista que aponta o trabalhador precarizado como culpado pela sua situação. Como podemos observar no relato seguinte, qualquer atividade, independentemente de suas condições, é considerada.

“Eu tinha vergonha da família, da minha mulher. Mais, aí depois eles foram vendo o meu jeito, que eu topo tudo. Vêm me chamar pra arrancar pé de pau, derrubar uma árvore, limpar uma fossa, limpar um esgoto. Eu posso ficar fedido, mas não quero saber não, pra mim é digno. Todo trabalho é digno pra mim, eu enfrento tudo.” (ADRIANO, 35 anos).

Assim como Adriano, outros sujeitos apontaram atividades laborais diversas e vontade de trabalhar, principalmente na catação, como uma característica marcante de sua experiência como trabalhador. Foi possível constatar, porém, pelos relatos e observações, que era uma necessidade de auto-afirmação, justificando sua condição laboral.

6.4 Soluções individuais e soluções coletivas

Apesar de estarem desenvolvendo sua atividade laboral junto a uma associação, que tem como objetivo básico fortalecer o grupo, os sujeitos entrevistados executam suas atividades de forma individualizada, não se envolvendo com as atividades coletivas. Não experienciam a noção de coletividade, o que dá indícios de se tratar de um dos aspectos centrais para o não-desenvolvimento da Associação como um projeto sólido, consistente, haja vista que, diferentemente dos demais grupos de catadores de materiais recicláveis de Fortaleza, esse grupo teve conquistas significativas, providas de fontes variadas, tais como: Governo estadual, instituições públicas e privadas, igreja e sociedade civil. Trata-se de um dos poucos grupos, da Capital cearense, que possui infra-estrutura significativa, composta de caminhão, galpão, escritório informatizado e ampla rede de contatos. Receberam uma capacitação para a formação da Associação, bem como investimentos financeiros para tornar viável o projeto; entretanto, não conseguem ter avanços significativos com os recursos de que dispõem. Esse fato foi inclusive ponto de debate numa reunião dos catadores, quando membros de outros grupos fizeram observações sobre a situação do grupo de sujeitos objeto desta pesquisa e os demais, que não possuem toda a infra-estrutura que aquele possui e, mesmo assim, conseguem resultados positivos. Vale ressaltar que estes relatos trazem experiências em coletivos, onde o grupo é fator preponderante para o crescimento individual como sujeito pertencente a uma categoria de trabalhadores - a dos catadores de materiais recicláveis.

Foi possível inferir, pelos relatos e observações, que o grupo da Associação ainda não se apropriou desta como um projeto coletivo e não compreende que tal fato pode trazer grandes contribuições para a vida laboral de cada membro. Tendemos a perceber que esse não-comprometimento é fruto da não-apropriação da atividade laboral como algo significativo como identificação com a função de catador de materiais recicláveis, haja vista que se trata de algo momentâneo, passageiro, a alternativa de subsistência, para esses sujeitos, não tendo sido algo escolhido como opção de vida viável e duradoura.

A idéia do empreendedorismo está presente entre os sujeitos, que buscam se esforçar ao máximo para alcançar seus objetivos de forma individualizada, não apresentando reflexões sobre o crescimento do grupo, bem como não se comprometendo com as atividades diárias da Associação. Este fato nos foi relatado por membros da Diretoria da Associação, que afirmaram só ter a ajuda dos catadores que desenvolvem atividades de coleta na rua, para as atividades internas, quando estes recebem algum retorno financeiro. Este fato foi evidenciado nos relatos dos sujeitos entrevistados. Tal comportamento é justificado pela não-compreensão

do projeto coletivo a que se propõe a Associação, portanto, parece não haver aderência ao projeto, apresentando características, como simples venda da força de trabalho, de um individualismo negativo. Tal idéia confirma a não adesão/pertença ao corpo totalitário, conforme propagado na sociedade salarial.

Felipe (35 anos) relata, com desânimo, as várias tentativas frustradas de formar um grupo de catadores de materiais recicláveis no bairro onde reside, Dias Macedo. Diz que o insucesso decorre da não-compreensão de seus colegas de trabalho, de não entenderem a importância de trabalhar em grupo. Relatou, inclusive, que um dos motivos que o levou a procurar o grupo da Associação, mesmo distante geograficamente de sua residência, foi a sua compreensão de que em grupo o trabalho se torna mais sólido e passível de conquistas mais significativas. A importância de pertencer a um grupo é crucial para a vivência laboral do sujeito, tal como podemos constatar no relato seguinte:

“O que tem de melhor é a união do grupo aqui. A gente, é um fator que eu acho legal. A gente, aqui nos tem uma união super legal. Os encontro que a gente vai, a experiência boa que é repassada pra gente nos encontro. O curso que a gente ta tendo, né. É uma experiência que ta sendo boa. Então, é o lado bom que eu vejo. Porque hoje em dia a gente num pode ver só, assim, só o lado negativo das coisas não. Existe o lado negativo, mais também a gente tem que ver mais é o bom, que é pra se animar. Né baixar a cabeça só cum vaso ruim não. Problema tem, dificuldade aparece no projeto, mais a gente tem que superar. As dificuldade é que as vezes o dinheiro acaba. As vezes, alguma disavença de alguns catadores, as vezes também um num entender o outro. As vezes, criticar os outro pelo que o outro faz de errado, e a gente sai criticando.” (FELIPE, 35 anos).

Como relata Castel (1998), o individualismo negativo é outro fator que agrava as relações laborais, principalmente as que já se encontram em condições tão precárias, como é o caso dos catadores de materiais recicláveis, que têm de viver como o que ganham em cada dia, tal como acontecia em períodos anteriores da história da humanidade. Vale ressaltar que não estamos asseverando haver um retorno a estes períodos, mas que é necessária a compreensão desse novo momento do mundo do trabalho, permeado de atividades precárias e cheias de incertezas, que atesta o “crescimento de uma vulnerabilidade de massa.” (CASTEL, 1998, p. 593).

O individualismo negativo, tal como nos esclarece Castel (1998), é a supremacia do indivíduo sobre o coletivo, pregando sua independência. O autor acentua que

As transformações que se dão no sentido de maior flexibilidade, tanto no que se refere ao trabalho quanto ao extratrabalho, têm sem dúvida um caráter irreversível. A segmentação dos empregos, do mesmo modo que o irresistível aumento dos serviços, acarreta uma individualização dos comportamentos no trabalho completamente distinta das regulações coletivas da organização 'fordista'. Não basta mais saber trabalhar, é preciso saber, tanto quanto, vender e se vender. Assim, os indivíduos são levados a definir, eles próprios, sua identidade profissional e a fazer com que seja reconhecida uma interação que mobiliza tanto um capital pessoal quanto uma competência técnica geral. (P. 601).

Como apresentado no terceiro capítulo, a fragilidade e a insegurança no trabalho podem ser elementos que contribuem, ainda mais, para esta atitude de distanciamento dos catadores diante das ações coletivas (BAUMAN, 1999; DRUCK, 2002); frágil e inseguro, em virtude das condições precárias a que estão expostos, tais como baixa renda, condições insalubres, exploração da força de trabalho, jornada de trabalho excessiva, entre outras já discutidas anteriormente.

Os catadores parecem não conseguir estabelecer, de forma efetiva, uma rede central de relações, que oriente sua identidade de trabalhador, pois não desenvolvem atividades coletivas sólidas. Mesmo os sujeitos desta pesquisa, apesar de estarem vinculados formalmente a uma associação, dão indícios de que pouco desenvolvem atividades em prol do coletivo, pois, quando questionados sobre a importância da Associação, remetem-se a aspectos assistencialistas imediatos, relacionados à sobrevivência, tal como se vê no discurso seguinte:

“Eu gosto da associação. Agora que eu to gostando que vem as doação pra gente. Todo sábado vem melancia, no natal tem presente.” (CLAÚDIA, 40 anos).

Quando Severiano (2001) menciona a descrença dos ideais coletivos pelos quais o ser humano consiga projetar ideais emancipadores, nos remetemos às tentativas de elaboração e consolidação desses ideais, vislumbrados nas reuniões do Fórum Estadual Lixo e Cidadania; momentos nos quais - em reflexões estimuladas por profissionais relacionados às temáticas contempladas com a questão da reciclagem, descarte de resíduos sólidos, entre outros, tenta-se realizar críticas e propor soluções viáveis para a situação do catador de materiais recicláveis. Observamos, porém, em alguns destes momentos, comentários oriundos destes trabalhadores de que esperavam ganhar algo, tal como uma bota, luva ou fardamento. Em uma dessas ocasiões fomos, inesperadamente, abordada por um grupo de quatro catadores que perguntaram onde receberiam seu fardamento e o seu “carrinho”, pois somente tinha ido participar daquela reunião porque acreditavam que receberiam algo em troca; ou seja, estes

trabalhadores, assim como muitos outros, dão indícios de que ainda não incorporaram o espaço do Fórum como um momento para discussão e proposição de opções de melhorias, vendo-o como mera forma de assistencialismo, que atenda suas necessidades mais imediatas – algo distante da proposta do Fórum Estadual Lixo e Cidadania.

Os sujeitos entrevistados, de forma geral, não mencionam aspectos relevantes, tais como poder de luta do coletivo, fortalecimento da categoria, entre outros. Acreditamos que a não identificação profissional seja fator crucial para tal fato.

6.5 Precarização laboral e utilidade social do trabalho do catador de materiais recicláveis

Em virtude da aceleração do tempo - de se estar vivendo uma “pós-modernidade” totalmente efêmera, nômade, descartável - a importância da utilidade social dos que trabalham com material expurgável e reciclável aufere relevância.

Se vivemos numa sociedade onde o descartável adquire uma importância fundamental, em que se incentivam o consumo e o descartável - haja vista que tudo tem de ser consumido rápido e expurgado rápido - as atividades que trabalham com isso adquirem utilidade social; utilidade social contingente, dentro da concepção do descartável, do expurgado; função laboral que, de acordo com o contexto atual, adquire uma utilidade social, dentro da estruturação da sociedade capitalista.

É inegável que a precarização é o elemento marcante da atividade de catação de materiais recicláveis, mas acreditamos que não é por esse motivo que devemos desconsiderar a utilidade social desse trabalho e dos que dele sobrevivem.

Fazendo referência a Castel (1998), podemos ressaltar que os catadores de materiais recicláveis desenvolvem uma atividade laboral sem reconhecimento público, bem como não está associada à noção de utilidade social.

Não estamos defendendo a idéia da precarização dessa atividade como algo útil à sociedade de forma geral. Estamos tentando refletir sob outro prisma, o da relevância desse trabalho dentro de uma sociedade que incentiva o consumo do supérfluo e torna a descartabilidade dos produtos uma prática freqüente, tal como mencionamos no quarto capítulo.

Ora, se a sociedade capitalista contemporânea é movida pelo descartável, isso tem como consequência imediata o aumento da geração de resíduos sólidos. O seu descarte torna-se então uma prática muito comum para os que o produzem, um problema para o Poder

Público e, para os catadores de materiais recicláveis, uma possibilidade de maiores ganhos financeiros.

Essa questão parece estar presente no cotidiano dos catadores de materiais recicláveis, haja vista que procuram trilhar percursos onde o descarte de materiais “ricos” (materiais que possuem um maior valor de venda, tais como o papelão e o alumínio) é mais abundante. No caso dos sujeitos entrevistados, os principais percursos mencionados foram o centro comercial de Fortaleza e os bairros Aldeota, Cidade dos Funcionários e proximidades do maior *shopping center* da Cidade. Ao explicarem o motivo de fazerem percursos tão longos, os catadores explicavam que nesses locais era possível encontrar materiais em maior e melhor quantidade, principalmente nos períodos de grandes datas comemorativas, como as festas de finais de ano. A maior facilidade de adesão dos moradores - por iniciativa destes - à idéia de separar matérias descartáveis e destinar a estes trabalhadores também foi apontada como fator de preferência por tais bairros.

Um fato nos chamou a atenção: onde está localizada a Associação, no bairro Tancredo Neves, bairro pobre da periferia da Capital cearense, existe um intenso comércio popular e alguns moradores têm a prática de realizar a coleta seletiva, mas não a destinam aos catadores, haja vista que vão diretamente na Associação (principalmente por ser este o local que melhor paga pelos materiais recicláveis na região) e vendem os produtos que conseguiram coletar. Foi freqüente a observação dessa prática no decorrer da pesquisa, tendo sido inclusive relatado pela Diretoria na Associação a necessidade de vigilância constante no galpão, pelo fato de haver ocorrido roubos de materiais do local para venda em depósitos próximos ou até mesmo na própria Associação.

Na sociedade contemporânea, o trabalho – em muitos casos – está associado ao aspecto instrumental, permitindo a inserção nas esferas econômicas e sociais relacionadas ao **consumo**. Portanto, os trabalhos valorizados e reconhecidos socialmente são aqueles que propiciam tais condições. Para os catadores de materiais recicláveis, isso parece estar presente, haja vista que se ressentem de não participar de maneira ativa da esfera do consumo, conforme se pode perceber nos relatos:

“Tenho fé em Deus que um dia vou sair dessa. Pretendo trabalhar, ajudar minha mãe, ajudar minhas filhas. As vez eu quero comprar uma coisa pra elas, aí não tem.”
(JOSIANE, 38 anos).

“Meu sonho é montar meu depósito, pra dá uma situação melhor pra mim e pros meus filhos.” (FELIPE, 31 anos).

Como anota Bauman (2001), o trabalho adquiriu valor estético e perdeu valor social. Nesse sentido, uma pergunta paira no ar: que valor estético possui o trabalho do catador de materiais recicláveis, se ele propicia apenas condições mínimas de subsistência? E, muitas vezes, nem mesmo essas condições são propiciadas e estes trabalhadores tiram do lixo o próprio alimento, tal como vemos nos relatos a seguir:

“Se eu achar pão bom eu levo. As vez o povo faz festa, rebola frango, farofa, aí eu como mermu, com as menina.” (JOSIANE, 38 anos).

“Eles guarda resto de comida lá pra mim pegar. Levo comida pra casa pra gente mesmo comer.” (ADRIANO, 35 anos).

Que valor estético possui essa atividade, que tira do lixo o alimento? Parafraseando Manuel Bandeira, em seu poema *O bicho*, o ser humano alimentando-se do lixo mais parece um bicho!

Para os catadores de materiais recicláveis, lidar diariamente com algo expurgado por parte da sociedade, com o seu descarte, aquilo que a sociedade rejeita, parece ter um forte impacto (GURGEL, 2005), predominantemente negativo; aspecto que foi possível perceber nesta pesquisa, nas observações de campo e relatos apresentados pelos entrevistados, pois, muitas vezes, estes trabalhadores são associados ao produto do seu trabalho e vistos pela sociedade como algo que também não é “bonito” de se conviver. Assim como o lixo que não é aceito, muitos moradores “tentam” ignorar a presença destes trabalhadores nas ruas das cidades, algo que se torna praticamente impossível, haja vista que transitam pelas grandes áreas urbanas com seus “carrinhos”, em meio ao trânsito agitado, sob o forte sol cearense, e catam nos recipientes de lixo que encontram pelas calçadas.

Não podemos, no entanto, esquecer o aspecto dinâmico do lixo (GURGEL, 2005), que pode ser considerado tanto como algo não propício ao convívio humano, como alguma coisa geradora de outros materiais, ou seja, renovada. Pode essa característica de utilidade ou não do lixo estar associada a questões econômicas e sociais, haja vista que as pessoas com maior poder aquisitivo tendem a consumir bem mais e, conseqüentemente, descartar proporcionalmente em maior quantidade do que aqueles com menor poder aquisitivo, que

procuram trilhar caminhos alternativos. Em alguns casos, a re-utilização – quando passam a utilizar um produto que foi descartado por outro – ou a geração de renda por meio destes descartes – quando coletam para a venda.

Os catadores de materiais recicláveis utilizam-se dos materiais que não têm mais “valor de uso”⁹ para os moradores que os descartaram, mas que passam a ter “valor de troca” para estes trabalhadores, que, pela troca destes materiais por bens financeiros, conseguem prover o sustento pessoal e familiar; ou seja, os produtos, anteriormente rejeitados por quem os descartou, adquiriram conotação totalmente distinta. Além disso, alguns materiais são utilizados pelos próprios catadores, tal como se pode constatar no relato a seguir:

“Eu pego pra usar, sapato, meia, é ... as vez acontece até de relógio usado... rádio, rádio parado. Tudo eu uso.” (EDUARDO, 65 anos).

Na sociedade do “descartável”, a qualquer momento, aquilo que tinha grande valor de uso e de troca passa a incomodar, a não mais ser útil e, como num passe de mágica, é descartado. Para os trabalhadores que lidam com a coleta de materiais recicláveis, encontrar esse tipo de material é, muitas vezes, motivo de grande alegria, podendo ser trocado por dinheiro, ser utilizado ou adquirir uma nova função.

Desta forma, a utilidade social do catador de materiais recicláveis parece evidente, considerando que, de alguma forma, contribui para reduzir a degradação ambiental, pois é elemento-chave na cadeia da reciclagem. Essa utilidade social, contudo, não é evidenciada no cotidiano destes trabalhos, pois a relação com o “ambiente” do seu trabalho, o lixo, parece estar presente no imaginário coletivo.

⁹ Quando mencionamos a idéia de valor de uso e valor de troca, fazemos referências às idéias de Marx, mas se diferencia radicalmente da compreensão capital que ele faz de valor de uso e valor de troca.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A delimitação do grupo de catadores investigado nesta pesquisa só foi possível desde os contatos que tivemos com os diversos grupos de trabalhadores, bem como mediante o relato de pesquisadores que já haviam trabalhado com esta categoria. Visitando alguns destes grupos ou em contatos em reuniões do Fórum Estadual Lixo e Cidadania, foi possível conduzir a temática e até mesmo fazer adequações do objetivo desta pesquisa, com esteio no que se íamos observando e encontrando na realidade destes sujeitos. Optamos por isto, porque acreditamos na importância da interface pesquisa empírica e teórica.

Algumas dificuldades foram encontradas na delimitação do grupo, tais como a possibilidade de interferência política no andamento da pesquisa, pois entramos em contato com o *Reciclando* em momento decisivo para a sua continuidade, haja vista que a possibilidade de retirada do apoio governamental era iminente. Outro aspecto também permeava o ambiente deste grupo, a saber: por se tratar de um projeto pioneiro no Estado, existia certa pressão (governamental, civil e até mesmo dos demais grupos de catadores) para que funcionasse como o “planejado” no seu início, pois com essa experiência, poderiam ser implementados novos projetos.

Após a definição do grupo, os contatos ocorreram de forma tranquila e sem maiores dificuldades. Estabelecemos como ponto de apoio para a realização das entrevistas com os catadores a estrutura física da própria Associação, haja vista que o bairro onde se localiza é considerado perigoso. Assim sendo, o fator segurança pessoal inviabilizou alguns momentos dessa pesquisa, tais como entrevistas na residência dos catadores, pois o acesso ao bairro Tancredo Neves se tornou perigoso em virtude do aumento da violência.

A realização deste estudo só foi possível travando contatos preliminares com estudiosos da área, bem como pelo acesso às informações sobre a situação atual do lixo em Fortaleza, acerca dos catadores de materiais recicláveis; e, principalmente, em razão da abertura que o grupo de trabalhadores da associação *Reciclando* teve para com a nossa pesquisa.

A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) nos apresenta uma definição dos profissionais que trabalham com a catação de materiais recicláveis que dista da realidade encontrada nesta pesquisa, porquanto os trabalhadores, em sua maioria, não dispõem de condições mínimas de trabalho que lhes permitam ter acesso a instrumentos de trabalho, recursos materiais e procedimentos de segurança do trabalho.

O catador de materiais recicláveis é um ícone da precarização laboral na contemporaneidade, pois ele trabalha com o dejetos humano e, por vezes, parece ser confundido como um dejetos, um expurgo que a sociedade sabe existir mas parece ignorar. Dentro deste panorama, alguns questionamentos surgiram, tais como: seriam os catadores considerados trabalhadores? Pelo que foi possível perceber nessa pesquisa, sim. São trabalhadores que estão à mercê de uma dura realidade laboral; e que se sujeitam às precárias condições laborais, pois precisam prover o sustento pessoal e familiar.

O discurso do empreendedorismo, tão presente no Estado neoliberal, também parece permear a realidade destes trabalhadores. Parecem relegados à própria sorte e, muitas vezes, são “julgados culpados” pela própria sociedade, que, na tentativa de se eximir de responsabilidade, os rejeita. O individualismo, presente na tônica do empreendedorismo, foi possível de ser percebido no cotidiano dos catadores pesquisados, pois, mesmo percebendo a relevância da Associação para a atividade que exercem, não compreendem as possibilidades que um trabalho num grupo fortalecido lhes poderia trazer.

O discurso da individualização e do descompromisso social esteve presente entre os catadores pesquisados, pois, ainda que se queira, em alguns momentos, atribuem um “glamour” a essa atividade - ressaltando a importância da reciclagem, inclusive atribuindo à categoria nomes diversos, tais como coletor, agente ambiental, profissional da reciclagem, entre outros. Ela está, pois, permeada do processo de precarização laboral, tendo na individualização de suas atividades laborais uma de suas características mais acentuadas.

Assim como acentua Castel (1998, p.531), “a identidade pelo trabalho está perdida”. E podemos até indagar se ela de fato existe entre os que trabalham com a catação de materiais recicláveis, haja vista que, pelo observado ao longo dessa pesquisa, não pareceu haver uma identificação do trabalhador com a atividade, sendo esta apenas um recurso temporário – embora alguns dos sujeitos entrevistados permaneçam nela durante grande parte de suas vidas e não vejam outras opções de subsistência – pois não teriam lançado mão se a eles fosse ofertada real possibilidade de escolha. Desta forma, parece ser difícil para estes trabalhadores identificar pontos de melhorias na sua atividade laboral. Reconhecem-na como precarizada, mas aceitam isso com passividade e fatalidade, debitando a si mesmo a responsabilidade pelo seu insucesso, já que não possuem escolaridade nem qualificação profissional demandada pelo mercado de trabalho na contemporaneidade.

A precarização que experienciam estes trabalhadores pode estar fortemente associada à degradação ambiental que é possível encontrar na natureza e com a qual lidam diariamente; precarização laboral, degradação ambiental e, talvez, pudéssemos até mesmo

falar em degradação humana dos trabalhadores que lidam com a catação os quais contribuem para amenizar a degradação ambiental, pois evitam que materiais recicláveis sejam enviados para aterros sanitários. Por outro lado, tornam-se eles próprios dejetos humanos, expurgos que a sociedade rejeita e a quem culpam por não terem feito o esforço necessário para estar em melhores condições. Ao mesmo tempo porém, o “glorificam” por que exercem algum tipo de atividade, não estão “parados”. Considera-se que na, sociedade contemporânea, o desemprego é visto como algo quase “inaceitável”, pois, como afirmaram alguns dos catadores entrevistados, é melhor trabalhar com a catação do que ficar “parado”, ou seja, a atividade de catação de materiais recicláveis parece ganhar outra relevância, quando é divisada como alternativa ao desemprego.

Não nos podemos esquecer de que, apesar do intenso processo de precarização laboral que permeia essa atividade, é por meio dela que vários trabalhadores tiram o sustento pessoal e familiar. Segundo dados da presidência do *Reciclando*, cerca de cem famílias tiram - direta (quando diz respeito às famílias dos associados) ou indiretamente (neste caso, nos referimos aos catadores, que apenas vendem os materiais para a Associação, mas não são associados) - o seu sustento dessa atividade somente nesta associação.

Nas observações de campo, escutamos os catadores de materiais recicláveis pronunciarem por diversas vezes o trocadilho “lixo é luxo”, ao se referirem ao potencial que os resíduos sólidos têm e as possibilidades que vêm nele, haja vista que aquilo que incomoda para alguns (moradores que descartam) pode contribuir para o café-da-manhã de uma família (do catador que catou aquele material). Percebemos nitidamente que a diferenciação e a conotação que se dá ao lixo podem estar diretamente relacionadas ao uso que fazemos deste material a ser descartado. Observamos, em eventos sociais da categoria, que quase nada é descartado, pois aqueles materiais passíveis de reciclagem e que possuem algum valor de venda, como, por exemplo, as garrafas plásticas de refrigerantes, são recolhidas e levadas pelos catadores. Mesmo em momentos de lazer, o lixo vira luxo – possibilidade de se tornar recurso financeiro – para estes trabalhadores.

Não estamos defendendo a tônica da permanência dessa atividade nas condições atuais, mas pretendemos apenas alertar para o fato de que, de uma forma ou de outra, esse trabalho tem relevante impacto sobre a diminuição da quantidade de lixo descartada nos aterros sanitários das cidades, impactando, conseqüentemente, na natureza. Tal impacto ocorre não apenas no presente, mas principalmente para as futuras gerações, entretanto, o que percebemos é uma desvalorização do seu trabalho, talvez pela representação do lixo, aquilo que é expurgado, rejeitado pelos outros. Sabemos, contudo, que a redução dos resíduos

sólidos se inicia com a conscientização popular acerca da diminuição do consumo e utilização racional dos recursos.

Compartilhamos da idéia de Schnapper (1998), quando acentua ser necessário alterar o valor das atividades das pessoas que trabalham com o lixo, quer seja pela valorização financeira, conquista de direitos trabalhistas, melhores condições de trabalho e, principalmente, por meio da conscientização – por eles próprios e pela sociedade, de uma forma geral - de que esses trabalhadores são um importante elo da cadeia de reciclagem – segmento que aquire cada dia mais importância no contexto econômico mundial. Sem esse primeiro passo, que é dado pelos catadores na coleta de materiais recicláveis, a indústria da reciclagem não seria possível. Por conseguinte, não podemos garantir que a atividade laboral dessa categoria de trabalhadores poderá ser extinta – algo desejável dentro dos padrões degradantes em que ela é desenvolvida atualmente – em curto espaço de tempo. O que é preciso, voltamos a asseverar, é dar um novo significado a esta categoria, tornando-a menos degradante aos seres humanos. Acreditamos que isso passa pela conscientização da sociedade como um todo. Como exemplo, citamos a prática de realizar a coleta seletiva de forma contínua, a adoção de políticas públicas de coleta de resíduos sólidos sérias e comprometidas com os catadores e o fortalecimento da categoria como coletividade.

Ignorar essa realidade e garantir que ela não deveria existir não nos parece ser uma atitude viável, pois se torna praticamente impossível sair pelos grandes centros urbanos de nosso País e não nos deparar com um catador de materiais recicláveis. Atribuir-lhes culpa pela situação em que se encontram, também, não nos parece ser algo que resolva ou amenize essa situação. Acreditamos, sim, que desenvolver uma intensa conscientização da sociedade para a coleta seletiva e desenvolver políticas públicas para a recolha de materiais recicláveis, bem como estabelecer um compromisso social para dar uma nova conotação a essa atividade, com medidas tais como: melhoria das suas condições de trabalho, estabelecimento de canais que viabilizem aos catadores serem eles próprios detentores de toda a cadeia produtiva (da coleta ao processo de reciclagem), podem vir a contribuir, de fato, para uma ressignificação dessa atividade, atribuindo-lhes nova utilidade social. Esse é um compromisso que deve ser assumido por todos.

Este estudo não daria conta de todas as possibilidades de potencial de análise dessa área e, para tanto, poderia haver desdobramentos, tais como a realização de uma pesquisa amostral que analisasse, de forma ampla, a maior parte dos aspectos que envolvem o processo de precarização laboral desses trabalhadores, sua maneira de trabalhar, sua maneira de se organizar, condições de trabalho, estratégias que utilizam para abordar moradores, entre

outras. Esses serão pontos a discutir em outros momentos, porém. Por enquanto parece prudente compreendermos a precarização evidenciada na forma como tais trabalhadores experienciam sua atividade laboral

REFERÊNCIAS

AIZPURU, Mikel; RIVERA, Antonio. **Manual de historia social del trabajo**. Madrid: Siglo veintiuno de España editores S.A., 1994.

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. 6ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2000. (Coleção primeiros passos;171)

ALONSO, Luis Enrique; ORTIZ, Lourdes Pérez. **Trabajo para todos?** Un debate necesario. Madrid: Encuentro Ediciones, 1996.

ALTVATER, Elmar. **O preço da riqueza**: pilhagem ambiental e a (dês) ordem mundial. São Paulo: UNESP, 1995.

ÁLVARO, José Luis. **Desempleo y bienestar psicológico**. Madrid: SigloVeintiuno de España, 1992.

ALVES, Giovanni. Toyotismo. **Rede de Estudos do Trabalho**. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org>. Acesso em: 10 out.2006.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas: Editora UNICAMP, 1998.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

AQUINO, Cássio Adriano Braz de. **Tiempo y trabajo**: un análisis de la temporalidad laboral en el sector de ocio – hosteleria y turismo – y sus efectos en la composición de los cuadros temporales de los trabajadores. 2003. 432f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Universidade Complutense de Madrid, Madrid.

_____. Reflexões sobre a precarização laboral: uma perspectiva da psicologia social [1 CD]. In **Anais da II Jornada Internacional de Políticas Públicas** - Mundialização e estados nacionais: a questão da emancipação e da soberania, 2005, São Luís, MA. São Luís, MA: Universidade Federal do Maranhão.

_____; MOYA, Juan Sandoval. Significados de la ciudadanía en las “sociedades no-salariales”. Una mirada desde América Latina. In: **Cuadernos de relaciones laborales**. Vol.20. Núm. 2. p. 411-432, 2002. ISSN: 1131-8635.

ARGENTINA. **Ley n.º 992**, 12 de diciembre de 2002. Decláranse "servicios públicos" a los servicios de higiene urbana de la c.a.b.a., incorpórase, en esta categoría, a los recuperadores de residuos reciclables. créase el registro de recuperadores, y de cooperativas y pequeñas y medianas empresas. derógase el art. 6º de la ordenanza n.º 33.581 y el art. 22 de la ordenanza n.º 39.874. In: Legislatura de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Disponível em: <http://www.buenosaires.gov.ar/areas/med_ambiente/pru/ley.php>. Acesso em: 19 abr. 2006.

ARISTÓTELES. **A política**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. Série Os clássicos.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

_____. **Trabajo, consumismo y nuevos pobres**. Barcelona: gedisa editorial, 2000.

_____. Modernidade líquida. **Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001**.

BORSOI, Izabel Cristina Ferreira. **O homem (não) é um ser social: um debate superado?** In: SILVA, Maria de Fátima de Sena; AQUINO, Cássio Adriano Braz de (orgs.). *Psicologia Social: desdobramentos e aplicações*. São Paulo: Escrituras editora, 2004. Coleção ensaios transversais.

_____. **O modo de vida dos novos operários: quando purgatório se torna paraíso**. Fortaleza: Editora UFC, 2005.

BRASIL, Ministério do Trabalho. **Classificação Brasileira de Ocupações**. Brasília: 2005. Disponível em: <http://www.mteco.gov.br/busca/descricao.asp?codigo=5192>. Acesso em: 15 de abril de 2006

BRIDGES, Wiliam. **Um mundo sem empregos**. São Paulo: Makron Books, 1995.

BUSSO, Mariana; GORBÁN, Débora. Trabajando en el espacio urbano: la calle como *lugar* de construcciones y resignificaciones identitarias. In: BATISTTINI, Osvaldo (et al.). **El**

trabajo frente al espejo: continuidades y rupturas em los procesos de construcción identitaria de los trabajadores. Buenos Aires: Prometeo, 2004. p.235-268.

CALDERONI, Sebetai. **Os bilhões perdidos no lixo.** 4ª ed. São Paulo: Humanistas, 2003.

CANO, Wilson. **Reflexões sobre o Brasil e a nova (des) ordem internacional.** 4ª Ed. São Paulo: FAPESP, 1995.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CASTILLO, JUAN. **Novos modelos de produção:** trabalho e pessoas. Oeiras: Celta editora, 1998.

CHAHAD, José Paulo Zeetano; MENEZES FILHO, Naercio Aquino. **Mercado de trabalho no Brasil :** salário, emprego e desemprego numa era de grandes mudanças. São Paulo: LTr, 2002.

CODO, Wanderley; SAMPAIO, José Jackson Coelho; HITOMI, Alberto Haruyoshi. **Indivíduo, trabalho e sofrimento:** uma abordagem interdisciplinar. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1993.

DE LA GARZA, Enrique (coord.). **Tratado latinoamericano de sociologia del trabajo.** México: Editor Fce, 2000.

DE MASI, Domenico. **O futuro do trabalho:** fadiga e ócio na sociedade pós-industrial. 7ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental:** princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 1992.

DÍAZ-SALAZAR, Rafael (ed.). **Trabajadores precarios:** el proletariado del siglo XXI. Madrid: Ediciones HOAC, 2003.

DOLABELA, Fernando. **Oficina do empreendedor.** São Paulo: Cultura, 2001.

DRUCK, Graça. Flexibilidade e precarização: formas contemporâneas de dominação do trabalho. In: **Caderno CRH**. Trabalho, flexibilização e precarização. Núm.37, jul./dez.2002. P.11-22. ISSN: 0103-4979.

DURÃES, Bruno José Rodrigues. “Trabalho informal”: um paralelo entre os trabalhadores de rua da cidade de Salvador no século XIX e no século XXI. In: **Caderno CRH**. Trabalho, flexibilização e precarização. Núm.37, jul./dez.2002. P.289-308. ISSN: 0103-4979.

ENGELS, Frederich. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. São Paulo: Global, 1982. Série Universidade Popular.

ENGUITA, Mariano Fernández. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FAHEINA, Rita Célia. **92,4% dos municípios cearenses adotam lixões**. O povo, Fortaleza, 5 jun.2006. NoOlhar. Disponível em:<http://adm.noolhar.com/servlet/opovo?event=ctdi_noticiaForPrint&NOT_cod=600717>. Acesso em: 8 set.2006.

FEICHAS, S.A. **Gestão do ambiente: depósito e tratamento de resíduos sólidos – três experiências**. 2001. 131f. Dissertação (Mestrado em Gestão Ambiental) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.

FIGUEIREDO, Fábio Fonseca. **Em cima do lixo: a exploração do trabalho dos catadores de materiais recicláveis do aterro controlado da cidade do Natal/RN**. 2004. 160f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

FILGUEIRAS, Luiz A.M.; DRUCK, Graça; AMARAL, Manoela Falcão do. O conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica. **Trabalho e novas sociabilidades**, Salvador, v.17, n.41, p.211-229, mai./ago.2004.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. São Paulo: Unesp, 1997.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Organizar, reciclar e transformar: um exemplo para todos os trabalhadores**. (S.I.) 20--

FURTADO, Celso. Em busca de um novo modelo. Reflexões sobre a crise contemporânea. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GLOBO REPÓRTER. Rio de Janeiro: Central Globo de Produções, 2005. DVD.

GONÇALVES, Ruth Maria de Paula. A catação de lixo na (de) formação da criança como ser social. 2006. 250f. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. **Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

_____. **Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado: para além do socialismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. **Misérias del presente, riqueza de lo posible**. Buenos Aires: Editorial Paidós SAICF, 1998.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. O trabalho (e sua sociologia) em transformação. In: LEITE, Márcia de Paula. **Trabalho e sociedade em transformação: mudanças produtivas e atores sociais**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

GURGEL, Fernanda Fernandes. **Coleta seletiva de lixo doméstico: porque as pessoas participam?** Natal, 46p. Trabalho não publicado.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens e a mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

HIRATA, Helena; PRÉTECEILLE, Edmond. Trabalho, exclusão e precarização socioeconômica: o debate das ciências sociais na França.. In: **Caderno CRH**. Trabalho, flexibilização e precarização. Núm.37, jul./dez.2002. P.47-80. ISSN: 0103-4979.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

IANNI, Octávio. **O reencantamento do mundo**. Revista Fórum na rede: outro mundo em debate. Agosto/2001, no.1. Disponível em:
<<http://www.revistaforum.com.br/revista/1/ianni.htm>>. Acesso em 18 de abril de 2006.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2000**. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pnsb/lixo_coletado/lixo_coletado110.shtm>. Acesso em: 19 de maio de 2007.

IMPARH, Instituto Municipal de Pesquisas, Administração e Recursos Humanos. **Diagnóstico da situação socioeconômica e cultural do (a) catador (a) de materiais recicláveis de Fortaleza – CE**. Fortaleza, 2006.

JARDIM, Niza Silva (et al.). **Lixo Municipal**: manual de gerenciamento integrado. São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas, Centro Empresarial para Reciclagem, 1995.

KUHNEN, A. **Reciclando o cotidiano**: representações sociais do lixo. Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1995.

KURZ, Robert. **A ditadura do tempo abstrato**: sobre a crise compartilhada de trabalho e lazer. 200-. Disponível em:
< http://antivalor.vilabol.uol.com.br/textos/krisis/rkurz/tx_kurz_62.htm>. Acesso em: 24 de junho de 2005.

LEITE, Márcia de Paula. **Trabalho e sociedade em transformação**: mudanças produtivas e atores sociais. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

LEONTIEV, Alexis. **Actividad, conciencia y personalidad**. Buenos Aires: Editorial Ciência del Hombre, 1978.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial**: o homem unidimensional. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MARX, Karl. **O capital**. v. I, tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MATTOSO, J. **O Brasil desempregado**: Como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90. São Paulo: ABRAMO, 1999.

MÉDA, Dominique. Viver o trabalho de outra maneira. **Label France**. Paris, vol.38, Jan.2000, Disponível em:
<<http://www.france.org.br/abr/label/label38/dernier/06travail.html>>. Acesso em: 05 de setembro de 2004

MÉSZAROS, István. **Produção destrutiva e estado capitalista**. São Paulo: Ensaio, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 3 ed. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 1994.

_____ (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1996.

MINERBO, Marion. **Inconsciente: um resgate de sua dimensão social-histórica**. Psicologia USP. [online]. 1999, vol.10, no.1, p.335-345. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65641999000100017&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 15 de abril de 2005.

MOURA, Paulo C. **A Crise do Emprego**: Uma visão além da economia. 4ª edição. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. **A luta do catador de materiais recicláveis**. 2005. Disponível em:
<http://www.movimentodoscataadores.org.br/artigos_integra.aspx?artigo=12>. Acesso em: 15 mai. 2006.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. 2007. Disponível em: <<http://www.movimentodoscataadores.org.br>>. Acesso em: 06 abri. 2007.

OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado**: transformações contemporâneas do trabalho e da política. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. Precariedad y mercado laboral: un análisis a medio plazo de las respuestas disponibles. In: OFFE, Claus et al. **Qué crisis?** Retos y transformaciones de la sociedad del trabajo. Madrid: Gakoa Liburuax, 1997.

OLIVEIRA, Jayr Figueiredo de; MAÑÃS, Antonio Vico. **Tecnologia, trabalho e desemprego: um conflito social**. São Paulo: Érica, 2004.

PIMENTEL, Lídia Valesca. **Para pensar nas pessoas em situação de risco**. O povo, Fortaleza, 5 set. 2006. SBC Notícias. Disponível em: [HTTP://www.opovo.com.br/opovo/opiniaio/627304.html](http://www.opovo.com.br/opovo/opiniaio/627304.html). Acesso em: 21 set.2006.

RECICLANDO. **Estatuto social da Associação cearense dos trabalhadores e trabalhadoras em resíduos recicláveis**. Fortaleza, 2006.

RÊGO, R. C. F.; BARRETO, M. L.; KILLINGER, C. L. O que é lixo afinal? Como pensam mulheres residentes na periferia de um grande centro urbano. **Cad. Saúde Pública**, 18(6), p.1583-1591. 2002

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, J.C. **Higiene e ilusão: o lixo como invento social**. Rio de Janeiro: NAU, 1995.

SANEAR. **O lixo pode ser um tesouro**. Ceará: Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, 1993.

SANTOS, João Bosco Feitosa dos. **As condições de trabalho e as repercussões na vida e na saúde dos catadores de lixo do aterro sanitário do Jangurussu**. Ceará: Sistema Nacional de Emprego – SINE, 1991.

_____. **O Averso da maldição do Gênesis: a saga de quem não tem trabalho**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da cultura e desporto do governo do estado do Ceará, 2000.

SEMINÁRIO DE APRESENTAÇÃO DO PROJETO PILOTO DE COLETA SELETIVA COM INCLUSÃO DO CATADOR. 2005. Fortaleza

SCHILLING, Paulo; WALDMAN, Maurício; CRUZ, Paulo Davidoff. **Conversão da dívida e meio ambiente**. São Paulo: CEDI/Global, 1991.

SCHNAPPER, Dominique. **Contra o fim do trabalho**. Lisboa: Terramar, 1998.

SEVERIANO, Maria de Fátima Vieira. **Narcisismo e publicidade**: uma análise psicossocial dos ideais de consumo na contemporaneidade. São Paulo: Annablume, 2001.

SILVERSTEIN, Michael. **A revolução ambiental**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1993.

STEINKO, Armando Fernández. **Clase, trabajo y cidadania**: introducción a la existência social. Madrid: Biblioteca Nueva, 2004.

THOMPSON, Edward. **A miséria da teoria**: ou um planetário de erros, uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

TOMÁS, Esteban Agulló. Entre la precariedad laboral y la exclusión social: los otros trabajos, los otros trabajadores. In: **Trabajo, individuo y sociedad**: perspectivas psicossociológicas sobre el futuro del trabajo. Madrid: Pirâmide, 2001. P.95-144.

TONI, Míriam de. **Visões sobre o trabalho em transformação**. Sociologias. [online]. jan./jun. 2003, no.9, p.246-286. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222003000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 28 de maio de 2005.

TUMOLO, Ligia Maria Soufen; TUMOLO, Paulo Sergio. **A vivência do desempregado**: um estudo crítico do significado do desemprego no capitalismo. 2005. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/043/43ctumolo.htm>>. Acesso em: 20 de maio de 2005.

VÉRAS, Fernanda Maria Pinto. **Perfil Socioeconômico e ambiental de catadores (a) de materiais recicláveis do centro de Fortaleza**. 2006. 78f. Monografia (Especialização em Gestão Ambiental Urbana) - Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará, Fortaleza.